

# DIÁRIO DA CÂMARA LEGISLATIVA

Órgão Oficial do Poder Legislativo do Distrito Federal

Ano XIV Nº 84

Brasília, sexta-feira, 6 de maio de 2005

## Sumário

Comissões .....	1
Mesa Diretora .....	19
Atos Administrativos .....	22
Diretoria de Recursos Humanos .....	23
Decisões TCDF .....	23
Fiscal .....	23
Audiência Pública .....	24
Pregão .....	25

## Comissões

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL	
MESA DIRETORA	
Presidente: Fábio Barcellos (PFL) Vice-Presidente: Chico Floresta (PT) 1º Secretário: Wilson Lima (PRONA) Suplente: Leonardo Prudente (PFL) 2º Secretário: José Emar (PRONA) Suplente: 3º Secretário: Peniel Pacheco (PDT) Suplente: Augusto Carvalho (PPS) Corregedora: Eliana Pedrosa (PFL) Ouvidor: Paulo Tadeu (PT)	
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA	
Titulares	Suplentes
Presidente: Brunelli Vice-Presidente: Chico Leite Anicéia Machado Expedito Bandeira Chico Vigilante	Leonardo Prudente Arlete Sampaio Mária da Guia Odilon Aires Paulo Tadeu
COMISSÃO DE ECONOMIA, ORÇAMENTO E FINANÇAS	
Titulares	Suplentes
Presidente: Leonardo Prudente Vice-Presidente: Paulo Tadeu Eliana Pedrosa Odilon Aires Benício Tavares	Brunelli Érika Kokay Wilson Lima Eurides Brito João de Deus
COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS	
Titulares	Suplentes
Presidente: Chico Leite Vice-Presidente: Peniel Pacheco Eurides Brito Ivelise Longhi Paulo Tadeu	Chico Vigilante Augusto Carvalho Anicéia Machado Agrício Braga Chico Floresta
COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR	
Titulares	Suplentes
Presidente: Chico Vigilante Vice-Presidente: Wilson Lima Peniel Pacheco Benício Tavares Mária da Guia	Chico Leite José Emar Augusto Carvalho Anicéia Machado Ivelise Longhi
COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS, CIDADANIA, ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR	
Titulares	Suplentes
Presidente: Érika Kokay Vice-Presidente: Leonardo Prudente Brunelli Odilon Aires Agrício Braga	Chico Leite Peniel Pacheco Arlete Sampaio Eurides Brito Anicéia Machado
COMISSÃO DE ASSUNTOS FUNDIÁRIOS	
Titulares	Suplentes
Arlete Sampaio Anicéia Machado Ivelise Longhi José Emar Wilson Lima	Chico Floresta Benício Tavares Odilon Aires Brunelli Eliana Pedrosa
COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E SAÚDE	
Titulares	Suplentes
Presidente: Arlete Sampaio Vice-Presidente: Érika Kokay Augusto Carvalho Eurides Brito Mária da Guia	Chico Leite Paulo Tadeu Eliana Pedrosa Agrício Braga Aguinaldo de Jesus
COMISSÃO DE SEGURANÇA	
Titulares	Suplentes
José Emar Chico Floresta Aguinaldo de Jesus Agrício Braga João de Deus	Wilson Lima Chico Vigilante Benício Tavares Odilon Aires Mária da Guia
COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MEIO AMBIENTE E TURISMO	
Titulares	Suplentes
Presidente: Augusto Carvalho Vice-Presidente: Chico Floresta Aguinaldo de Jesus Eliana Pedrosa João de Deus	Peniel Pacheco Arlete Sampaio Expedito Bandeira Leonardo Prudente Mária da Guia

**DIRETORIA LEGISLATIVA**  
**DIVISÃO DE APOIO ÀS COMISSÕES**  
**SACP - SETOR DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES**  
**PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

- PROJETO DE LEI nº 265/03, de autoria do(a) Sr(a). Deputado(a) CHICO FLORESTA, que dispõe sobre tramitação preferencial de processo judicial movido por idoso e dá outras providências.

PRAZO PARA EMENDAS 1º Dia: 04/05/05  
Último Dia: 17/05/05

- PROJETO DE LEI nº 519/03, de autoria do(a) Sr(a). Deputado(a) PAULO TADEU, que dispõe sobre os requisitos para ocupação de cargos no sistema penitenciário do Distrito Federal.

PRAZO PARA EMENDAS 1º Dia: 04/05/05  
Último Dia: 17/05/05

- PROJETO DE LEI nº 717/03, de autoria do(a) Sr(a). Deputado(a) ELIANA PEDROSA, que dispõe sobre a instituição dos Jogos Escolares no Distrito Federal.

PRAZO PARA EMENDAS 1º Dia: 04/05/05  
Último Dia: 17/05/05

- PROJETO DE LEI nº 969/03, de autoria do(a) Sr(a). Deputado(a) ELIANA PEDROSA, ÉRIKA KOKAY, CHICO VIGILANTE e OUTROS, que inclui o "Dia Nacional do Samba" no Calendário de Eventos do Distrito.

PRAZO PARA EMENDAS 1º Dia: 04/05/05  
Último Dia: 17/05/05

- PROJETO DE LEI nº 1456/04, de autoria do(a) Sr(a). Deputado(a) BENÍCIO TAVARES, que dispõe sobre a suspensão do pagamento do IPTU para trabalhadores desempregados, no âmbito do Distrito Federal, e dá outras providências.

PRAZO PARA EMENDAS 1º Dia: 04/05/05  
Último Dia: 17/05/05

- PROJETO DE LEI nº 1857/05, de autoria do(a) Sr(a). Deputado(a) AUGUSTO CARVALHO, que regulamenta o § 1º, do art. 10, e o art. 12, da Lei Orgânica do Distrito Federal, e dá outras providências.

PRAZO PARA EMENDAS 1º Dia: 26/04/05  
Último Dia: 09/05/05

- PROJETO DE LEI nº 1865/05, de autoria do(a) PODER EXECUTIVO, que revoga as leis que menciona.

PRAZO PARA EMENDAS 1º Dia: 29/04/05  
Último Dia: 12/05/05

- PROJETO DE LEI nº 1869/05, de autoria do EXECUTIVO LOCAL, que revoga a Lei nº 3.060, de 22 de agosto de 2002, que "Assegura aos servidores militares, da Segurança Pública do Distrito Federal, livre acesso a eventos artísticos, culturais e esportivos e dá outras providências.

PRAZO PARA EMENDAS 1º Dia: 03/05/05  
Último Dia: 16/05/05

- PROJETO DE RESOLUÇÃO nº 108/05, de autoria da MESA DIRETORA, que dispõe sobre o prêmio Câmara Legislativa de Educação.

PRAZO PARA EMENDAS 1º Dia: 25/04/05  
Último Dia: 06/05/05

### COMISSÃO DE ECONOMIA, ORÇAMENTO E FINANÇAS

- PROJETO DE LEI nº 512/03, de autoria do(a) Sr(a). Deputado(a) PEDRO PASSOS, que dispõe sobre a realização de teste de HIV no pré-natal na âmbito do Distrito Federal.

PRAZO PARA EMENDAS 1º Dia: 06/05/05  
Último Dia: 19/05/05

- PROJETO DE LEI nº 1852/05, de autoria do(a) Sr(a). Deputado(a) CHICO VIGILANTE, que dispõe sobre a cassação do alvará de funcionamento e da inscrição no cadastro de contribuintes do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação - ICMS, e dá outras providências.

PRAZO PARA EMENDAS 1º Dia: 26/04/05  
Último Dia: 06/05/05



## DIÁRIO DA CÂMARA LEGISLATIVA

Órgão Oficial do Poder Legislativo do Distrito Federal

Coordenadoria de Editoração e Produção Gráfica da Presidência

Coordenador: Randal Martins Junqueira

Editora Executiva: Nelci Maria Stein - Reg.Prof. 147/02/62 - MTb-DF

Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal

Redação: 348-8412 - 348-8963

SAIN - Parque Rural - 70086-900 - Brasília-DF

www.cl.df.gov.br

- PROJETO DE LEI nº 1853/05, de autoria do(a) Sr(a). Deputado(a) ELIANA PEDROSA, que estabelece normas para o cumprimento do disposto no Art.141 da Lei Orgânica do Distrito Federal e dá outras providências.

PRAZO PARA EMENDAS 1º Dia: 26/04/05  
Último Dia: 06/05/05

- PROJETO DE LEI nº 1861/05, de autoria do(a) PODER EXECUTIVO, que abre crédito especial à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal, no valor de R\$ 8.650.000,00 (Oito milhões e seiscentos e cinquenta mil reais).

PRAZO PARA EMENDAS 1º Dia: 29/04/05  
Último Dia: 12/05/05

### COMISSÃO DE ASSUNTOS FUNDIÁRIOS

- PROJETO DE LEI nº 1871/05, de autoria do(a) Sr(a). Deputado(a) LEONARDO PRUDENTE, que denomina de Praça da Bíblia, a Praça Pública localizada entre as Ruas Pitangueiras e a Alecrim, na cidade de Águas Claras.

PRAZO PARA EMENDAS 1º Dia: 03/05/05  
Último Dia: 16/05/05

- PROJETO DE LEI nº 1872/05, de autoria do(a) Sr(a). Deputado(a) LEONARDO PRUDENTE, que denomina de Parque Central de Eventos Culturais de Águas Claras, o Parque situado na Avenida Castanheiras, entre as ruas 25 Sul e Rua das Paineiras.

PRAZO PARA EMENDAS 1º Dia: 03/05/05  
Último Dia: 16/05/05

- PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR nº 113/05, de autoria do PODER EXECUTIVO, que dispõe sobre os projetos urbanísticos com diretrizes especiais para unidades autônomas e dá outras providências.

PRAZO PARA EMENDAS 1º Dia: 26/04/05  
Último Dia: 06/05/05

### COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

- PROJETO DE LEI nº 1095/04, de autoria do(a) Sr(a). Deputado(a) CHICO LEITE, que dispõe sobre o peso máximo tolerável do material escolar transportado diariamente por alunos do pré-escolar e do ensino fundamental da Rede Escolar Pública e Privada do Distrito Federal, e dá outras providências.

PRAZO PARA EMENDAS 1º Dia: 06/05/05  
Último Dia: 19/05/05

- PROJETO DE LEI nº 1850/05, de autoria do(a) Sr(a). Deputado(a) FÁBIO BARCELLOS, que institui no calendário oficial do Distrito Federal, o "Dia do Mergulhador", a ser comemorado no dia 6 de outubro de cada ano.

PRAZO PARA EMENDAS 1º Dia: 26/04/05  
Último Dia: 06/05/05

- PROJETO DE LEI nº 1870/05, de autoria do(a) Sr(a). Deputado(a) LEONARDO PRUDENTE, que inclui a festa das águas no calendário oficial de eventos do Distrito Federal.

PRAZO PARA EMENDAS 1º Dia: 03/05/05  
Último Dia: 16/05/05

- PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO nº 440/05, de autoria do(a) Sr(a). Deputado(a) EXPEDITO BANDEIRA, que concede o título de cidadão honorário de Brasília ao Senhor CARLOS WILSON ROCHA DE QUEIROZ CAMPOS.

PRAZO PARA EMENDAS1º Dia: 29/04/05  
Último Dia: 12/05/05

- PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO nº 441/05, de autoria do(a) Sr(a). Deputado(a) JORGE CAUHY, que concede o título de cidadão honorário de Brasília ao Senhor José Hevaldo Rabello Mendes.

PRAZO PARA EMENDAS1º Dia: 03/05/05  
Último Dia: 16/05/05

- PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO nº 442/05, de autoria do(a) Sr(a). Deputado(a) PENIEL PACHECO, que concede Título de Cidadão Honorário do Distrito Federal ao advogado OSIRIS DE AZEVEDO LOPES FILHO.

PRAZO PARA EMENDAS1º Dia: 03/05/05  
Último Dia: 16/05/05

- PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO nº 443/05, de autoria do(a) Sr(a). Deputado(a) IVELISE LONGHI, que concede Título de Cidadã Honorária de Brasília à Senhora Dulce Maria Jabour Tannuri.

PRAZO PARA EMENDAS1º Dia: 03/05/05  
Último Dia: 16/05/05

- PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO nº 444/05, de autoria do(a) Sr(a). Deputado(a) ARLETE SAMPAIO e ÉRIKA KOKAY, que concede Título de Cidadã Honorária de Brasília à Senhora Hatsumi Sekisugui.

PRAZO PARA EMENDAS1º Dia: 03/05/05  
Último Dia: 16/05/05

- PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO nº 445/05, de autoria do(a) Sr(a). Deputado(a) ANILCÉIA MACHADO, que concede Título de Cidadã Honorária de Brasília à Dr. Margarida Maria Queiroz Melo Fernandes.

PRAZO PARA EMENDAS1º Dia: 03/05/05  
Último Dia: 16/05/05

- PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO nº 446/05, de autoria do(a) Sr(a). Deputado(a) ANILCÉIA MACHADO, que concede Título de Cidadão Honorário de Brasília ao Dr. Paulo Roberto Franco Marinho.

PRAZO PARA EMENDAS1º Dia: 03/05/05  
Último Dia: 16/05/05**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E SAÚDE**

- PROJETO DE LEI nº 1858/05, de autoria do(a) Sr(a). Deputado(a) PENIEL PACHECO, que torna obrigatória a realização de exame bacteriológico nas águas servidas por bebedouros situados em logradouros públicos.

PRAZO PARA EMENDAS1º Dia: 26/04/05  
Último Dia: 09/05/05

- PROJETO DE LEI nº 1859/05, de autoria do(a) Sr(a). Deputado(a) PENIEL PACHECO, que veda a cobrança de aluguel para a utilização de escaninho e "box" pelos alunos das escolas particulares do Distrito Federal e dá outras providências.

PRAZO PARA EMENDAS1º Dia: 26/04/05  
Último Dia: 09/05/05**COMISSÃO DE SEGURANÇA**

- PROJETO DE LEI nº 1851/05, de autoria do(a) Sr(a). Deputado(a) AUGUSTO CARVALHO, que dispõe sobre a obrigatoriedade de

criação de ciclovias ou ciclofaixas no sistema viário do Distrito Federal.

PRAZO PARA EMENDAS1º Dia: 26/04/05  
Último Dia: 06/05/05

- PROJETO DE LEI nº 1860/05, de autoria do(a) Sr(a). Deputado(a) PENIEL PACHECO, que disciplina os horários para a circulação de veículos que comportem produto perigoso e veículos com dimensões excedentes na Estrada Parque Industrial e Abastecimento (EPIA) e dá outras providências.

PRAZO PARA EMENDAS1º Dia: 26/04/05  
Último Dia: 09/05/05

- PROJETO DE LEI nº 1868/05, de autoria do(a) Sr(a). Deputado(a) AUGUSTO CARVALHO, que proíbe as empresas que se utilizam de motoboys de veicular propaganda estabelecendo prazo para a entrega de mercadorias.

PRAZO PARA EMENDAS1º Dia: 03/05/05  
Último Dia: 16/05/05**MESA DIRETORA**

- PROJETO DE RESOLUÇÃO nº 94/04, de autoria do(a) Sr(a). Deputado(a) FÁBIO BARCELLOS, que altera o inciso VII do Art. 4º da Resolução 168 de 2000.

PRAZO PARA EMENDAS1º Dia: 25/04/05  
Último Dia: 06/05/05

- PROJETO DE RESOLUÇÃO nº 109/05, de autoria de Vários Deputados, que trata da aplicação dos dispositivos da Resolução nº 16/1991 aos casos que especifica.

PRAZO PARA EMENDAS1º Dia: 06/05/05  
Último Dia: 19/05/05

De acordo com o Art. 147, do RI/CLDF, o prazo para apresentação de emendas junto às Comissões é de dez dias úteis.

**NOTA**

(prazo para Emendas)

**DIRETORIA LEGISLATIVA****DIVISÃO DE APOIO ÀS COMISSÕES****SACP - SETOR DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES****PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DE RECURSO**

PROPOSIÇÕES EM FASE DE APRESENTAÇÃO DE RECURSO EM PLENÁRIO, QUE RECEBERAM PARECER PELA **INADMISSIBILIDADE/REJEIÇÃO** NAS COMISSÕES. (Arts. 143 e/ou 152, do RI/CLDF):

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**

- PROJETO DE LEI nº 359/03, de autoria do(a) Sr(a). Deputado(a) JOSÉ EDMAR, que dispõe sobre medidas de preservação dos mananciais hídricos do Distrito Federal e dá outras providências.

PRAZO PARA RECURSO1º Dia: 03/05/05  
Último Dia: 09/05/05

- PROJETO DE LEI nº 376/03, de autoria do(a) Sr(a). Deputado(a) BENÍCIO TAVARES, que dispõe sobre a criação e implantação da Papeleria Popular do Distrito Federal e dá outras providências.

PRAZO PARA RECURSO

1º Dia: 03/05/05  
Último Dia: 09/05/05

- INDICAÇÃO nº 3421/05, de autoria do(a) Sr(a). Deputado(a) CHICO LEITE, que sugere ao Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara dos Deputados, a adoção de medidas regimentais, para que a distribuição das proposições, no âmbito das comissões, seja aleatória e mediante sorteio.

PRAZO PARA RECURSO

1º Dia: 06/05/05  
Último Dia: 12/05/05

**NOTA:** De acordo com os Arts. 143 e/ou 152, do RI/CLDF, o prazo para apresentação de recurso é de cinco dias úteis.



**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**  
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

**CONVOCAÇÃO**

O Senhor presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Deputado Brunelli, nos termos do Artigo 44 do Regimento Interno, tem a honra de convocar os senhores Deputados, membros desta Comissão, para a 8ª Reunião Ordinária a realizar-se no dia 10 de Maio de 2005, terça-feira, às dez horas, na sala de Reunião das Comissões.

Lembramos aos senhores Deputados membros desta Comissão que, na impossibilidade de seu comparecimento, serão convocados seus respectivos suplentes para fins de substituição.

Brasília, 05 de Maio de 2005.

  
**Marcello R. Almeida**  
Secretário CCJ

**PAUTA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA TERCEIRA SESSÃO LEGISLATIVA DA QUARTA LEGISLATURA DA CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL - 10/05/05**

- I - LEITURA DA ATA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA
- II - COMUNICADOS - SE HOUVER
- III - MATÉRIAS PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

- 1 - PL 1723/05  
CRIA UNIDADES ORGANICAS, CARGOS DE NATUREZA ESPECIAL E EM COMISSAO NA ESTRUTURA DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO DF, VINCULADOS A POLICIA CIVIL DO DF, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS  
AUTOR(A): Poder Executivo  
RELATOR(A): Dep. Brunelli  
PARECER: ADMISSIBILIDADE
- 2 - PL 1829/05  
ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI Nº 3.351, DE 09 DE JUNHO DE 2004, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.  
AUTOR(A): Poder Executivo  
RELATOR(A): Dep. Brunelli  
PARECER: ADMISSIBILIDADE
- 3 - PL 578/03  
CRIA O PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA ÀS PESSOAS PORTADORAS DAS DOENÇAS CELÍACA E DERMATITE HERPETIFORME DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS  
AUTOR(A): Dep. Brunelli  
RELATOR(A): Dep. Anicéla Machado  
PARECER: ADMISSIBILIDADE COM EMENDAS APRESENTADAS
- 4 - PL 158/03  
DISPÕE SOBRE O FINANCIAMENTO PARA COMPRA DE APARELHOS CORRETIVOS E DE AUXÍLIO À LOCOMOÇÃO DE PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.  
AUTOR(A): Dep. Izaci Lucas  
RELATOR(A): Dep. Brunelli  
PARECER: ADMISSIBILIDADE COM EMENDAS APRESENTADAS NAS CAS

- 5 - PL 274/03  
DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE COLOCAÇÃO DE TABELA DE PREÇOS EM CASAS NOTURNAS, NO ÂMBITO DO DISTRITO FEDERAL, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.  
AUTOR(A): Dep. Benício Tavares  
RELATOR(A): Dep. Brunelli  
PARECER: ADMISSIBILIDADE
- 6 - PL 380/03  
DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE LINHA DE CRÉDITO ESPECIAL PARA COMPRA DE HABITAÇÃO, EM BENEFÍCIO DA MULHER ARRIMO DE FAMÍLIA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.  
AUTOR(A): Dep. Benício Tavares  
RELATOR(A): Dep. Brunelli  
PARECER: ADMISSIBILIDADE COM EMENDA MODIFICATIVA APRESENTADA PELO AUTOR
- 7 - PL 488/03  
DISPÕE SOBRE NORMAS PARA AVALIAÇÃO E LICITAÇÃO DE GLEBAS ONDE ESTÃO INSERIDOS CONDOMÍNIOS E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS  
AUTOR(A): Vários Deputados  
RELATOR(A): Dep. Brunelli  
PARECER: ADMISSIBILIDADE COM EMENDA APRESENTADA NA CEOF
- 8 - PL 1179/04  
CONCEDE REMISSÃO E ISENÇÃO DO IPTU E DA TLP, RELATIVO AO IMÓVEL QUE ESPECIFICA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS  
AUTOR(A): Dep. Jorge Cauby e Eliana Pedrosa  
RELATOR(A): Dep. Brunelli  
PARECER: ADMISSIBILIDADE
- 9 - PL 1444/04  
ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI Nº 3.359, DE 15 DE JUNHO DE 2004, QUE DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DA ADOÇÃO DE PLANO DE GERENCIAMENTO DOS RESÍDUOS DOS SERVIÇOS DE SAÚDE NO ÂMBITO DO DISTRITO FEDERAL.  
AUTOR(A): Dep. Eliana Pedrosa  
RELATOR(A): Dep. Brunelli  
PARECER: ADMISSIBILIDADE
- 10 - PL 39/03  
DISPÕE SOBRE DISPONIBILIZAÇÃO, NA REDE MUNDIAL DE COMPUTADORES - INTERNET, DE DADOS, INFORMAÇÕES E DEMONSTRATIVOS ATINENTES À ADMINISTRAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA, CONTÁBIL E PATRIMONIAL DO DF, CONTIDOS NO SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRAÇÃO CONTÁBIL DO DF, SIACDF - MILENIUM, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS  
AUTOR(A): Dep. Chico Leite  
RELATOR(A): Dep. Chico Vigilante  
PARECER: ADMISSIBILIDADE NA FORMA DO SUBSTITUTIVO APRESENTADO NA CCJ
- 11 - PL 280/03  
PRÓBE A COBRANÇA DE TAXA NA REALIZAÇÃO DE EXAMES VESTIBULARES OU DEMAIS FORMAS DE PROCESSO SELETIVO PARA O INGRESSO NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR, NO ÂMBITO DO DISTRITO FEDERAL  
AUTOR(A): Dep. Chico Vigilante  
RELATOR(A): Dep. Expedito Bandeira  
PARECER: ADMISSIBILIDADE
- 12 - PL 858/03  
CRIA O PARQUE DE USO MÚLTIPLO DA CEILÂNDIA SUL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.  
AUTOR(A): Dep. Augusto Carvalho  
RELATOR(A): Dep. Expedito Bandeira  
PARECER: ADMISSIBILIDADE
- 13 - PL 854/03  
INCLUI NO CALENDÁRIO DE EVENTOS OFICIAIS DO DF O FESTIVAL DE MÚSICA PORÃO DO ROCK  
AUTOR(A): Dep. Chico Floresta  
RELATOR(A): Dep. Chico Leite  
PARECER: ADMISSIBILIDADE COM EMENDA APRESENTADA
- 14 - PL 1063/04  
DETERMINA O REGISTRO DO ÍNDICE APGAR NO PRONTUÁRIO DO RECÉM-NASCIDO E NO CARTÃO DA CRIANÇA  
AUTOR(A): Dep. Augusto Carvalho  
RELATOR(A): Dep. Expedito Bandeira  
PARECER: ADMISSIBILIDADE
- 15 - PL 1273/04  
DISPÕE SOBRE O PISO SALARIAL PARA AS CATEGORIAS QUE MENCIONA, NO ÂMBITO DO DISTRITO FEDERAL  
AUTOR(A): Dep. Chico Vigilante  
RELATOR(A): Dep. Expedito Bandeira  
PARECER: INADMISSIBILIDADE
- 16 - PL 1299/04  
DETERMINA ÀS INSTITUIÇÕES DE ENSINO EQUIDADE NO ENVIO DE INFORMAÇÕES ESCOLARES A PAIS SEPARADOS  
AUTOR(A): Dep. Augusto Carvalho  
RELATOR(A): Dep. Expedito Bandeira  
PARECER: ADMISSIBILIDADE
- 17 - PL 1309/04  
DISPÕE SOBRE A APRESENTAÇÃO DE PREÇOS DE PRODUTOS PRÉ-MEDIDOS NOS ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS DE VENDAS NO VAREJO.  
AUTOR(A): Dep. Ariete Sampaio  
RELATOR(A): Dep. Chico Vigilante  
PARECER: ADMISSIBILIDADE COM TRÊS EMENDAS APRESENTADAS PELA CDC
- 18 - PL 1469/04  
ESTABELECE OBRIGATORIEDADE DA RESERVA DE BILHETES DE INGRESSOS PARA EVENTOS CULTURAIS E ESPORTIVOS NO DF, PARA VENDA NO DIA DA REALIZAÇÃO  
AUTOR(A): Dep. Paulo Tadeu  
RELATOR(A): Dep. Chico Vigilante  
PARECER: ADMISSIBILIDADE COM EMENDA APRESENTADA NA CAS
- 19 - IND 3431/05  
SUGERE AO PODER EXECUTIVO DO DISTRITO FEDERAL A EDIÇÃO DE DECRETO ALTERANDO O DECRETO Nº 25.324, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2004  
AUTOR(A): Dep. Eliana Pedrosa  
RELATOR(A):  
PARECER:



**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**  
**Comissão de Defesa do Consumidor – CDC**

**COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR – CDC**

**DESIGNAÇÃO DE RELATORES**

De ordem do Sr. Presidente da Comissão de Defesa do Consumidor – CDC, Deputado CHICO VIGILANTE, informamos que as proposições abaixo relacionadas foram designadas para a Sra. Deputada MARIA DA GUILA que substitui, desde o dia 15 de abril de 2005, o Deputado EXPEDITO BANDEIRA como membro titular desta Comissão. O prazo para apresentação do parecer é o regimental, dez dias. (art. 90 do RICLDF)

**PRAZO PARA PARECER: 20/05/05**

Nº	DEPUTADA RELATORA	PROPOSIÇÃO	AUTOR(A)
1)	MARIA DA GUILA	PL Nº 1.908/2001	Deputado CHICO FLORESTA
		PL Nº 1.405/2004	Deputada ÉRIKA KOKAY
		PL Nº 1.625/2004	Deputada ELIANA PEDROSA
		PL Nº 1.706/2005	Deputado GM ARGELLO

  
**FREDERICO DE FINA ALVES FILHO**  
 Secretário da Comissão de Defesa do Consumidor – CDC



**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**  
**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E SAÚDE**

**DESIGNAÇÃO DE RELATORES**

De ordem da Excelentíssima Sra. Presidente da Comissão de Educação e Saúde, Deputada Arlete Sampaio, e em conformidade com o Ato da Presidente nº 01/2005, nos termos do Art. 78, inciso VI, do Regimento Interno, informo que em 06/05/2005 as proposições a seguir relacionadas foram distribuídas aos membros desta Comissão para proferirem parecer no prazo de 10 dias (art. 90 do RICLDF).

**PRAZO PARA PARECER: 19/05/2005**

**DEPUTADA ARLETE SAMPAIO**  
 PL 230/2003

**DEPUTADO AUGUSTO CARVALHO**  
 PL 3064/2002

**DEPUTADA ERIKA KOKAY**  
 PL 1823/2005

**DEPUTADA EURIDES BRITO**  
 PL 1322/2000  
 PL 1836/2005

**DEPUTADA MARIA DA GUILA**  
 PL 1847/2005

  
**Enivaldo Cavalcanti Borges Pimentel**  
 Secretário da Comissão de Educação e Saúde

**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE "EMPREENDEDORISMO NA EDUCAÇÃO BÁSICA E NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL", REALIZADA EM 10 DE DEZEMBRO DE 2004.**

As 9h do dia 10 de dezembro de 2004, o Mestre de Cerimônias iniciou Audiência Pública destinada a tratar sobre Empreendedorismo na Educação Básica e na Educação Profissional, proposta pela Deputada Eurides Brito, convidando para compor a Mesa, a Sra. Presidente da Comissão de Educação e Saúde da Câmara Legislativa do Distrito Federal, Deputada Eurides Brito; a Sra. Secretária de Estado de Educação do Distrito Federal, Profa. Maristela de Melo Neves; o Prof. Francisco Jorge Zagari Forte, da Secretaria de Estado de Educação; a Sra. Diretora – Executiva da Junior Achievement, Olívia Völker Rauter. Com a palavra, a Presidente, Deputada Eurides Brito, saudou os presentes e desejou que todos tivessem um bom dia, principalmente, com relação ao saúdo que a reunião poderia trazer para os presentes. A seguir, cumprimentou os componentes proleto que a Mesa e informou que o Dr. Newton de Castro, Diretor – Superintendente do Sebrae, chegaria da Mesa e informou que o Dr. Newton de Castro, Diretor – Superintendente do Sebrae, chegaria atrasado e pronunciaria-se mais no final; citou, nominalmente, o Prof. Francisco Jorge Zagari Forte, da Secretaria de Estado de Educação; o Coordenador de Empreendedorismo da Facieltec, Taguatinga, e Coordenador da Minipresença Junior Achievement, Lauri Tadeu Corrêa Martins; e a Profa. Ivanilda Maria Santiago dos Santos, Diretora do Centro de Ensino Fundamental nº 4, do Guarã. Referiu-se à Senhora Olívia, Diretora – Executiva da Junior Achievement, como uma dessas pessoas emblemáticas, que nascem para servir, e comentou sua colaboração na implantação do programa Amigos da Escola, na Secretaria de Educação. Cumprimentou, também, os estudantes, que poderão mudar a mentalidade e absorver o conceito de Empreendedorismo, e que é preciso

que todos queiram ser, na verdade, empreendedores; a Profa. Ana Maria Jacobino, do Conselho de Educação do Distrito Federal e da Secretaria de Estado de Educação; Guilherme Carvalho, Coordenador dos cursos básicos do Centro de Educação Profissional do Colégio Agrícola de Brasília; o Prof. Walter Antônio Rodrigues, Coordenador de Estágio também do Centro de Educação Profissional Colégio Agrícola de Brasília; os professores presentes, os educadores em geral e os estudantes. afirmou que todos ali presentes estão em pé de igualdade, na busca e na pesquisa, cada vez maiores, para descobrir o conceito de Empreendedorismo e uma forma de torná-lo efetivo, na prática, para que se possa ter, a curto e a médio prazo, verdadeiros empreendedores. Disse que, este ano, a Câmara Legislativa do Distrito Federal começou a se interessar pela questão do Empreendedorismo, como se pode verificar, nos Anais da Câmara, que o Deputado Jorge Cauly apresentou um projeto que propõe a inclusão de uma disciplina chamada "Empreendedorismo" no currículo do Ensino Médio, que foi reformulado, a fim de tratar-se Empreendedorismo, como Tema Transversal, já que não é função da Câmara incluir disciplina em currículo; que ela própria apresentou um projeto para inclusão do tema "Empreendedorismo" como conteúdo obrigatório nos cursos de Educação Profissional, ou seja, nos cursos profissionalizantes; que há tramitando na Casa, um outro projeto do Deputado Aguinaldo de Jesus, que propõe que noções de Empreendedorismo já comecem a ser ensinadas no ensino fundamental, ou seja, de 5ª a 8ª séries. Observou que a Secretária da Comissão, Profa. Anna Maria Vilaboim, que também é do Conselho de Educação do Distrito Federal, sempre tem o cuidado de inserir, na pasta, alguma matéria que possa ajudar na condução do tema em discussão, e que, hoje, ela introduziu um ponto de vista extraído da revista *Pequenas Empresas e Grandes Negócios*, de novembro de 2004, cuja reportagem começa de uma forma muito interessante, dizendo assim: "Em geral, quando se fala em empreendedorismo, a imagem que vem à cabeça é das pessoas que criam suas próprias empresas, mas, para mim - o autor é o Prof. Oscar Motomura -, empreendedorismo nada mais é do que a força do fazer acontecer. O empreendedor é capaz de gerar bons resultados em qualquer área da atividade humana". Destacou que algumas coisas interessantes têm acontecido, experiências muito interessantes, como a conduzida pelo Prof. Francisco Jorge, do Guarã; que conversou com ele, concluindo pela inclusão desse tema, como coramento das atividades da Comissão de Educação e Saúde, neste ano, na Câmara Legislativa, por ser este é o último ato da Comissão no ano de 2004. Voltou a registrar conversa que havia tido com a Senhora Olívia, sobre a necessidade de a Comissão de Educação e Saúde, talvez em conjunto com a Gerência Executiva da Junior Achievement, que ela representa, acertar, com a Fibra, para se fazer alguma coisa dirigida aos empresários, visando mudar um pouco sua mentalidade, pois, para a formação de empreendedores, é necessário o apoio das empresas. Nesse momento, a Presidente registrou a presença da Líder do PT e membro da Comissão de Educação e Saúde, Deputada Arlete Sampaio, a quem convidou para integrar a Mesa bem como elogiou seu comparecimento constante às promoções da Comissão e falou sobre um compromisso firmado entre elas de não deixarem de ser membros desta Comissão, que acreditam ser a mais nobre da Casa. Retomando a palavra, afirmou que, neste momento, em que se trabalha tanto, no Brasil para gerar mais empregos, é o momento mais apropriado para que o setor educacional dê ênfase à questão do Empreendedorismo, sem dúvida alguma. Passou a palavra à Sra. Secretária de Estado de Educação, Profa. Maristela de Melo Neves, que cumprimentou os componentes da Mesa, educadores, professores e alunos. Então discorreu sobre Empreendedorismo, afirmando que é um tema moderno, difundido e divulgado, a partir da última década; que algumas instituições vêm assumindo o "empreender" como um fator necessário e decisivo para a construção do futuro e das oportunidades sociais das pessoas, e que esse tema tomou mais impulso com o aumento do índice de desemprego; que esse conceito e esse tema tornaram-se assunto obrigatório quando se fala de desenvolvimento, de acesso às oportunidades sociais; e que a escola pública está sendo chamada, não só para debater, mas para oferecer soluções específicas para a questão, pois quando as pessoas crescerem, terão habilidade e capacidade de se tornarem protagonistas de seu próprio futuro, empreendendo. Continuou, enfocando o conceito de Empreendedorismo, hoje passando por uma série de modificações, pois fora considerada empreendedora a pessoa capaz de construir um negócio próprio, e, modernamente, inclui a capacidade de fazer algo novo, seja na iniciativa privada, seja no serviço público, e, por consequência, um professor que desenhe um projeto de sucesso, em sua escola, e faz com que ele aconteça, de forma a fazer diferença na vida daquelas crianças e jovens, também é um professor empreendedor. Comunicou que Empreendedorismo não é mais um vocábulo, um conceito, ligado somente à iniciativa privada ou à capacidade de se fazer uma nova empresa, gerando um novo negócio e exemplificou com o fato de que, em uma empresa constituída, quando se cria um novo produto, também se está empreendendo. Acrescentou que tem características de empreendedora qualquer pessoa que faça uma reengenharia, na empresa ou no serviço público, tomando a iniciativa e correndo o risco do fracasso, acreditando na ideia, sendo capaz de colocar todas as pessoas a sua volta em marcha para realizar o sonho e que é preciso que esse sonho seja realista. Assentiu que são essas características que os jovens precisam desenvolver, que tenham a capacidade de tomar iniciativa, de liderar um grupo ou uma equipe, trabalhando um processo novo, e assim, serão capazes de fazer a diferença e construir oportunidades. Reiterou que esse é o conceito básico mais aceitável, hoje, de empreender e que, aliado a esse verbo, há outro vocábulo, que é a empregabilidade, também entendida como a capacidade de gerar e de ter uma atividade, no mercado de trabalho, como emprego, e não como trabalho, de empreender. Disse ter a expectativa de integrar esses conhecimentos ao sistema público de ensino - básico ou profissionalizante; que os alunos de 5ª a 8ª série precisam ter algumas ferramentas para isso; que, no Ensino Médio, para atingirem a maturidade, os discentes precisam estar preparados para empreender. Elogiou a iniciativa da Deputada Eurides Brito de trazer esse tema para ser debatido por alunos, professores e pessoas que, de fato, estão empreendendo nas escolas, como o Prof. Francisco, e fazendo uma educação de qualidade. Citou a Senhora Olívia, Diretora – Executiva da Junior Achievement, que coordena dois projetos, na rede pública de ensino, que espera não se restringirem, apenas, a essas duas escolas, mas disseminá-los por toda a rede pública, com apoio dos voluntários e dos empresários da cidade e que esperam, também, que os servidores possam construir um "empreender" no serviço público, como se empreender na prestação de serviço público de qualidade a toda a população do Distrito Federal. Encerrou seu pronunciamento, parabenizando a Deputada Eurides Brito, a Senhora Olívia e os demais presentes. A Presidente, Deputada Eurides Brito, anunciou a chegada do Dr. Newton de Castro, Diretor – Superintendente do Sebrae do Distrito Federal. Lamentou a impossibilidade de comparecimento à Audiência Pública do diretor do Colégio Setor Leste, que está fazendo a sua tese de doutorado sobre o tema Empreendedorismo e está realizando alguns projetos interessantes, naquele estabelecimento de ensino. Passou a palavra à Sra. Olívia Völker Rauter, Diretora – Executiva da Junior Achievement, que agradeceu a oportunidade de poder dirigir algumas palavras a tão importante Mesa. Lembrou, em primeiro lugar, a presença de jovens do Junior Achievement, e que isto se deve ao SEBRAE nacional que trouxe, para o Brasil, a Junior Achievement, uma organização, que nasceu, nos Estados Unidos, em 1919, e que está, no Brasil, há dez anos, no Distrito Federal, em fase de implantação, onde nasceu dia 4 de novembro, e já há duas turmas de minipresença formadas. Discorreu sobre a Genius SA, formada por estudantes do Centro Educacional nº 3 do Guarã II, cujos produtos comercializados são bombons, e referiu-se, também aos jovens e minipresença de Sabonante ali presentes e vendendo seus produtos – sabonetes. Informou sobre essas minipresenças criadas dentro da escola, funcionando dentro da escola, em horário não coincidente com o escolar, à noite e que duram quinze semanas, são fechadas e calculam-se a produtividade e a lucratividade para elaborar um relatório. Destacou, no artigo que foi colocado na pasta, uma expressão da Deputada Eurides: "A força do fazer acontecer", ou seja, não adianta só ter ideias e sonhar, é preciso fazer acontecer, como é o caso da Junior Achievement. Declarou sua alegria de participar do evento e afirmou sua certeza de que vai ser algo a mais para a carreira e para a vida profissional dos alunos, pois é na adolescência e na infância que se formam empreendedores, mediante ações que estão sendo desenvolvidas como, neste momento, o evento de iniciativa da Câmara Legislativa do Distrito Federal. Agradeceu ao Dr. Newton de Castro, Diretor – Superintendente do SEBRAE/DF, que foi o grande estimulador do programa que coordena. A Presidente, Deputada Eurides Brito, concedeu a palavra ao Dr. Newton de Castro, Diretor – Superintendente do Sebrae no Distrito Federal, que cumprimentou os presentes, afirmou ser um privilégio conversar com o público ali presente e anunciou que haveria uma surpresa para ele. Disse que o Empreendedorismo nasce do imaginário, nasce do sonho, que é inerente a adolescentes ou pré-adolescentes e que está previsto pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, onde está escrito: "brincar, estudar" e ter muitos sonhos; que, no Brasil, deve-se fazer

com que mais que apenas uma parcela das crianças e dos adolescentes da sociedade possa brincar, estudar e ter sonhos, abrangendo um número grande de pessoas que não estão podendo brincar, nem estudar e estão com seus sonhos limitados, que são os excluídos da nossa sociedade, crianças, de até 14 anos de idade, submetidas ao trabalho infantil, fazendo trabalhos pesados, perdidos pelo Brasil; que muita gente sai da condição de criança pequena que não pode estudar, que não pode brincar e não pode ter um sonho e se transforma em pessoa extremamente rica e de extremo sucesso, sucesso este não muito ligado a ter dinheiro, mas à nossa economia e ao nosso país, tão desigual. afirmou que o Governo Federal e o Governo local estão fazendo esforços muito grandes para que as pessoas possam, pelo menos, comer, mas é preciso fazer mais, utilizando o potencial das próprias pessoas, não quando já estão adultas, como normalmente se faz, mas, a partir dos 8, 9, 10 anos de idade, quando começam a tomar consciência de que são

especiais, tanto dentro da sua família, quanto na sociedade, e que podem desempenhar um papel fundamental. Disse que, hoje, o Sebrae trabalha o Empreendedorismo não só com empresários, pois Empreendedorismo não é só ser empresário, ser dono de empresa, mas a capacidade de transformar os sonhos em realidade. Transmitem, então a mensagem de que, primeiro, os jovens têm o direito e o dever de brincar, de estudar e de ter sonhos, porque são os sonhos que vão definir seu futuro e o Sebrae é uma organização que trabalha com isso, pretendendo fazê-lo na rede pública de ensino, de forma intensiva. Esclareceu que os jovens devem tirar da cabeça que sua única alternativa é ser empregado, pois podem desempenhar um papel muito importante na sociedade como empreendedores, como, por exemplo, das causas sociais ou ambientais e terem sucesso econômico. Retirou que, hoje, o sucesso não está vinculado ao dinheiro, como afirma um dos maiores especialistas do mundo na questão de negócios, o Prof. Peter Drucker; que poucas pessoas trabalham só por dinheiro, a maioria delas trabalha por realização pessoal. Deixou uma mensagem para os jovens: em primeiro lugar, acreditar nos seus sonhos e, em segundo lugar, não imaginar que a perspectiva de vida é ser empregado de alguém, fazer um concurso para ser servidor público, o que também é importante, mas não é só isso, e exemplificou, com a história de vida de Bill Gates, o homem mais rico do mundo. Encerrou, propondo o sorteio de pastas com o tema "Empreender Faz Sentido", remanescentes do maior encontro empreendedor da América Latina, realizado em Brasília. A Presidente, Deputada Eurides Brito, agradeceu a presença da Sra. Ana Peres, Assessora Legislativa da Fibra, e concedeu a palavra à Deputada Ariete Sampaio, que cumprimentou os presentes e lembrou que, hoje, um dos maiores desafios do nosso país é a relação entre emprego e renda e que, como já foi dito, o nosso país é um dos campeões do mundo em desigualdade social; que o Dr. Newton disse algo muito importante: somos educados, nas escolas, para terminar o curso e arranjar um emprego e é necessário reintroduzir nas escolas a idéia de que é possível sobreviver, ter uma vida digna, ter uma pequena empresa e viver bem, sem necessariamente ser um empregado. Elogiou a iniciativa da Deputada Eurides Brito, pois, na Câmara Legislativa, tramitam muitos projetos que envolvem esse tema. Citou o art. 205 da Constituição Brasileira: "A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho", para evidenciar que a finalidade do estudo, além de tomar cada um de nós mais culto e bem informado e formado, também é preparar para a vida e enfrentar a realidade. Ressaltou a importância do Decreto Federal, que reintroduz, de alguma maneira, nas escolas do Ensino Médio, a possibilidade dos cursos profissionalizantes, oferecendo mais uma oportunidade aos alunos. Recomendou aos jovens a leitura do livro *O Ócio Criativo*, de um sociólogo chamado Domenico De Masi, onde é demonstrado que o século XXI, sobretudo, será o século da criatividade. Concluiu, desejando que os jovens sejam estimulados a se transformarem em empreendedores, contribuindo para o país vencer o desafio da desigualdade social. Prosseguiu, a Presidente, Deputada Eurides Brito, passou a palavra ao Deputado Aguinaldo de Jesus, Vice-Presidente da Comissão de Educação e Saúde e autor do Projeto de Lei para o Ensino Fundamental de 5ª a 8ª série, que saudou os presentes e comentou que hoje, nas escolas, nas faculdades, as pessoas não têm noção do que seja Empreendedorismo, do que seja uma profissão, do que seja abrir uma empresa, do que seja ser um empregado, porque não basta só abrir uma empresa, é preciso também saber ser um empregado. Continuou, comentando que, em muitos países, há empresas que dão prêmios aos seus funcionários que mais se destacam, considerando não apenas produção, postura, mas o desejo de ajuda à empresa para crescer, para desenvolver e para expandir. afirmou ter conhecimento de parcerias, como com o SEBRAE, para levar a Educação Profissional às escolas, mas não há investimento nacional para que isso se desenvolva de uma maneira capaz de acabar com o desemprego em nosso país, e que observou por meio de seu Projeto de Lei, que, dentro do

Ensino Fundamental, os estudantes já poderão ter noções sobre o futuro, para quando chegarem ao Ensino Médio e ao Superior, saberem o que querem e tenham condição de investir para serem, se desejarem, grandes empresários. Falou que o Projeto de Lei de sua autoria tem o objetivo de ajudar os alunos, ajuda não leve quando cursou o Ensino Fundamental, ocasionando a perda de três anos, fazendo um curso que, depois, abandonou no meio do caminho, sem concluí-lo. Reforçou a tese de que o importante não é ser só um trabalhador, mas é ser um trabalhador de destaque, é importante não apenas ser um empresário, mas ser um empresário que possa mostrar ao mundo que, no Brasil, há empresas preocupadas com a possibilidade de mostrar como se trabalha aqui, como acontece na China, no Japão, nos Estados Unidos, em países desenvolvidos. Agradeceu e pediu permissão para retirar-se, pois precisaria participar de uma sessão. A Presidente, Deputada Eurides Brito, concedeu a palavra ao Prof. Francisco Jorge Zagari Forte, que cumprimentou todos os presentes e agradeceu à Exma. Sra. Deputada Eurides Brito o convite, sentindo-se honrado em vir a esta Casa expor um trabalho iniciado em 2003 e concluído em 2004, como forma de se discutir Empreendedorismo, na Educação Básica e na Educação Profissional, no Distrito Federal. Comunicou estar autorizado, pela Professora, Doutora catedrática, Jesus Maria de Souza, da Universidade da Madeira, do Porto, a expor um trecho de um Seminário realizado por ela aqui, em Brasília, que se refere à forma tão rápida como, neste século, estão ocorrendo mudanças, que afetarão diretamente, garotos de 10 até 18, 19 anos. Ilustrou essas mudanças rápidas, com exemplos, como, a utilização de todos os bens materiais, pela humanidade, apenas no oitocentésimo período de vida; como o processo de urbanização; como energia, cuja metade foi consumida nos últimos dois anos; como a questão do meio ambiente; como o incremento da publicação de livros; a evolução da criatividade e da inovação; e a evolução do conceito de empreendedor. Comentou o artigo do Prof. Oscar Motomura, Gerente-Executivo da Amana-Key, uma das maiores empresas de recursos humanos do País, com cujo conceito se identificou, o de que empreendedor é qualquer pessoa capaz de gerar bons resultados em qualquer área da atividade humana. Explicou sobre o conceito clássico de empreendedor, aquele que quebra a ordem corrente, inovando, criando mercado, com uma oportunidade identificada e que é utilizado em qualquer área de negócios, e, também, a origem da palavra empreendedorismo. Propôs falar sobre Empreendedorismo na educação pública, e enfocou sua finalidade de formar cidadãos, e os primeiros pontos que considera fundamentais para o sucesso de toda a fase escolar, que é a interdisciplinaridade, a transversalidade de vários projetos oriundos da comunidade escolar ou da própria escola e a elevação da auto-estima dos alunos, conduzindo à persistência e à disciplina. Citou, como objetivo para o ensino profissional médio, o incentivo à criatividade e à inovação e a introdução de noções de planos de negócios. Informou sobre sua proposta de criação de incubadoras de empresas juvenis, em cada Regional de Ensino, porque são centros em que qualquer pessoa pode desenvolver um negócio e propiciam todos os meios possíveis para ajudar na "não-mortalidade" da empresa. Falou sobre a necessidade de mudar o paradigma que existe no Brasil de que o empregador vê o patrão como um grande vilão e vice-versa, pois o empregado deve ver o patrão como um parceiro, a partir da conscientização dos alunos de 5ª série, de que todos são parceiros e precisam crescer juntos, pois, se não crescerem juntos, vai haver dificuldades no futuro. Abordou uma pesquisa do SEBRAE, onde foram apontados os seguintes fatores de sucesso: habilidades gerenciais, capacidade empreendedora e logística operacional, comentando que habilidades gerenciais e capacidade empreendedora são conseguidas por meio de parcerias que devem ser fomentadas, inclusive por tornar as pessoas mais capacitadas a lidar com o seu próprio negócio. Voltou a falar sobre a necessidade de formar, com uma visão humanística, os jovens para atuarem em um mundo globalizado, partindo da premissa de torná-los cidadãos do mundo, sobre a realidade sócio-econômica brasileira, com a diminuição dos empregos por vários motivos, mas o trabalho não será extinto. Discorreu sobre a estratégia pedagógica a ser discutida com a Secretaria de Educação, iniciando-se pela coleta de dados para estabelecimento de diretrizes quanto à educação empreendedora; e depois, oferta de capacitação para que os professores possam trabalhar para formar o empreendedor juvenil. Finalizando, afirmou não haver

necessidade de recursos orçamentários expressivos e que empreendedorismo não será uma disciplina, mas tema transversal, salvo com os E.J. - Empreendedores Juvenis - e as incubadoras de empresas juvenis, em que se pode realizar parcerias. Estimulou os alunos a não desistirem de seus sonhos e afirmou que a inovação pedagógica será uma constante neste século, que a Educação terá como missão primordial orientar todos os cidadãos para o novo mundo que já se formou, na realidade, esse mundo globalizado. Destacou, como o ponto mais importante, as parcerias para o projeto que propôs, com o SEBRAE, com o BRB (microcrédito), Unesco, para divulgação do projeto, com o BID e com a Junior Achievement, que é uma grande parceira, não só aqui, em Brasília, mas no Brasil e no mundo inteiro. Concluiu que, sem parcerias, não existe educação empreendedora. Finalizou com a mensagem já deixada por antecessores de que nunca se deixe de sonhar, pois, sem o sonho, não haverá amanhã. A Presidente, Deputada Eurides Brito, agradeceu e informou sobre o folheto para perguntas a qualquer dos componentes da Mesa: à Prof. Maristela, a si própria, ao Dr. Newton de Castro, à Sra. Olívia, ao Prof. Zagari, ou oralmente, se preferir. O Professor Listério, Coordenador de Estágio do Centro de Educação Profissional de Ceilândia, perguntou onde capacitar professores para montar uma incubadora e a Sr.ª Secretária de Estado de Educação informou a experiência de uma incubadora de empresas na Escola Técnica de Taguatinga, que surgiu da necessidade de reutilizar computadores sucateados, que foram a matéria-prima para montagem de novos. Disse que a capacitação de professor pode ser feita em serviço, se manifestarem tal desejo e, nesse caso, a EAPE, com certeza, vai montar os cursos necessários para que os seus professores sejam capacitados a fazer as incubadoras de empresas. A seguir, Dr. Newton de Castro relatou sua experiência de trabalhar muito a questão de incubadoras, inclusive, conhecendo experiências existentes em alguns países da Europa, Estados Unidos e no Brasil, sugeriu não se opor pelo processo de incubação tradicional como é o das universidades, porque exige um determinado nível de investimento, tornando-a onerosa, mas pelo mais barato apoiado pelo SEBRAE, e que é, praticamente, pago pelo setor privado, o do Junior Achievement, que nada mais é do que o processo de incubação, mas dispensa instalação, secretária, telefone, local físico adequado, mesmo porque, nesse momento, é uma ação transversal e não disciplina principal. Confirmou o início, pelo SEBRAE, do Centro Empresarial, que permitirá saber exatamente quantas empresas há em Brasília e o que temos de potencial de consumo, além de pesquisa domiciliar com as famílias. A Presidente, Deputada Eurides Brito, concedeu a palavra ao Sr. Guilherme, que a consultou sobre o projeto que foi assinado pelo Presidente Lula para restabelecer o período profissionalizante no ensino médio, se esse ensino seria obrigatório ou iria entrar na carga horária, concorrendo, com matérias como Matemática, cuja carga hoje já é pequena? Se essa experiência seria profissionalizante para carga curricular ou experiência superior? Como seria isso? A Presidente, Deputada Eurides Brito, disse que o decreto é facultativo, não traz uma inovação, porque o decreto anterior permitia que a profissionalização propriamente dita, ou seja, a formação de um profissional em nível técnico, fosse feita de duas formas: concomitantemente à formação do ensino médio ou posteriormente e explicou detalhadamente, como isso funciona, e afirmou que a proposta do decreto anterior era mais rica, permitindo a escolha entre a concomitância e a posterioridade. Demonstrou sua preocupação com o retorno de um modelo que já funcionou há muitos anos no Brasil e fracassou e isto porque o aluno terminava o antigo ginasial e imediatamente ingressava num colégio profissionalizante ou num colégio de Ensino Médio, sabendo-se, de antemão, que quem ia para o Ensino Médio teria uma carreira de Ensino Superior o que não ocorria com o optante por curso profissionalizante, destinado as pessoas de classe menos favorecida economicamente. Criticou um discurso do Ministro da

Educação, no qual S.Exa. dizia que nós temos de voltar com os cursos profissionalizantes para abrigar as classes mais pobres, e aí já começa o fracasso, porque a parte profissional nada tem a ver com a classe social, a profissionalização é um direito de todas as pessoas, independentemente da classe econômica. Esclareceu, ainda, que o decreto anterior dava ênfase a uma maior sólida formação do indivíduo, melhor, porque o mundo muda muito; que a tecnologia e a ciência têm evoluído de forma tal que uma empresa que empregava nove pessoas para fazer nove atividades, de repente, em função de avanços tecnológicos, precisava de pessoas para três atividades e desempregava as outras seis pessoas; que as pesquisas mostram que, quanto mais sólida for a formação acadêmica e geral de alguém, mais rápida será sua adaptação a outra função. Atestou que a diferença é a educação para o trabalho, que profissionalizar é diferente de educar para o trabalho. Concluindo, destacou a necessidade de multiplicar os cinco Centros de Educação Profissional existentes e não necessariamente de forma onerosa, mas, a exemplo das Universidades, deve-se criar *campus*. Parabenizou o trabalho das escolas públicas e privadas, porque estão indo pelo caminho certo, ou seja, os alunos saem de um curso acadêmico educados para o trabalho, sabendo que o trabalho não é uma maldição nem algo para as classes menos favorecidas; que o trabalho é uma coisa de que eles necessitam para serem cidadãos, para terem auto-estima e para sua sobrevivência. Reafirmou sua crença de que o Empreendedorismo ajudará exatamente a mudar a visão que se tem, e, então, os alunos quando forem pais, já não vão dizer assim: "Enquanto eu puder trabalhar, o meu filho não vai fazer nada, vai só estudar", pois isso é um ledão enganoso, pois quanto mais um filho começa a pensar e a fazer alguma coisa melhor, porque ele já estará com uma perspectiva boa de futuro. O Prof. Francisco Jorge Zagari Forte, em complemento à resposta da professora, disse que tudo é questão de atitude, o processo começa com a atitude e exemplificou com três atitudes empreendedoras, que, normalmente, são os pais que fazem, porque os filhos acham que aquilo não representa nada, mas que, na realidade, mostram atitude: fechar a torneira de água, apagar a luz e separar o lixo. Concordeu com a explicação da Deputada Eurides Brito, sobre ensino profissionalizante, que é originário da época da industrialização, mas hoje é a época dos serviços e, se forem desempregadas cinco pessoas porque há um robô e uma máquina, vinte pessoas estarão sendo empregadas para variados serviços. Lembrou que os alunos estão fazendo a parte mais difícil, estudar, que tornou o trabalho mais fácil; que a primeira atitude de muitos empresários de sucesso que não estudaram foi colocar seus filhos na escola e tentar fazê-los cursar alguma Faculdade. A Presidente, Deputada Eurides Brito, concedeu a palavra à Prof. Maristela de Melo Neves, Secretária de Estado de Educação, que voltou à questão da capacitação profissional, que várias instituições podem fazê-la, mas a Educação Básica é obrigação do Estado e é necessário oferecer à população a formação acadêmica e a formação geral. E informou que Brasília, da forma que está, é um modelo de sucesso em educação profissional, que é preciso inserir esse modelo nas cidades que ainda não o têm; que a Secretária trabalha em um projeto de videoconferência, tentando fazer com que alguns cursos cheguem a algumas cidades. Comentou, ainda, que a Secretária de Educação está estudando a nova proposta do MEC, quanto a sua utilidade para o Distrito Federal. A Presidente, Deputada Eurides Brito, lembrou-se das pastas trazidas para sorteio, pelo Dr. Newton de Castro, e disse que o faria, logo após seu pronunciamento de encerramento. Sugeriu um filme para os alunos assistirem, intitulado *Uma Equipe Muito Especial*, sobre um time de basquete que estava em pleno campeonato, com toda a possibilidade de ganhar, e a capitã do time se sentiu estressada, sentiu o peso da responsabilidade, pois tinha de sair de casa e deixar as coisas pouco arrumadas para participar de treinamento o dia inteiro - e disse para o técnico, no meio do campeonato: "Olha, você procura outra, porque eu vou sair do time". Ele disse: "Isso não é possível". Ela disse: "Mas eu não posso aquietar. Se fosse muito difícil para mim". Ele disse: "Mas é para ela o seguinte: "Mas é para ser difícil mesmo. Se fosse fácil, todo mundo poderia fazer. Nós estamos aqui e você vai continuar, porque o difícil é que torna a coisa notável". Fez sua analogia com a adoção do empreendedorismo na escola, por meio de estratégias diferentes (não precisam ser modelos copiados) e que é difícil; mas o difícil é que vai fazer com que todos fiquem notáveis, sem dúvida alguma. Agradeceu a todos a presença, principalmente aos estudantes, para quem acreditou que foi destinada esta Audiência Pública e ao Prof. Zagari, que se comprometeu e fez sua exposição com brilhantismo, e autorizou a realização do sorteio. A Presidente, Deputada Eurides Brito, lembrou de estimular a compra de sabonetes, e o Dr. Newton de Castro descreveu o conteúdo das pastas sorteadas. A Audiência Pública foi encerrada pela Presidente às 10h57, da qual eu, Anna Maria Dantas Antunes Villalobos, Secretária da Comissão de Educação e Saúde, lavei à presente Ata, que, após aprovada pela Comissão, será assinada pela Presidente.

DEPUTADA ARIETE SAMPAIO  
Presidente da Comissão de Educação e Saúde

**ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E SAÚDE, NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 4ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 21 DE MARÇO DE 2005.**

Às quinze horas e vinte e cinco minutos do dia vinte e um de março de dois mil e cinco, sob a presidência da Deputada Arlete Sampaio, foi aberta a primeira reunião ordinária da Comissão de Educação e Saúde, com a presença da Deputada Erika Kokay e do Deputado Augusto Carvalho. Declarando iniciada a reunião, a Senhora Presidente leu o primeiro ponto da pauta: - Leitura e aprovação da Ata da 2ª reunião Extraordinária da CES, realizada em 14 de março de 2005. Colocada em votação, foi aprovada por todos os presentes. A Senhora Presidente passou para o segundo ponto, procedendo aos comunicados: 01 - Registrou a realização de Audiência Pública sobre o Projeto de Lei que discute o Ato Médico, em 01 de abril, às 15 h, no Plenário. Em seguida a Senhora Presidente comunicou que a Deputada Eurides justificou a sua ausência em razão da posse da nova Secretaria de Educação. Dando prosseguimento aos trabalhos a Senhora Presidente passou para o terceiro ponto da pauta, discussão e votação das proposições. Colocado em votação o Item nº 01 - REQUERIMENTO Nº 006/2005 que "Requer a realização de Seminário para discutir o ensino de História e Cultura Afro-brasileira nos estabelecimentos de ensino oficiais e particulares, no âmbito do Distrito Federal." Autoria: Deputada Arlete Sampaio. RESULTADO: APROVADO POR TRÊS VOTOS A FAVOR E DUAS AUSÊNCIAS. Item nº 02 - PROJETO DE LEI Nº 50/2003 que "Institui a campanha educativa de prevenção do uso de drogas, da violência, de doenças sexualmente transmissíveis e da gravidez precoce, e dá outras providências." Autoria: Deputado Izalci Lucas. Relator (a): Deputada Eurides Brito. Parecer: AO SUBSTITUTIVO APRESENTADO NA CCI: PELA APROVAÇÃO. A Deputada Arlete lembrou que este projeto foi apreciado nesta Comissão de Educação e Saúde, e rejeitado. Recebeu Substituto que vem a CES para apreciação do mérito. No seu entendimento, a proposição deve retornar ao SACP para seguir tramitação, uma vez que a CCJ não alterou o mérito da matéria, até porque não teria competência para fazê-lo. Houve consenso sobre esse procedimento e assim será feito. RESULTADO: Acatado o encaminhamiento ao SACP para dar prosseguimento à tramitação da proposição. Item nº 03 - PROJETOS DE LEI Nº 747/2003 que "Dispõe sobre a substituição e a destinação de medicamentos cujos prazos de validade expirem em poder das farmácias e adota outras providências." Autoria: Deputado Pedro Passos. Relator (a): Deputada Eurides Brito. Parecer: PREJUDICIALIDADE. A Senhora Presidente informou sobre a aprovação, no ano passado, de um projeto de lei com igual teor, de autoria do Deputado Fábio Barcellos. A relatora, Deputada Eurides Brito, sugeriu o encaminhamiento de proposta de prejudicialidade. Os Deputados presentes referendaram o encaminhamiento de prejudicialidade da proposição ao Presidente. RESULTADO: Acatado o encaminhamiento de proposta de prejudicialidade. Item nº 04 - PROJETO DE LEI Nº 847/2003 que "Institui na rede pública hospitalar 'Campanha de Humanização do Atendimento Hospitalar à Criança', no âmbito do Distrito Federal." Autoria: Deputado Pedro Passos. Relator (a): Deputada Eurides Brito. Parecer: PELA APROVAÇÃO. Na ausência da Relatora, Deputada Eurides Brito, a Senhora Presidente solicitou a Deputada Erika Kokay, que procedesse à leitura do parecer sobre a matéria. RESULTADO: APROVADO O PARECER POR TRÊS VOTOS A FAVOR E DUAS AUSÊNCIAS. Item nº 05 - PROJETO DE LEI Nº 864/2003 que "Isenta de retirada da Guia de Transporte de Animais os participantes de competições e eventos equestres no Distrito Federal." Autoria: Deputado Augusto Carvalho. Relator (a): Deputada Eurides Brito. Parecer: PELA APROVAÇÃO, com emenda. A Deputada Erika Kokay foi designada relatora ad hoc e procedeu a leitura do parecer. RESULTADO: APROVADO O PARECER POR TRÊS VOTOS A FAVOR E DUAS AUSÊNCIAS. Item nº 06 - PROJETO DE LEI Nº 848/2003 que "Institui na Rede de Ensino Público de 1º e 2º graus e demais níveis de ensino, 'Política Permanente de Prevenção de Acidentes e Violência Escolar' no âmbito do Distrito Federal." Autoria: Deputado Pedro Passos. Relator (a): Deputada Eurides Brito. Parecer: PELA APROVAÇÃO, nos termos do Substituto apresentado. A Deputada Erika Kokay pediu a palavra para apresentar duas subemendas ao projeto. A primeira para retomar a composição da comissão, prevista originalmente no projeto. A proposta era de uma comissão interna constituída pelos seguintes membros: diretor, vice-diretor da escola membro-nato, presidente e vice-presidente do conselho escolar membro-nato e três representantes de professores, dos alunos, auxiliares-representantes da educação e dos pais, uma vez que a proposta da Relatora Deputada Eurides Brito restringe a participação da comunidade escolar. A outra subemenda Relatora Deputada Eurides Brito restringe a participação da comunidade escolar. Na ausência da Relatora, Deputada Eurides Brito, a Senhora Presidente solicitou que o Deputado Augusto Carvalho apresentasse o parecer da matéria. A Deputada Arlete falou que como as emendas foram apresentadas fora do prazo, elas teriam que ser absorvidas pela relatoria para serem validadas. O Deputado Augusto Carvalho disse que para precisar melhor o que estavam propondo, deixou registrado que o substitutivo apresentado pela Deputada Eurides Brito absorveria as sugestões contidas nas subemendas e que seria feito uma redação final adequada à incorporação do conteúdo dessas propostas. Em seguida a Senhora Presidente colocou em votação o parecer com as subemendas sugeridas. RESULTADO: APROVADO O PARECER POR TRÊS VOTOS A FAVOR E DUAS AUSÊNCIAS, acatando as sugestões apresentadas. A Presidente da Comissão solicitou ao Deputado Augusto Carvalho que encaminhasse à Comissão a redação final com a absorção das duas emendas apresentadas pela Deputada Erika Kokay. Item nº 07 - PROJETO DE LEI Nº 1125/2004 que "Dispõe sobre a obrigatoriedade da divulgação dos riscos de terapia de reposição hormonal no âmbito do Distrito Federal." Autoria: Deputado Pedro Passos. Relator (a): Deputada Eurides Brito. Parecer: PELA APROVAÇÃO. A Deputada Erika Kokay foi designada relatora ad hoc e procedeu a leitura do parecer. CONCEDIDA VISTA À DEPUTADA ARLETE SAMPAIO. Item nº 08 - PROJETO DE LEI Nº 1411/2004 que "Cria o Programa de Odontologia Pública nas Administrações Regionais do Distrito Federal." Autoria: Deputado Leonardo Prudente. Relator (a): Deputado Chico Floresta. Parecer: PELA APROVAÇÃO - REJEITADO. PARECER DO VENCIDO - Dep. Eurides Brito. Na ausência da Relatora do parecer do vencido, Deputada Eurides Brito, a Senhora Presidente solicitou à Deputada Erika Kokay que procedesse a leitura do parecer do vencido sobre a matéria. Item nº 09 - PROJETO DE LEI Nº 1460/2004 que "Torna obrigatório a inclusão do tipo sanguíneo do aluno(a) na respectiva identidade estudantil de ensino de educação básico (infantil, fundamental, médio e superior)." Autoria: Deputado Agunaldo de Jesus. Relator (a): Deputada Eurides Brito. Parecer: PELA APROVAÇÃO, com emendas. A Deputada Erika Kokay foi designada relatora ad hoc e procedeu a leitura do parecer. RESULTADO: APROVADO O PARECER POR TRÊS VOTOS A FAVOR E DUAS AUSÊNCIAS. Nada mais havendo a tratar, a Senhora Presidente declarou encerrada a reunião, às quinze horas e quarenta e nove minutos, e eu, Dalva Aparecida de Mendonça Fajardo, Técnica Legislativa, lavro a presente ata, que, após lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente.

  
Deputada Arlete Sampaio  
Presidente

**ATA DA SEGUNDA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E SAÚDE, NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 4ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 4 DE ABRIL DE 2005.**

Às quinze horas e trinta minutos do dia quatro de abril de dois mil e cinco, sob a presidência da Deputada Erika Kokay, foi aberta a segunda reunião ordinária da Comissão de Educação e Saúde, com a presença da Deputada Eurides Brito. Por falta de quorum, a Senhora Presidente declarou

encerrada a reunião, às quinze horas e trinta e um minutos, e eu, Dalva Aparecida de Mendonça Fajardo, Técnica Legislativa, lavro a presente ata, que, após lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente.

  
Deputada Arlete Sampaio  
Presidente

**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE A PAUTA DE REIVINDICAÇÕES DA CATEGORIA DOS PROFESSORES, REALIZADA EM 7 DE MARÇO DE 2005.**

Às dez horas e quinze minutos do dia sete de março de dois mil e cinco, realizou-se no Plenário da Câmara Legislativa do Distrito Federal a Audiência Pública sobre a pauta de reivindicações da categoria dos professores. Presidiu a audiência a Deputada Arlete Sampaio, que cumprimentou a todas e todos, professores e alunos do Centro de Ensino Médio nº 3 do Gama, e convidou para fazer parte da Mesa os membros da Comissão de Educação e Saúde: Deputada Erika Kokay e Deputado Augusto Carvalho; representando o Sindicato dos Professores, Prof. Garibel - Carlos Antonio de Souza Lima. Disse que a audiência pública foi requerida no âmbito da Comissão de Educação e Saúde pela Deputada Erika Kokay e por ela, tendo sido aprovada na última reunião extraordinária da Comissão. O objetivo foi trazer ao conhecimento da Câmara Legislativa a pauta de reivindicações dos professores que anunciava o início de uma greve. A Câmara Legislativa tem a responsabilidade e a obrigação de acompanhar esta situação e tentar contribuir para que efetivamente se abram as negociações entre o sindicato e o Governo. Disse ninguém gosta de fazer greve, ela é apenas uma arma que deverá ser usada como último recurso. Caso os professores decidem pela greve, Governo do Distrito Federal deve estar atento para abrir as negociações imediatamente. Lembrou que houve na Câmara Legislativa uma reunião da comissão de negociação em que ela, a Deputada Erika Kokay e o Presidente desta Casa estiveram presentes e, na ocasião, o Presidente encaminhou ao Governador e o Presidente desta Casa a abertura do processo de negociação. Em seguida, anunciou a presença da Deputada Anilécia Machado, líder do Governo, e do Deputado Paulo Tadeu. Antes de passar a palavra ao representante do Sinpro, lembrou das dificuldades que marcaram o reinício das aulas este ano, como a falta de vagas para os alunos da educação infantil, o complicado remanejamento de estudantes do ensino fundamental e médio, o encerramento dos trabalhos das escolas normais, a mudança em várias escolas, e disse que tudo isso criou uma dificuldade enorme para o ambiente escolar no Distrito Federal. A perspectiva de uma greve, anunciada pelo Sindicato dos Professores, trará um ingrediente a mais para a situação da educação pública no Distrito Federal. Entregou aos professores um estudo sobre a questão do orçamento da Secretaria de Educação para 2005 e a execução de 2004. A Deputada Arlete verificou que, para pagamentos de salários, a Secretaria de Educação teve uma despesa autorizada de R\$ 295.925.000,00 (duzentos e noventa e cinco milhões, novecentos e vinte e cinco mil reais); de R\$ 345.528.760 (trezentos e quarenta e cinco milhões, novecentos e vinte e cinco mil, setecentos e sessenta reais) e uma despesa executada de R\$ 330.914.544 (trezentos e trinta milhões, novecentos e quatorze mil, quinhentos e quarenta e quatro reais). Verificou também que, para o Orçamento de 2005 há uma previsão de R\$ 345.054.977,00 (trezentos e quarenta e cinco milhões, cinquenta e quatro mil, novecentos e setenta e sete reais), que significa 4,3% a mais do que o de 2004. Verificou que os salários dos professores são pagos com os recursos do Fundo Constitucional, e analisando a distribuição desse fundo viu que os recursos destinados ao pagamento de pessoal na área de saúde e de educação, enquanto aqueles destinados à área de segurança vão crescer 12,9%. Ressaltou que o que mais chama atenção são esses dados e os recursos do Fundo Constitucional. Lembrou que antes havia uma distribuição que privilegiava quase sempre a área de educação, que tinha um percentual maior que o percentual das demais áreas. Hoje, está acontecendo o inverso, os recursos destinados à área de educação juntamente com a saúde caíram de 53% em 2004 para 49% em 2005, e cresceu o percentual para a área de segurança. Falou que foi criada pelo governo uma rubrica nova para o uso do Fundo Constitucional. Para a "área de segurança pessoal e encargos; segurança e outras despesas correntes; segurança e investimentos, a União repassará não só o pagamento de pessoal, mas, também, recursos para investimentos. Para a área de

saúde, os recursos sempre foram para o pagamento de pessoal, mas, em 2005, para saúde, educação, pessoal e encargos serão destinados R\$ 2.068.177,00 (dois milhões, sessenta e oito mil, cento e setenta e sete reais). Foi aberta uma nova rubrica, que não existia em 2004. Para saúde e educação, e outras despesas correntes, R\$ 114.525.000,00 (cento e quatorze milhões, quinhentos e vinte e cinco mil reais) dos R\$ 373 milhões. Disse que ainda não há uma previsão de quais seriam essas outras despesas correntes, isso significa que há, portanto, uma possibilidade, se for a vontade política do Governo, de que esses recursos venham integrar a finalidade primordial do repasse do Fundo Constitucional que é o pagamento de pessoal. A Senhora Presidente, depois de dar essas informações, disse que queria mostrar que todas as metas previstas, de valorização e promoção do aperfeiçoamento dos funcionários da educação, o próprio plano de carreira aprovado, nada disso tem sido viabilizado concretamente no orçamento dos últimos anos. Disse que quando esta Casa, analisou o Plano de Cargos, Carreiras e Salários, encaminharam a possibilidade de uma série de emendas reivindicadas pelo Sindicato, tendo em vista que o formato assumido pelo Plano de Carreira não foi aquele desejado e reivindicado pela categoria dos professores. Lembrou que de todas as categorias, a que menos teve aporte de recursos no sentido da melhoria de carreira, foi a categoria dos professores. Em seguida passou a palavra ao representante do Sindicato dos Professores, o professor Garibel, que cumprimentou a todos e parabenizou a Comissão pela iniciativa. O professor disse que deixará registrada a situação da Educação no DF, disse que nas duas últimas semanas nunca foram tão violentados, no que diz respeito a ponto de vista pedagógico, com as declarações da Secretaria de Educação. Queriam com muita tranquilidade, chamar a Secretaria de Educação para um debate e saber até que ponto ela está sendo fiel a realidade em que vive o professor. Lembrou a declaração feita pela Secretária, que disse que é inadmissível banalizar a Educação, e aproveitou o espaço para colocar um pouco do que representa a pauta de reivindicação. Foi tirada uma cópia da pauta e entregue a todos no plenário. Deixou registrado que no dia seguinte terão uma grande assembleia da categoria, que irá definir qual será o rumo dos professores e da Educação em geral. Falou que a pauta tem 48 itens, mas que somente 3 itens têm caráter econômico. A grande maioria tem um caráter pedagógico, e um caráter em defesa da Educação. Como primeiro ponto, falou da gestão democrática. Disse que é inadmissível, num Estado Democrático de Direito, onde quase 20 Estados e a maioria dos municípios brasileiros votam para eleger a direção da escola, em Brasília, somente ao Governador compete a nomeação dos Diretores, não cabendo aos interessados o direito ao voto nas escolas. Lembrou que gestão democrática não é somente a eleição do diretor, mas a abertura da escola para a comunidade e o direito incondicional do aluno ao acesso de todo e qualquer espaço da escola. Portanto, os professores pensam que é condição sine qua non para avançar nessa luta, tendo a gestão democrática como elemento para dar vida, e para dar gás à democracia nas nossas escolas. Esse é um dos tópicos da pauta. Outro ponto que lutam, diz respeito à questão de um plano de saúde para a categoria, um pequeno elemento que dará vida à saúde da categoria. Trouxe alguns dados como: 44% dos professores estão doentes; 33% dos professores têm problema de estresse, estafa, em virtude da sobrecarga no seu dia-a-dia; 22% da categoria tem problema de LER, Dor, Bursite. Esses são elementos que colocam os professores cada vez mais em defesa de um ensino de qualidade para que ele possa dar sua aula, na medida em que ele tiver toda a sustentação de saúde. Com isso, justificou o pedido de assistência médica, ou plano de saúde. Outro item da pauta foi a questão do reajuste salarial. O professor do Distrito Federal tem hoje o menor salário de nível superior de todo o GDF, e desde 1995 acumulam uma defasagem de quase 100% do salário. Explicou que Fundo Constitucional foi criado em 2002. Até 2002, a Educação e a Saúde não tinham repasse garantido

pela Constituição. Havia apenas um acordo. Hoje o pagamento no orçamento é garantido para Saúde, Segurança e Educação, pela lei chamada de Fundo Constitucional. Em 2002, o repasse federal era de R\$ 2.950.000.000,00 (dois bilhões, novecentos e cinquenta milhões de reais). Hoje, em 2005, estão previstos R\$ 4.448.000.000,00 (quatro bilhões, quatrocentos e quarenta e oito milhões de reais), o que significa um acréscimo de quase 50% de 2002 para cá. Nesse mesmo período, de 2002 a 2005, a inflação girou em torno de 32%. Enquanto isso, o salário do magistério foi reajustado, considerando plano de carreira, 10% da greve de 2002, em média 20%. Ou seja, se o Fundo foi reajustado em 50% e os professores tiveram 20%, isso significa que não existe proporcionalidade no tratamento ao magistério. É por isso que a categoria dos professores precisa ter reconhecimento na questão da remuneração. Outro item da pauta que pontuaram é o auxílio-alimentação. O ticket-alimentação que era de R\$99,00 (noventa e nove reais) há dez anos - são R\$99,00 (noventa e nove reais) brutos, R\$70,00 (setenta reais) ou R\$80,00 (oitenta reais) líquidos - continua o mesmo valor até hoje. Disse que ficaram quase cinco anos sem receber o ticket-alimentação. Voltaram a recebê-lo em função de uma luta, na greve de 2002. Lembrou que uma cesta básica que era de R\$70,00 (setenta reais) em 1995, com certeza hoje, fica em torno de R\$220,00 (duzentos e vinte reais) ou R\$240,00 (duzentos e quarenta reais). Portanto, R\$99,00 (noventa e nove reais) para o professor se alimentar manhã, tarde e noite, é no mínimo uma humilhação. Falou que contam com a sensibilidade da nobre Deputada Aniléia Machado, para discutirem com o GDF. Registrou que o Sindicato e a categoria querem é dialogar para chegar em algum acordo. O professor Garibel disse que são 49 itens, mas não poderá falar de todos, pontuou apenas alguns. Disse que está levantando a discussão e que a realidade hoje vivida pelos profissionais da Educação vai de sofrível a deplorável. O sistema precisa de reformas urgentes. Daí a importância de ter neste momento, neste plenário, o aluno, o pai, o servidor, o professor e a Comissão de Educação e Saúde fazendo esta discussão. O professor convive hoje com toda sorte de problemas na escola, principalmente nas regiões mais carentes. Os alunos ali projetam suas dores, problemas como desagregação familiar, alcoolismo, fome, desemprego, e muitas vezes o professor acaba sendo "o terapeuta", porque além de ser um grande educador que constrói a arte de ensinar, ler e escrever, muitas vezes tem que construir a habilidade de realizar um trabalho terapêutico, e tudo isso representa a educação. Aproveitou a oportunidade para parabenizar todas as mulheres pelo dia 8 de março e falou que, aproximadamente, 99% da categoria tem nível superior, sendo que 84% é composto por mulheres. Concluindo a sua fala, disse que houve um aumento populacional de quase duzentos e trinta mil pessoas no DF nos últimos quatro anos, ao mesmo tempo houve uma redução de mais de vinte mil matrículas na rede pública. Parece que existe uma pequena contradição, uma vez que foi registrado um aumento populacional, e por outro lado houve uma redução de quase cinquenta mil matrículas na rede pública. Segundo o departamento de escola particular do sindicato, o número de matrículas na rede particular vem crescendo. Diante desse fato verificaram que está havendo uma contradição. Segundo dados da própria Secretaria do Distrito Federal, verificou-se um aumento do número de crianças no Caje. Falou que é necessário fazer uma reflexão sobre o que realmente queremos construir na educação do Distrito Federal. É urgente e necessário retirar a educação de Brasília da UTI e para isso é de vital importância construir uma nova concepção de educação, pois esse gesto representará não somente o futuro, mas, acima de tudo o presente daqueles que lutam, em cada instante e em todos os lugares, seja em casa ou na escola para que tenhamos uma sociedade mais humana, justa e igualitária. Deixou registrado que se amanhã entrarem em greve, essa decisão será de responsabilidade da Secretaria de Educação. Terminou sua participação agradecendo a todos os presentes e reafirmando a disposição dos educadores na luta pela cidadania, pois crê que esta é uma condição social que somente a educação poderá promover. A Senhora Presidente, Deputada Arlete Sampaio, agradeceu a participação do Sinpro, na pessoa do Prof. Garibel, em seguida registrou a presença do Sr. José Raimundo Oliveira, Sr. José Antônio Gomes Coelho, Sr. César Santos, Sr. Nilton Ismael Rosa, Sr. Júlio César, Sra. Eira Marisa, Sr. João Bosco, Sra. Marli Porto, Sr. Geraldo e Sra. Maria do Carmo. Concedeu a palavra ao representante dos alunos, Raul Diego, do Centro de Ensino Médio 3. O Estudante Raul, depois de cumprimentar a todos, disse que veio a esta Casa, juntamente com seus colegas, para defender a educação e desabafar sobre o caos que está a educação. Falou que estuda no Centro de Ensino Médio 3, e que no decorrer de sua história, vem sofrendo várias perseguições, entre elas o fechamento da escola, sendo uma das desculpas a questão administrativa. Com a luta dos alunos, fazendo passeatas e criando a GRE, o problema foi solucionado. Não bastando essa perseguição, no início desse ano, aconteceu o fechamento de quatro salas no turno vespertino. Há 150 alunos querendo estudar, mas a situação continua sem explicação. Ocorreu também o fechamento de laboratórios, a escola não tem laboratório de física, química e biologia. As quadras estão totalmente acabadas, os professores e seus alunos sofrem diariamente por causa desse problema. Laudos comprovam que as estruturas hidráulica, elétrica e o telhado da escola têm de ser reformados urgentemente. Os alunos e os professores sabem do caos que enfrentam todos os dias, com uma educação atrasada, sem revoluções e progressões. Falou que vieram pedir atenção, pois se trata da educação dos cidadãos, dos seus filhos, da sociedade. Lembrou que o lugar mais favorável para isso é esta audiência pública, que conta com a presença dos representantes do poder, eleitos por essa sociedade que está sofrendo e que está pedindo atenção. Disse que acredita que esses problemas podem ser solucionados. Lembrou que também vieram pedir uma gestão democrática, estrutura, biblioteca, o mínimo de infra-estrutura e de atenção. Falou que vieram escutar, pedir e falar, e que acredita que não é competência dessa ou daquela autoridade construir o futuro, mas sim de todos nós. O homem é autor e ator do seu futuro. Não há democracia sem justiça e sem educação. Então, que seja feita a justiça e a educação para o povo. A Senhora Presidente disse que entendia a alegria e a euforia dos alunos, mas, para dar sequência à audiência pública, pediu que sejam mais comedidas as manifestações. Registrou a presença do Deputado Paulo Tadeu e concedeu a palavra à Sra. Aliana, representante da Escola EIT. A estudante Aliana disse que veio falar sobre a questão da educação e não sobre as questões que todos já estão cansados de saber. Registrou que para virem a esta audiência, tiveram de enfrentar uma atitude arbitrária da diretora, que não queria deixá-los sair da escola. Os alunos do EIT não vieram cobrar de vocês um direito que é nosso. Eles não estão aqui para pedir biblioteca, condição de ensino, porque isso já é direito dos cidadãos, é constitucional. Como todo cidadão, têm o direito de exercer o seu direito. A aluna Aliana contou que está no 3º ano, e não tem dinheiro para pagar um cursinho para auxiliá-la no ingresso à UnB. Disse que o Estado deve garantir isso. Se um professor está doente, se não há papel na escola, se falta giz na escola, como os alunos vão ter condições de competir com um aluno da escola particular. Está colocando a visão do aluno porque os professores sempre fizeram greve sozinho, mas a greve deveria ser uma questão de educação, de todo mundo. É fácil falar da escola pública quando ela é uma realidade distante, entretanto, quando você convive dentro da escola pública, você tem uma noção melhor, e percebe porque a maioria dos estudantes que estão na UnB é aluno de escola particular. É preciso mudar essa realidade aqui no Distrito Federal para que o futuro seja melhor. Quem vai querer ser professor com as condições de trabalho existente. Isso acarretará até a falta de professores na Rede de Ensino. Deixou registrado que os alunos da EIT estão apoiando a greve dos professores, porque eles estão olhando a greve na questão da educação. Disse que estão acabando com o ensino médio noturno na escola pública, e lembrou que muitos alunos da escola pública precisam trabalhar. Todos precisam estagiar e tem aluno perdendo oportunidades porque não existe o turno noturno. Concluindo sua fala, a aluna Aliana disse que falam em acabar com a EIT, e caso isso ocorra, o que vai acontecer com os estudantes que não podem pagar uma escola particular. Dando sequência a audiência pública, a Deputada Arlete Sampaio disse que passará a palavra aos Parlamentares, começando pelos Membros da Comissão de Educação e Saúde. Passou a palavra à Deputada Erika Kokay, que cumprimentou a todos que estão no exercício pleno da constituição da cidadania. A Deputada Erika disse que fala como Parlamentar, como Vice-Presidente da Comissão de Educação e Saúde e como Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar, mas também como cidadã desta cidade e como mãe de aluna que estuda na 3ª série da escola pública. Tendo uma filha de nove anos que estuda em escola pública, isso a possibilita sentir muito concretamente o descaso com a educação

pública nesta cidade. A primeira coisa que percebe é que não há uma gestão democrática. Não há um sentimento de pertencimento dos alunos que ali estudam, dos pais, dos professores, de que pertencem à construção de um projeto pedagógico dentro das escolas. Percebe-se que não há projeto pedagógico em curso no Distrito Federal. É muito difícil que tenhamos que depender de qual vai ser o professor ou a professora do nosso menino e da nossa menina para saber se naquela sala de aula vai estar sendo construído um projeto pedagógico de libertação da condição humana, ou se vão ser reproduzidas determinadas práticas que aprisionam, como diz Rubem Alves, aprisionam os passarinhos que têm dentro de cada um ou cada um de nós. Portanto, vivemos hoje no Distrito Federal, talvez a crise mais aguda na educação pública, uma crise extremamente aguda, uma crise que nos remete a uma análise, a uma análise, inclusive, do relatório do Tribunal de Contas do Distrito Federal que constata que não há planejamento nem há metas estabelecidas dentro da educação pública do Distrito Federal. Se não há planejamento, a dor de termos quatro mil adolescentes e/ou crianças fora das salas de aula, porque a Secretaria de Educação não utilizou a verba que estava prevista para reformar e para ampliar as nossas escolas do Distrito Federal. Se a Secretaria de Educação não utilizou a verba prevista para reforma e para ampliação das escolas, ela não teve o mesmo descuido com verba de publicidade, que foi utilizada em 100%, como pudésemos dar publicidade a verdadeira caos ou enganar a população com uma publicidade, quando em verdade, quem vive a realidade das escolas públicas sabe que convivemos com o caos. Lembrou que sua filha começou a estudar no dia 14 e já está sem professora. Disse que sua filha está tendo aula com dois ou três professores, que num esforço imenso buscam suprir o conteúdo curricular que é previsto para o seu ensino. Falou que uma criança de nove anos entra na escola por inteiro, entra na escola como ser humano, e tem na professora e no professor não apenas aquele que reproduz o conteúdo, mas uma relação antes de tudo afetiva, porque os educadores e as educadoras lidam com ser humano por inteiro, lidam com o ser humano com as suas angústias, lidam com o ser humano, com o seu sonho, com a sua esperança, e precisam estar por inteiro dentro da sala de aula, mas o tratamento que tem sido estabelecido aos educadores e às educadoras é um tratamento de buscar desconstruir a sua auto-estima, porque nada justifica que tenhamos os professores e as professoras sendo tratados como estão neste momento, nada justifica que tenhamos professoras que saem de licença maternidade e que não possam ficar mais tempo com os seus meninos utilizando a sua licença prêmio em seguida. Nada justifica, e por nada justificar isso, este veto a esta emenda com esse sentido, elaborada pela Bancada do Partido dos Trabalhadores, e que o Sr. Governador vetou, foi derrubado na semana passada, para que as professoras possam fazer uso com profundidade da magia da maternidade. Portanto, vivemos um caos, um caos das ausências de escolas, um caos do EIT, e de tantas outras escolas, porque o EIT está passando por um processo visível de encolhimento, não estamos falando de qualquer escola, estamos falando de uma escola que existia antes de existir Taguatinga, já estava lá o EIT. O EIT, que dizem: "ora, vamos diminuir nossas salas de aula, vamos diminuir nossas turmas, porque não há demanda". E dizem os demandantes, os pais, os alunos que buscam a escola para matricular-se e ali dizem que não há vaga. Perguntou: "Que governo é esse que quer destruir o EIT? Que Governo é esse que está construindo um prédio necessário, com 1.550 vagas, e destrói a Escola da 115 do Recanto das Emas? Que Governo é esse que não entende que a Educação é a política social mais básica para a construção de homens e mulheres livres?" Disse que não queremos uma sociedade com os meninos e meninas aprisionados em Cajes ou nos presídios desta cidade, queremos uma sociedade de homens e mulheres por inteiros, livres, para exercerem a condição humana que nos faz quase anjos, como diz a Bíblia, portanto vivos

hoje uma educação caótica e vimos uma resistência dos educadores e educadoras porque, ainda que estejam submetidos a esta condição de trabalho que leva ao adocimento, é uma das categorias em que as condições de trabalho levam a existência de inúmeras doenças relacionadas ao trabalho. Não obstante os baixos salários, os menores dos servidores públicos do Distrito Federal, não obstante os dias que não são repostos, embora, os professores deem as aulas correspondentes a esses dias; não obstante um ticket alimentação que chego a R\$ 70,00 (setenta reais) ou um pouco mais; os professores e professoras resistem e de do colo da escola pública que nós temos secadores solar sendo construído em Ceilândia, é do colo da escola pública que saem robôs sendo produzidos pelos alunos de Samambaia, é do colo da escola pública que se constrói uma resistência onde os professores e as professoras dizem: "Resistimos ao caos! Resistimos porque temos um compromisso com a construção da cidadania!". E amanhã, os professores vão dizer: "Continuamos resistindo porque temos uma profissão: professor, professora. Profissão: educador e educadora. E contra todo o caos, vamos continuar apostando na construção de passarinhos livres e não engaiolados nesta cidade!". Disse que a bancada do Partido dos Trabalhadores, a qual tem a honra de liderar neste ano, vai estar junto com educadores e educadoras para construir uma nova realidade. Para encerrar a Deputada Erika leu uma frase de Rubem Alves utilizada em *folder* do Sindicato dos Jardineiros: "Havendo um jardineiro, cedo ou tarde, um jardim aparecerá. Mas um jardim sem jardineiro, cedo ou tarde, desaparecerá". O que é um jardineiro? É uma pessoa cujo pensamento está cheio de jardim. O que faz um jardim são os pensamentos do jardineiro. Educadores e educadoras, jardineiros, jardineiras da cidadania e da vida. A Deputada Arlete agradeceu as palavras da Deputada Erika Kokay, e registrou a presença dos Deputados Chico Floresta e Chico Vigilante. Em seguida passou a palavra ao Deputado Augusto Carvalho, que disse que os membros da Comissão de Educação e Saúde estão nesta audiência para ouvir. Depois de ouvir o representante do Sindicato, o representante dos alunos, perguntou pelo representante do Governo. "Cadê a palavra do Governo?". Lembrou que foi enviado em tempo hábil um ofício à Secretaria de Educação, para que pudessem responder as questões colocadas. Disse que é uma greve anunciada há cem dias, em *outdoors*, manifestações, mensagem no rádio e, lamentavelmente, pelas informações que chegaram até nós, nada foi feito ou, pelo menos, se frustraram os encontros. Mais uma vez, poderá acontecer um ano com interrupção, que afeta de maneira marcante a vida da cidade, dos lares, das pessoas, das mães, principalmente, que precisam e tem na escola um abrigo seguro para que seus filhos ali possam estar em boas mãos. Talvez a Deputada Aniléia Machado, que é líder do Governo, poderá responder algumas indagações. Lembrou dos bilhões de reais que são repassados à giza de manutenção da Educação, Saúde e Segurança. Falou da evolução histórica dos recursos repassados, é verdade, a maior parcela é transferida para a área da Educação. Mas também é maior o número de participantes dessa rubrica. Entre profissionais na ativa e aposentados existe um número maior do que na Segurança Pública ou na Saúde. Se antes acontecia uma participação equilibrada entre as três áreas, hoje vimos que caiu a participação para a área de Educação, em relação à Saúde e à Segurança do chamado Fundo Constitucional. Disse que deixa esses dados à disposição do Sindicato e da representação dos pais e alunos. Lembrou também da recusa da implementação do Orçamento aprovado por esta Casa para o exercício 2004. Falou que esse problema acontece em nível nacional, não é uma questão só do Distrito Federal. O Orçamento é uma ficção. O Governo Federal, ou o do Distrito Federal, manda para o Parlamento uma proposta. Essa proposta é alterada através das chamadas emendas parlamentares, emendas de bancada, no caso do Governo Federal, do Parlamento Nacional, e o fato é que aquele Orçamento finalmente aprovado pelo Plenário das Casas Legislativas, acaba não sendo executado na sua inteireza. Contou que a rubrica destinada a construir, reformar e manter as instalações físicas das escolas públicas, tinha uma dotação, de R\$ 96.000.000,00 (noventa e seis milhões de reais) iniciais e que foi executado, na sua totalidade, apenas R\$ 22.550.000,00 (vinte e

dois milhões, quinhentos e cinquenta mil reais). Citou como exemplo a Samambaia, que não teve sequer um tostão aplicado na construção ou melhoria das instalações. Deixou essas questões, e fez um apelo à Deputada Aniléia Machado para que convença os seus pares da base de sustentação do Governo para que a Secretaria, ou a Secretária, ou quem for designado, saia do seu pedestal, saia da sua intransigência e busque uma composição que evite a paralisação das aulas, das atividades das escolas, porque todos sabem como tudo isso é marcante na vida de cada aluno, e como isso é doloroso para o pai, que sabe que o seu filho está perdendo essa corrida de preparação permanente, e para o professor que é levado a essa medida extrema, e que faz com muita dor no coração. Em seguida a Senhora Presidente passou a palavra ao Deputado Paulo Tadeu, Ouvidor da Câmara Legislativa. O Deputado Paulo Tadeu depois de cumprimentar a todos disse que a Câmara

Legislativa traz nesta manhã de segunda-feira um debate importante para o futuro da educação no Distrito Federal. Lembrou que estudou em escolas públicas e disse que não podem deixar de levar em consideração a política que há mais de dez anos foi adotada no País, a partir do Governo Collor de Meilo, que introduziu o princípio do neo liberalismo apoiado em cima da lógica do estado mínimo. Esse estado mínimo que depois foi adotado e seguido fielmente por Fernando Henrique Cardoso e que ainda existe resquícios no Governo Federal, tem levado a esse desmonte de áreas essenciais para a sobrevivência do povo brasileiro. Disse não ter a menor dúvida que, por meio da chamada política do estado mínimo, toda ela baseada em primeiro tirar recursos importantes para o funcionamento desses setores. Segundo, procurar privatizar de maneira gradativa esses setores estratégicos para a sociedade. Lembrou o que ocorre na área da saúde, onde os hospitais privados do Distrito Federal recebem milhões de reais do dinheiro público a partir dos convênios instituídos pelas empresas públicas nos órgãos públicos, para garantir ali uma qualidade de saúde privada em detrimento da saúde pública, que está um caos. Lembrou que na semana passada nesta Casa foi protocolado, a partir de iniciativa da bancada PT, o requerimento que trata da CPI da Saúde. Na área da educação acontece a mesma coisa. A medida que os recursos públicos foram saindo da escola pública, foi se fortalecendo a escola privada, e acontece aquilo que a estudante do EIT falou, quando fez uma comparação entre a qualidade das escolas privadas em detrimento das escolas públicas. Também acontece na área de segurança, porque o que mais cresce no País é a segurança privada onde se contrata seguranças para condomínios, residências e órgãos. Essa lógica está permeando o País. Colocou aos professores e alunos que isso também ocorre no Distrito Federal. O Governo do Sr. Joaquim Romiz há anos vem privilegiando a iniciativa privada por meio de obras faraônicas, que não foram discutidas com a população em detrimento de serviços públicos essenciais como Educação, Saúde e Segurança. Como já foi dito pelo professor e pela Deputada Arlete Sampaio, sem sombra de dúvida a Educação tem tido um tratamento extremamente perverso pelo Governo do Distrito Federal. O Governo prioriza obras públicas como a terceira ponte, está fazendo uma mega obra da chamada Biblioteca Nacional, que é um absurdo porque com muito menos poderia construir bibliotecas em cada cidade do Distrito Federal, porque os alunos que moram nas cidades-satélites não terão condições de se deslocarem para o plano piloto. Teriam que pagar uma tarifa cara, de um ônibus ruim. Ocorre é que poderia se gastar muito menos construindo bibliotecas de qualidade em cada cidade do Distrito Federal. Além disso, os salários pagos aos professores de fato são ridículos, com todo o respeito. Reafirmou que tem o entendimento de que todos os trabalhadores devem de ganhar bem. O que não pode é os professores ganharem mal, como o que ganham hoje. Esse salário é lastimável e não garante sequer o sustento dessa classe essencial para a vida da cidade. Dessa forma sobra para os alunos o desprezo de ter escolas pouco equipadas ou com nenhuma estrutura, quadras de esporte que sequer funcionam porque estão jogadas às traças. Não existem computadores suficientes para atender a esses alunos, inserindo-os na globalização da informática. Ao mesmo tempo, existe uma situação onde a Secretaria de Educação não adota porque não quer uma política

pedagógica que coloque esses alunos hoje exatamente na situação e na conjuntura em que vive o país. Ressaltou que não existe uma política pedagógica para a área de educação. Falou com os Deputados Augusto Carvalho, Arlete Sampaio e Erika Kokay, que talvez deveriam criar a CPI da Educação, para colocar a Secretaria nesta Mesa, porque ela tem um total desprezo por essa área, para a Secretaria explicar por que a área da educação gasta tanto dinheiro com questões que não têm nenhuma importância, como a publicidade, em detrimento da qualidade da educação. Por que se fez tanta denúncia de corrupção recentemente, e por que o Ministério Público está investigando as denúncias de corrupção na Secretaria de Educação? Disse acreditar que esta Casa poderia dar uma contribuição fazendo com que essa investigação ocorresse. Disse que o Deputado Augusto Carvalho foi muito feliz na sua colocação quando disse que aqui está reunida a comunidade escolar de uma maneira geral, pais, alunos, professores e profissionais, mas que o Governo não está presente. Para concluir, falou que os membros da Comissão de Educação e Saúde deveriam sair dessa audiência pública com um encaminhamento concreto, porque não adianta fazer diversas falações e não apontar o que a Câmara Legislativa pode fazer de maneira concreta para ajudar a educação do Distrito Federal. "O que podemos fazer?" Informou que apresentou algumas medidas imediatas com relação a essa questão, registrando que protocolou e vai abrir uma grande luta em defesa do transporte gratuito para os alunos do ensino público do Distrito Federal, começará a desencadear esta semana uma campanha em defesa do transporte gratuito, como ocorre em outras cidades do país, como Belém, Cuiabá e Santa Catarina. Falou que fez um estudo e chegou à seguinte conclusão: 70% (setenta por cento) do transporte escolar, que está na composição da tarifa pública de ônibus, porque os alunos têm direito ao passe estudantil como meia-entrada, é paga pelo usuário e 30% (trinta por cento) é pago pelo aluno. O que pretende neste momento é que os 30% (trinta por cento) pagos pelos alunos sejam pagos pelo Governo do Distrito Federal, que tem recursos para isso, na medida que aumentou de maneira significativa sua arrecadação de impostos no DF, com IPVA, IPTU e outros. Disse que o Distrito Federal terá com arrecadação cerca de 8 bilhões de reais este ano. Por isso, o governo pode arcar com os 30% dos passes estudantis, fazendo com que os alunos tenham direito ao transporte gratuito. Propôs à Deputada Arlete Sampaio e Deputada Erika Kokay, apresentar nesta Casa requerimento para abertura de uma CPI da educação. Tem observado que muitos professores andam desanimados nas escolas, porque fazem parte de uma categoria que está sempre lutando nesta cidade. No entanto, o instrumento da greve, legítimo e correto da categoria dos professores, tem sido utilizado pelo Governo do Distrito Federal para criar economias para os cofres públicos e para aplicar em obras e publicidade. Se os professores estão com indicativo de greve, esta Casa tem de se somar a essa luta dos professores. Reafirmou seu compromisso com os professores, com os alunos e com a comunidade escolar de maneira geral. Colocou o seu mandato e o Partido dos Trabalhadores à disposição dessa causa, para fazerem uma grande frente de luta em defesa da educação no Distrito Federal. A Deputada Arlete concedeu a palavra à Deputada Erika Kokay, que fez entrega de documento ao Sinpro. A Deputada Erika informou que fez um levantamento de várias ações na área da educação. No documento que entregou, há análise do Tribunal de Contas do Distrito Federal sobre o orçamento do GDF não implementado na educação. Contém também cópia de uma série de requerimentos feitos pela bancada do Partido dos Trabalhadores e de análise do fundo constitucional, mostrando que o governo só cumpre seus limites previstos na Constituição porque conta com recursos federais. Entregou o documento ao Sinpro para que o sindicato possa utilizá-lo na discussão que haverá durante o processo de greve. Lembrou que receberam uma proposta de crédito orçamentário do governo com previsão de mais R\$ 12.400.000,00 (doze milhões e quatrocentos mil reais) para publicidade; R\$ 7.000.000,00 (sete milhões de reais) para construir uma estrada que não é em Brasília, mas em Luziânia, em Goiás; R\$ 23.000.000,00 (vinte e três milhões de reais) para jardinagem do DF e não para jardim do Rubem Alves. Isso perfaz um total de R\$ 42.400.000,00

(quarenta e dois milhões e quatrocentos mil reais). Apresentou o compromisso da bancada do Partido dos Trabalhadores de transformar isso em uma emenda para, a partir de então, utilizar esses recursos em ações em prol da educação. Dando prosseguimento, a Senhora presidente passou a palavra para Exma. Sra. Líder do Governo nesta Casa, Deputada Anilécia Machado. A Deputada Anilécia depois de cumprimentar a todos, disse que seu pronunciamento seria breve. Falou que ouviu atentamente o que disseram todos os oradores, e registrou os pontos que foram mais enfatizados em todas as falações. Disse que, juntamente com o Deputado Chico Floresta, Vice-Presidente da Casa, entrou em contato com o Palácio do Burti, e que recebeu da Governadora em exercício, Maria de Lourdes Abadia, a afirmativa de que estará de portas abertas para ouvir e receber pessoalmente a comissão de negociação do Sinpro, ainda nesta data. Portanto, será aguardada a confirmação do horário na agenda da Governadora, para que todos possam levar a questão aquela que hoje responde pelo Governo, já que o Governador Romiz está em viagem ao exterior. Para a comissão de negociação do Sinpro, já foram indicados os diretores Nelson Moreira, José Antônio, César, Antônio Lisboa e Washington; e os professores da base Frederico, Neuza, Rosilene, Fernando e João Bosco. Naturalmente, os Deputados foram convidados pela Vice-Governadora. Pediu ao Vice-Presidente desta Casa que se fizesse presente. Disse que espera buscar um entendimento junto ao Governo do Distrito Federal,

para que a assembleia decida o melhor, para o bem da Educação no Distrito Federal e de todos os cidadãos. Que seja um resultado favorável à continuidade das aulas, com parte das questões resolvidas. A Deputada Arlete Sampaio disse que com a fala da Deputada Anilécia Machado, foi constatado que se cumpriu um grande objetivo, nesta audiência pública. Felicitou a Deputada Anilécia Machado e o Deputado Chico Floresta por terem conseguido abrir essa possibilidade de audiência com a Governadora em exercício. Espera que este seja um caminho profícuo. Concedeu a palavra ao Vice-Presidente desta Casa, Deputado Chico Floresta, que parabenizou a iniciativa das Deputadas Erika Kokay e Arlete Sampaio, e concordou com a Deputada Arlete Sampaio quando disse que esta audiência já mostra os seus primeiros frutos. Ressaltou que há algum tempo, estão percorrendo o caminho da negociação. A diretoria do Sindicato lhe procurou, e tiveram uma longa reunião, e o Deputado dispôs a buscar o canal de negociação. Falou que terão uma conversa séria, com alguém que decide e que não está ali para tentar desarticular ou desorganizar o movimento. O gesto da Vice-Governadora foi bastante significativo e, mudou um pouco o cenário que tiveram nas greves anteriores. Acontecia que a categoria apresentava a sua pauta de reivindicações, a Secretaria de Educação não ouvia, ficava num setor específico do Governo, tentando fazer um processo que na verdade acabava ficando mais na chantagem sobre a categoria dos professores. Alguns representantes da Educação no Governo, acham que os professores nunca querem a negociação, mas a categoria dos professores talvez seja a categoria de maior responsabilidade nesta cidade. Lembrou que durante muitos anos foi filiado ao Sindicato dos Servidores Públicos Federais e não há nada que cause maior ansiedade ao sindicato do que a véspera de uma greve. Ninguém entra em greve porque quer, ninguém entra em mobilização porque quer. Só se faz greve quando não há nenhum canal concreto de diálogo que permita à direção do sindicato e à categoria uma possibilidade de conquistar as reivindicações sem recorrer do instrumento da greve. Enquanto não há negociação, de fato só resta a uma categoria aliva como a dos professores recorrer à greve para fazer valer os direitos e as reivindicações. Hoje irão negociar sabendo exatamente o papel de cada um: o Governo irá saber que a categoria estará representada pelo seu sindicato, por professores da base, mas não será desmobilizada de maneira alguma caso não se chegue a pontos concretos, pelos quais a categoria está esperando. Se não for discutido o que é essencial, que é o reajuste salarial digno para os professores, que rivalize com o que está sendo oferecido gratuitamente para policiais civis e militares, esta categoria inevitavelmente entrará em greve e a sua bancada a apoiará. Tem certeza de que com esse trabalho de esclarecimento feito na cidade através de uma propaganda muito inteligente, que o

sindicato colocou no ar, a população está conseguindo colocar na balança o que significa para a sociedade ter um professor que não alcança a resposta que ele espera, que esta sociedade dê ao seu trabalho, porque o trabalho do professor é digno e faz com que a sociedade cresça de maneira diferente. Para isso os professores têm de ser remunerados de maneira correta. Parabenizou a Deputada Anilécia Machado, pelo esforço para a abertura deste espaço. Na reunião dirá com muita clareza que o povo do Distrito Federal querem os seus professores bem remunerados, porque é disso que a cidade precisa. Parabenizou a categoria e disse que tentarão arrancar na Mesa de negociações as propostas que todos esperam, e que sejam homologadas pela assembleia. Em seguida foi passada a palavra à vice-Presidente da UBES, Raiza Marques. A estudante Raiza cumprimentou e agradeceu a concessão do espaço para falar. Como representante da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas apoia o movimento que está acontecendo em Brasília pela melhoria da educação, que não são os professores, mas os estudantes e o Poder. A UBES tem no momento como bandeira de luta principal a aprovação da reserva de vagas para os estudantes de escolas públicas em universidades públicas. Mas não atrela só a essa bandeira, isso não significa que estão lutando só por isso. Pela melhoria do ensino a UBES vem lutando há muitos anos. Registrou que de 14 a 17 de março, em Brasília, acontecerá o Seminário Nacional de Educação da UBES, e convidou todos os presentes a participarem desse evento. Será o momento em que todos os estudantes, de todos os Estados do Brasil estarão aqui, reunidos, para discutir a melhoria da educação em seus Estados e a melhoria da educação no Brasil como um todo. A UBES luta por uma gestão democrática nas escolas, onde os estudantes possam escolher os seus representantes, terem formações de grêmios livres e representantes dentro deles. A UBES luta por cultura, por lazer, por esporte, por melhor educação dentro dos colégios e pela universalização do acesso do estudante à universidade. É com muito prazer que a UBES está engajada nesta luta aqui em Brasília e é com muito orgulho que estão defendendo os estudantes. Reforçou o convite para que, de 14 a 17 de março, participem de todos os seminários de educação da UBES, e que levem suas propostas. Espera ver todos os estudantes darem a sua opinião, mostrarem a sua cara. Será um espaço aberto a todos. Desejou um bom dia a todos e disse que estará na Assembleia, apoiando a melhor decisão para todos os brasileiros. A Deputada Arlete Sampaio agradeceu as palavras da Raiza, e também fez um convite a todos, para no dia seguinte, à frente do CONIC, na Praça Zumbi dos Palmares, às 18h, a Câmara Legislativa do Distrito Federal, através de requerimento proposto pelas Deputadas Arlete Sampaio, Erika Kokay e Eliana Pedrosa será realizada uma sessão pública solene, em comemoração ao Dia Internacional da Mulher. Em seguida concedeu a palavra ao senhor Newton Ismael Rosa que cumprimentou a todos e disse que como professor gostaria de apresentar à Comissão de Educação e Saúde, que é o foro adequado, um documento protocolado, quando a Professora Eurides Brito era Presidente da CES. O documento dizia o seguinte: "Dirijio-me a V.Exa para encaminhar denúncias em anexo sobre irregularidades e discriminações por sexo, raça e outras modalidades de tratamento desigual, praticadas contra alunas e alunos do Centro de Ensino do Setor Leste. Isso é algo muito grave e muito sério. Esses discentes, os alunos, além de discriminados foram enganados uma vez que receberam o diploma de conclusão de Ensino Médio, ainda semi-analfabetos." Falou que a Secretaria de Educação recebeu a denúncia. Essa denúncia foi entregue, e espera que a Comissão de Educação tome providências. Depois que denunciou publicamente o fato, foi afastado do Colégio Setor Leste. Informou também que ocorre discriminação aos alunos do ensino noturno, como aconteceu com o bônus literário, que foi apenas para os alunos do ensino diurno. Registrou que o ensino noturno do Distrito Federal tem sido sucateado, as pessoas têm tentado acabar com as escolas noturnas. Concluiu dizendo que espera que a Comissão de Educação tome providência acerca do assunto. A Senhora Presidente lembrou que a audiência pública é instrumento que tem a Câmara Legislativa e suas Comissões temáticas para aprofundar a discussão em temas que julgarem necessários. Para que aconteça uma audiência pública

é necessário que haja um requerimento, através da iniciativa de um ou de vários Parlamentares. O Regimento Interno desta Casa prevê um ritual para uma Audiência Pública, onde apenas os Parlamentares e alguns convidados fazem uso da palavra. Disse que está abrindo uma exceção para democratizar a audiência pública. Concedeu a palavra ao último orador. O Senhor José Antônio saudou as bravas companheiras mulheres que sempre demonstraram ao longo dos anos que são verdadeiras combatentes e honram o nome de mulheres trabalhadoras. Disse que estas audiências propiciam um resgate da Câmara Legislativa. Lembrou que é a terceira audiência que o Sinpro participa nos últimos dois anos, duas delas em defesa da manutenção das escolas normais e esta que acontece num momento de embate. Registrou o descaço que o Governo vem tratando à pauta de reivindicações dos professores, entregue no dia 5 de maio de 2004. Disse que ações como esta, fazem com que a população do Distrito Federal venha a entender que existe Parlamentares comprometidos com um projeto de educação de qualidade. Parlamentares que estão aí a confrontar esta política do estado mínimo, a política do sucateamento dos serviços públicos. Para encerrar, disse que nunca houve tanto recurso no Distrito Federal, porque o Governo do Distrito Federal teve uma arrecadação de R\$ 8.000.000.000,00 (oito bilhões de reais). A Constituição Federal diz que ele deve gastar 25% desta arrecadação. Seriam R\$ 2.000.000.000,00 (dois bilhões de reais) somente com recursos próprios somados a mais de um R\$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de reais) destinados à educação. Com isso teriam R\$ 3.500.000.000,00 (três bilhões e quinhentos milhões de reais) para aplicar na Educação. O que se observa é que recursos estão sendo enviados para outras obras. Espera ter com a reunião marcada, uma proposta para ser deliberada na assembleia. Caso contrário, tem certeza de que a categoria, composta por 84% de mulheres trabalhadoras, irá à luta mais uma vez e será o exemplo do Distrito Federal como sempre foi. A Senhora Presidente lembrou que a UBES - União Brasileira

de Estudantes Secundaristas - convida a todos para o Seminário Nacional de Educação de 14 a 17 de março de 2005 a ser realizada no Minas Tênis Clube. Em nome da Comissão de Educação e Saúde da Câmara Legislativa do Distrito Federal, agradeceu a presença de todos. Comunicou a presença do presidente da CUT, Sr. João Osório e agradeceu a presença dos alunos que vieram do Centro de Ensino Médio do Gama e aos demais alunos, professores, pais e parlamentares que participaram da audiência. Disse que saía desta Audiência feliz porque, além de trazer a esta Casa Legislativa o que os professores têm tratado como suas reivindicações no processo de negociação com o Governo, também pode contribuir para que a Líder do Governo, o Deputado Chico Floresta e outros Parlamentares conseguissem abrir a possibilidade de negociação com a Governadora em exercício. Esta audiência pública já teve, portanto, um ponto positivo além do debate, que foi a perspectiva colocada para a reunião marcada. A Deputada Arlete Sampaio pediu desculpas porque como Presidente da Mesa, precisava conter certas exaltações de ânimos, mas que isso faz parte do processo democrático. Nada mais havendo a tratar, a Senhora Presidente declarou encerrada a reunião, às onze horas e quarenta e cinco minutos, e eu, Dalva Aparecida de Mendonça Fajardo, Técnica Legislativa, lavro a presente ata, que, após lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente.

  
 Deputada Arlete Sampaio  
 Presidente

#### ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE O PROJETO DE LEI DO SENADO FEDERAL QUE DEFINE O ATO MÉDICO, REALIZADA EM 1 DE ABRIL DE 2005.

Às dez horas e vinte minutos do dia primeiro de abril de dois mil e cinco, realizou-se no Plenário da Câmara Legislativa do Distrito Federal a Audiência Pública sobre o Projeto de Lei do Senado Federal que define o Ato Médico, proposta pelas Deputadas Arlete Sampaio e Érika Kokay. Presidiu a audiência a Deputada Arlete Sampaio, Presidente da Comissão de Educação e Saúde, que depois de cumprimentar a todos, convidou para fazer parte da mesa a Deputada Érika Kokay, membro desta Comissão, e também o representante do Conselho Regional de Psicologia - CRP, Dr. Rui de Alencar Matos; o representante do Conselho Regional de Medicina - CRM, Dr. Luiz Fernando Galvão Salinas, a Sra. Presidente do Conselho Federal de Nutrição, Dra. Rosane Maria Nascimento da Silva. A Senhora Presidente, Deputada Arlete Sampaio, disse que iria tecer algumas considerações sobre o tema. Lembrou que a maioria das profissões que atuam na área de saúde já tem uma legislação que define as suas atribuições. O Senador Geraldo Althoff apresentou o Projeto de Lei nº 25, de 2002, que define o ato médico e dá outras providências. Esse projeto trouxe uma gama de debates e uma polêmica muito grande. Diversas categorias profissionais, por meio dos seus conselhos, têm se manifestado contrário ao projeto. Antes de definir as atribuições do profissional médico, acabou fazendo com que, nesta polêmica, houvesse uma oposição entre a categoria médica e os demais profissionais que atuam na área de saúde. Isso é exatamente o oposto daquilo que todos buscam, que é o reconhecimento, em primeiro lugar, de que a saúde é mais ampla do que medicina, e que o trabalho a ser desenvolvido na área de saúde deve ser visto como uma atividade multiprofissional. A atividade integra diversos conhecimentos para atuar sobre a situação de um dado paciente que pode ter demandas nas áreas odontológicas, nutricionais, psicológicas, também na área física, e demandaria um trabalho conjunto de todos os profissionais que atuam na área de saúde para que esse paciente possa ser atendido na integralidade das suas necessidades e possa recuperar-se. Acredita ser necessário que todos da área de saúde devem reconhecer a importância de todas as categorias de profissionais envolvidas. Falou que todos são importantes para efetuar ações na área de saúde. Lembrou que a evolução do debate no Senado fez com que, depois de muitas idas e vindas, de inúmeros relatores, o projeto chegou ao Senador Tião Viana, que proferiu um parecer apresentando um substitutivo ao projeto de lei. Esse substitutivo simplificou o quadro da discussão, mas a seu ver, merecia alguns reparos para que ele pudesse ser aprovado. A primeira correção importante do substitutivo do Senador Tião Viana é que ele delimita claramente o alcance do projeto, não é mais a definição do ato médico, dispõe sobre o exercício da medicina que é outra coisa diferente, define muito mais e precisamente o objeto da lei. Portanto, acredita que foi um avanço em relação a formulação anterior. Acha que seria preciso que todos aqueles Senadores e Deputados Federais que vão votar neste projeto de lei tivessem em consideração, a realidade sanitária do país, a larga extensão do território nacional e as circunstâncias. Citou alguns exemplos práticos da sua vivência como médica sanitária, coordenando alguns serviços de saúde. Contou que trabalhou na coordenação do programa de controle da hanseníase do Distrito Federal, e disse ter convicção de que o profissional de enfermagem é muito mais competente para fazer um diagnóstico de incapacidade produzida pela hanseníase, a prevenção de incapacidade, do que muitos médicos que conhece. Da mesma forma, está convencida de que numa cidade do interior, que não há médico, mas tem uma equipe de agentes comunitários, se um agente comunitário perceber que tem alguém com uma tosse que dura mais de quinze dias e providenciar um exame de escarro, essa pessoa está atuando na área de saúde produzindo um benefício ao cidadão. Disse que não pode existir uma legislação para restringir as ações de saúde, como se elas fossem exclusivamente da área do profissional médico.

Nesse sentido, o substitutivo do Senador Tião Viana avançou, embora na sua opinião ele necessite de correções, para que ele possa ser aprovado sem colocar esse litígio entre o profissional médico e os demais profissionais da área de saúde. A Deputada Arlete disse que é totalmente possível fazer alterações. Ressaltou que uma pessoa que precisa fazer uma cirurgia, vai procurar um cirurgião e não um médico veterinário, nem um odontologista, nem um psicólogo. Quando alguém precisa de uma anestesia, vai procurar um anestesiologista. Existe esse reconhecimento. É preciso definir as suas atribuições de cada profissão para evitar a prática ilegal. Porque existe a prática ilegal da medicina, como existe a prática ilegal da psicologia, e de outras profissões. As legislações, que definem as atribuições dos profissionais, têm o objetivo de coibir a prática ilegal, e não de estar restringindo suas ações. Em seguida, a Senhora Presidente informou que depois de passar a palavra aos convidados para ouvir a opinião de cada um, abrirá para algumas pessoas do plenário poderem se posicionar. Primeiramente, passou a palavra ao representante do Conselho Regional de Medicina, Dr. Luis Fernando Galvão Salinas. O Dr. Luis Fernando Galvão Salinas, depois de cumprimentar a todos, reiterou as palavras da Deputada Arlete Sampaio ao abrir esta Mesa de debates, no sentido de que assistência à saúde se faz através de uma equipe multiprofissional. Disse ser fundamental existir profissionais das várias áreas da saúde para prestar uma assistência adequada ao cidadão, e que não quer fazer confronto com ninguém. O debate é para chegar a entendimentos sobre o projeto de lei e sobre o substitutivo apresentado pelo Senador Tião Viana, que no momento encontra-se na Comissão de Assuntos Sociais, e tem como Relatora a Senadora Lúcia Vânia, que pretende realizar audiências públicas antes de emitir o seu relatório opinando sobre o referido projeto de lei. Disse que esse projeto de lei, conhecido com lei do ato médico, se refere à regulamentação da profissão do médico, ou da Medicina. Como disse a Deputada Arlete, lembrou que todas as profissões da área de saúde já têm a sua regulamentação, têm as suas leis e seus decretos que regulamentam, estabelecendo as prerrogativas e delimitando seus atos privativos, menos a Medicina. Em virtude da complexidade atual da assistência à saúde, em que há o envolvimento de vários profissionais, é necessário estabelecer e definir as atribuições e os atos privativos do profissional médico. Disse que o projeto de lei é curto, tem apenas cinco artigos, e estabelece no parágrafo único do artigo primeiro que são atos privativos do médico a formulação do diagnóstico médico e a prescrição terapêutica das doenças. Isso significa que cabe ao médico, e somente o médico tem competência técnica para fazer diagnósticos de doenças. Uma vez fazendo diagnósticos de doenças ele pode indicar qual é o procedimento terapêutico. Os demais profissionais da área de saúde, pelo que já estabelece a lei e os decretos que regulamentam as suas profissões, determinam que cabe a esses profissionais fazerem avaliações que são estimativas, que são conjecturas em relação ao estado de saúde do paciente, mas

não podem firmar diagnósticos de doenças, não podem indicar terapêutica para uma doença. Ressaltou que a própria regulamentação das leis dessas profissões estabelecem isso. Outra questão que o projeto de lei estabelece e dá margem a algum tipo de discussão é a questão da chefia, direção técnica, pericia, coordenação, auditoria, supervisão e ensino vinculados de forma imediata e direta a procedimentos médicos. Com esse artigo coloca-se que o serviço no qual se pratica o ato médico, deve ser chefiado por médico. Um hospital, uma clínica, uma casa de saúde pode ter como chefe, como diretor administrativo um não médico, os exemplos práticos estão aí no dia a dia. Lembrou que tivemos um Ministro da Saúde economista, um Secretário de Saúde engenheiro, não há problema algum. O projeto de lei estabelece no seu parágrafo único, artigo terceiro, a situação de que serviço de psicologia, nutrição, odontologia, continuarão ser chefiados por seus respectivos profissionais, mas a direção técnica de um hospital, de uma clínica ou casa de saúde deve ser de responsabilidade e privativo de médico, porque é esse médico que vai responder diante de uma denúncia, de uma irregularidade que ocorre nessas instituições perante seus órgãos de fiscalização. Não há nenhum dispositivo no projeto de lei que cerceie as atividades que já estão determinadas nas demais profissões da área de saúde. O artigo quarto do projeto de lei fala sobre o exercício legal da medicina. Uma vez estabelecido quais são os atos privativos do médico, aquele profissional que não seja médico e que venha a exercer uma atividade privativa de médico estaria configurando-se num crime de exercício ilegal da Medicina e, portanto, sujeito às penas do artigo 282, do Código Penal. O projeto de lei não revoga nenhum dispositivo já existente em relação à regulamentação das demais profissões. O artigo segundo diz que compete ao Conselho Federal de Medicina definir, por meio de resolução, os procedimentos médicos experimentais, os aceitos e os vedados para a utilização pelos médicos. Nenhum órgão de fiscalização pode legislar em relação a outro profissional da área de saúde. Os médicos são fiscalizados por meio dos seus conselhos de fiscalização, sejam os regionais, seja o Conselho Federal de Medicina. São os conselhos que devem dizer aos médicos quais procedimentos têm um embasamento científico, quais são aceitos do ponto de vista científico, e quais podem ser realizados pelos médicos. O projeto de lei, do ponto de vista dos médicos, determina, regulamenta ou define os seus atos privativos, o que compete ao médico fazer, e mantém toda a legislação já existente em relação aos demais profissionais da área de saúde. Dando prosseguimento à audiência, a Senhora Presidente, passou a palavra ao Dr. Rui de Alencar Matos, representando o Conselho Regional de Psicologia, que agradeceu o convite para participar dessa audiência pública. Ressaltou que a fala da Deputada Arlete Sampaio fez com que algumas questões ficassem bem claras. Falou que o projeto de lei, mesmo com a melhoria que ocorreu no substitutivo do Senador Tião Viana, a seu ver representa um retrocesso nas questões que definem a saúde humana, e também um retrocesso profissional e científico. Tem observado em quase todas as ciências, que há muito tempo somente um profissional cuidava de tudo. Na medida em que a humanidade foi encontrando novas alternativas e soluções de diagnósticos e novos tratamentos em qualquer área, é natural que haja um enriquecimento de ponto de vista. Isso é fundamental, e é observado em todas as profissões. Porque a complexidade humana vem sendo cada vez mais descoberta, então, é natural que a complexidade da saúde como fenômeno bio-psicosocial e não como um fenômeno somático, também exija a percepção de muitos profissionais. Como primeiro ponto falou da tentativa de se colocar numa lei, de maneira tão restritiva, o que se compreende como doença, como diagnóstico médico ou prescrição terapêutica. Tentar restringir isso a uma profissão seria um contra-senso, porque vai de encontro à tendência natural de visão múltipla dos fenômenos. O interessante é que a prática nos programas de saúde da família é diferente. Citou a Rede Sarah, que é orgulho para todos de Brasília e que hoje já se estende por vários Estados do Brasil, que realiza mais de 16 milhões de procedimentos por ano. A equipe de saúde da Rede Sarah se posicionou contra o documento, porque na prática é impossível não reconhecer que a saúde humana é algo que precisa da interferência multiprofissional. Quando se fala em multiprofissão, é importante lembrar o que significa equipe de saúde. Existem três questões fundamentais. Primeiro, a equipe só existe baseada na diversidade daqueles que a compõem. Uma equipe não pode ser composta por iguais. Deve ser composta por pessoas que trazem a diversidade, porque a diversidade de visão e de ação é o que constitui qualquer equipe, seja na arte, seja na música, seja no esporte coletivo. Esse é o primeiro ponto. Respeito à diversidade profissional é uma coisa muito importante. O projeto de lei do ato médico afronta esse respeito, porque considera uma profissão mais importante do que a outra, inclusive podendo só a ela fazer diagnóstico de doença. É importante saber o que é doença. "Será que é algo somático? O que é prescrição terapêutica?" O segundo ponto em relação a equipe é que, quando o ser humano constrói equipes, está querendo fazer melhor uso dos talentos individuais de seus integrantes. Isso é fundamental, mas em benefício de quem? Em benefício do todo e do usuário dessa equipe. Terceiro ponto: em toda equipe, o conflito é natural. O conflito não pode ser algo destrutivo. Ele faz parte do processo. Nesse aspecto, sinto-me feliz em participar desta audiência pública por estar exercitando a democracia. É maravilhoso fazer isso, porque o exercício da democracia pressupõe diferenças de opiniões e de posições. A partir do confronto de ideias, chega-se às soluções. Isso significa que o conflito precisa ser exercitado mesmo para que o legislador tome decisões que não prejudiquem principalmente o atendimento da sociedade. A aprovação do projeto de lei sobre o ato médico vai contra a prática da saúde, principalmente do Programa Saúde da Família. "Por que o Sindicato dos Médicos de São Paulo é contra o ato médico?" É importante refletir sobre isso. Foi divulgada uma carta do Diretor-Geral da Rede Sarah, Dr. Aluisio Campos da Paz, a todos os Deputados, que diz como esse ato médico pode prejudicar o andamento do trabalho diário. É nesse ponto que, muitas vezes, a lei se afasta da realidade. É uma lástima quando isso acontece, porque espera-se que o legislador possa refletir os anseios e as necessidades da sociedade e não colocar isso "goela a baixo" como um ato autônomo de categorias específicas. Ficaria parecendo uma briga territorial de profissões, o que seria péssimo. Com isso, é esquecido o beneficiário das leis, que é a sociedade. Lembrou um exemplo dado pela Deputada Arlete Sampaio, que disse que há determinados diagnósticos que um enfermeiro faz melhor que um médico. Contou que sentiu isso na pele quando voltou de um trabalho na África e descobriu que estava com malária. Contou que quem diagnosticou foi a equipe da saúde pública, que pesquisou e conseguiu identificar. Com esse exemplo tentou mostrar como a visão da doença é multidisciplinar. Concluiu dizendo que a sua expectativa é que as leis reflitam sobre a necessidade do avanço das profissões e das ciências porque, quando se define prescrição terapêutica e diagnóstico de doença como exclusivo de uma profissão, está cometendo um erro, e isso é um retrocesso. Em seguida a Deputada Arlete Sampaio passou a palavra à Sra. Rosane Maria Nascimento da Silva, Presidente do Conselho Federal de Nutrição. A Sra. Rosane depois de agradecer o convite e cumprimentar a todos, falou da importância desta audiência propiciando este diálogo que já está ocupando todo o território nacional nas mais diversas instâncias. Disse que as Deputadas presentes demonstram compromisso com a saúde, não só nesta iniciativa como em outras que tem presenciado como moradora de Brasília, vivenciando e atuando em saúde pública no Distrito Federal. Lembrou que desde 2000, logo após o lançamento, verificou-se uma grande movimentação de todas as entidades que compõem o conjunto da saúde no País no sentido de tentar entender melhor e travar um diálogo com o Conselho Federal de Medicina e as Entidades Médicas, propositores do projeto. Um projeto de lei que define as atribuições de um profissional não pode ficar a mercê de interpretações. Talvez por isso, todo esse movimento nacional de diversas entidades e de diversos fóruns e universidades sejam no sentido de entender que esse projeto não acrescenta à saúde pública do país, trazendo essa visão equivocada do que realmente é uma saúde interdisciplinar e interprofissional. Sempre que se posiciona acerca do projeto há argumentação das entidades médicas de que todos os outros profissionais tinham suas atribuições bem definidas, mas somente o médico não. O que sempre pediram foi que definissem quais são essas atribuições. É preciso que se defina, porque enquanto não forem definidas, existirá sempre a dúvida, a tripla interpretação de um mesmo contexto e de um mesmo artigo desse projeto, como o que diz respeito à prescrição de diagnóstico e terapêutica das doenças. Lembrou do crescimento das profissões na década de 70. Nessa década foi o grande crescimento das situações, inclusive justificadas pela evolução da ciência. Se o Estado permitiu que essas profissões fossem regulamentadas, ao Estado também cabe assumir esses profissionais que hoje atuam legalmente respaldados em todo o país. Então, um projeto de uma

profissão não pode ameaçar e cercar esse exercício já consolidado ao longo de décadas. Outra questão que chama muita atenção nesse projeto é que em diversas ocasiões aconteceram discussões nacionais, em fóruns das profissões regulamentadas na área de saúde e no Conselho Nacional de Saúde. Esse é um tema recorrente e existem algumas estratégias a serem levadas adiante. Mas,

parece que no atual momento a situação mais desconfortável que fica é o pensar do grupo de profissionais contra um profissional ou vice-versa. Isso repercutiu na atual assistência do grupo de trabalho das equipes de profissionais, nas mais diversas instâncias de atuação. Talvez esse seja o maior desconforto. Nunca foram contra a definição da regulamentação por parte dos médicos. O privativo nunca foi apresentado de uma maneira mais clara. "O seria esse privativo? É preciso saber os limites e as interseções que há entre cada área com relação à atividade médica." A frustração por diversas vezes, em diversas Mesas e Fóruns com as entidades médicas, faz entender que hoje o projeto de lei já está desgastado porque não tem mais condições de compatibilizar essa visão sobre o projeto de lei já está desgastado porque não tem mais condições de compatibilizar essa visão sobre o mesmo problema, sobre o ponto de vista que se garanta autonomia com outros profissionais, com a autonomia médica. Em função disso, apontam um outra emenda. Talvez esteja apontando para o arquivamento do projeto, porque todo esse desgaste de cinco anos nos leva a uma frustração de uma compatibilização. Uma figura de linguagem que consiga traduzir efetivamente o que vai acontecer se esse projeto for aprovado na Câmara. Disse que estarão vigilantes, tentando atuar e buscar uma alternativa viável, mas até agora só encontraram frustrações, de forma que defendem realmente o arquivamento do projeto. Essa foi a sua contribuição para dar início ao debate. A Deputada Arlete registrou a presença de Ageu Medeiros, do Conselho Regional e Federal de Enfermagem; Sr. Carlos Vidotti, representante do presidente do Conselho Federal de Farmácia; Sr. Eduardo Ravagni, presidente do Crefito - Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional -; seu amigo Jornildo Farias Porto, farmacêutico bioquímico da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal; Sr. Gil Anderli da Silva, do Conselho Federal de Química; Sra. Micheline Figueiredo Reinaldi, do Conselho Federal de Fonoaudiologia; Sr. Christian Martins de Sabóia, da Anvisa; Sra. Silvana Rodrigues Nascimento, analista administrativo da Anvisa; Sra. Daniela Demartini, assessora parlamentar do Conselho Nacional de Técnicos em Radiologia e Conselho Federal de Farmácia; Sra. Assunção de Maria Ribeiro Fialho, presidente do Conselho Regional de Serviço Social do Distrito Federal, também representando o Conselho Federal de Serviço Social - CFESS -, sua amiga Susu; Sra. Monalisa Barros, psicóloga conselheira do Conselho Federal de Psicologia. Agradeceu à presença de todos e passou à Deputada Erika Kokay, lembrando que em seguida dará três minutos àqueles que queiram manifestar-se. A Deputada Erika Kokay cumprimentou a todos e falou da importância de estar discutindo este tema, e comprometeu-se que a Comissão de Educação e Saúde encaminhará, depois de elaboradas as notas taquigráficas, para todos envolvidos diretamente na discussão desse projeto de lei. Isso será uma contribuição desta Casa para uma discussão que lhe parece de extrema relevância. Existe um acordo quanto à necessidade de definir procedimentos do exercício da profissão dos médicos. Ou seja, é preciso definir os procedimentos. O que causa incomodo é que essa definição possa, em verdade, resumir e concentrar todos os procedimentos que possam ocorrer na área de saúde e que funcionem, em verdade, como anulação de todas as regulamentações que o enriquecimento da própria concepção da condição humana possibilitou que fossem regulamentadas. Lembrou que tem uma formação acadêmica em psicologia, que já atendeu nessa área, e que sente absolutamente capaz de elaborar diagnósticos de psicopatologias, inclusive de estabelecer procedimentos terapêuticos para as pessoas que venha a atender. Teve uma formação para que estivesse habilitada para desenvolver esse tipo de exercício profissional. Disse ter plena convicção de que é preciso partir do pressuposto da incompletude profissional - todos são incompletos profissionalmente -, para conseguir tratar a saúde humana, não reduzida à expressão da doença. É preciso reconhecer a incompletude profissional para que possa dar conta da dimensão e da riqueza do ser humano. Não se pode reduzir o ser humano e a relação a ser estabelecida com ele apenas ao trato da doença. O ser humano não é um caso e não pode ser considerado como um caso ou como uma patologia. A patologia é uma expressão de um processo que se construiu e foi desenvolvido por inúmeras relações, não só relações familiares, de histórias individuais, inclusive sociais. Acredita que a humanidade avançou e resgatou um pouco o princípio da antiguidade grega, resgatou o Princípio da Clínica de Epiduro, o princípio de considerar que ali estávamos frente a frente com uma pessoa e uma pessoa que expressava inúmeras, diversas e riquíssimas relações que tinham que ser consideradas na sua integralidade e plenitude. A Deputada Erika disse que o projeto, da forma como foi formulado, na sua visão original, reduz e retrocede num processo de amadurecimento e um processo de conquista da própria concepção, condição e compreensão do ser humano. Nesse sentido pensa que é preciso regulamentar e definir de forma absolutamente clara os procedimentos a serem exercidos pelos profissionais, mas não se pode reduzir todo o exercício da construção da saúde em todos os seus níveis, primários, secundários e terciários, apenas ao exercício da profissão dos médicos e das médicas nesse país e nessa cidade. Ressaltou que ao fazer essa discussão não está apenas discutindo como regulamentar ou como fazer a normatização dos procedimentos de uma determinada profissão, essa discussão remete ao conceito do que era a doença e remete ao conceito do que é o ser humano, como será encarada essa pessoa que está na busca de um outro tipo de interação que possa se efetivar a partir de uma relação prazerosa e saudável com a própria vida. Nesse sentido, é preciso reconhecer a nossa incompletude profissional para que se possa dar conta de se relacionar com os seres humanos e sua complexidade e riqueza que ele carrega na construção da sua própria história. A Senhora Presidente, Deputada Arlete Sampaio, comprometeu-se encaminhar à relatora do projeto na Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal, a contribuição desta Audiência e esse debate, não só as notas taquigráficas, mas também sugestões em relação ao Projeto de Lei nº 25/2002. Observou, do ponto de vista histórico, que a profissão do médico é uma das mais antigas na área de saúde, e ao longo da história do desenvolvimento da saúde no mundo e no Brasil novas profissões surgiram e, para que ficasse assegurado o exercício de cada uma, foi procurado regulamentá-las. Hoje, existem inúmeras profissões - fisioterapia, terapia ocupacional, enfermagem, psicologia, nutrição, serviço social, biomedicina, odontologia, biologia, educação física, farmácia, medicina veterinária - as quais são regulamentadas por leis federais ou decretos federais. Curiosamente, a mais antiga profissão não tem uma regulamentação. Então, acha justo e necessário que a categoria médica também tenha uma legislação que regulamente a profissão do médico. Os profissionais psicólogos foram formados para dar diagnóstico na sua área precisa. Eles não podem prescrever medicações controladas que seria ato privativo do profissional psiquiatra, mas ele pode diagnosticar. Da mesma forma, a nutricionista pode diagnosticar patologias vinculadas à área nutricional e pode, inclusive, prescrever suplementos e etc. O profissional de enfermagem, sobretudo aquele da Saúde Pública que atua em programas nacionais de Saúde Pública, pode diagnosticar. Se precisasse do médico para fazer todos os diagnósticos, como da tuberculose, da hanseníase, das doenças em massa do País, não se teria a extensão de cobertura necessária para fazer frente às epidemias e endemias existentes no Brasil. Os enfermeiros não podem prescrever, mas, hoje, na prática do Sistema Único de Saúde, é até aceitável que, a partir de uma prescrição elaborada centralmente pelo Ministério da Saúde, eles possam oferecer esses medicamentos que estão constituídos como de praxe no tratamento de determinada doença. Essa é uma realidade no Brasil. Então, é preciso que, no momento da regulamentação da profissão médica, tenham isso claro, para não colocarem uma formulação que impeça o fonoaudiólogo e o profissional de farmácia, sobretudo aquele que exerce a sua profissão em laboratórios de patologia clínica, de fazerem diagnósticos. Deve-se ter esse cuidado na elaboração do projeto de lei que trata do exercício da medicina. A Deputada Arlete falou que sua opinião em relação ao substitutivo do Senador Tião Viana é a seguinte: "transformaria o parágrafo único do artigo primeiro que diz 'são atos privativos de médico formulação de diagnóstico médico e prescrição de terapia da doença' num artigo e colocaria um parágrafo único definindo claramente que esse artigo acima não pode se sobrepor à regulamentação das demais profissões. Isso guardaria a possibilidade de cada profissional atuar conforme a regulamentação de sua própria profissão. Com relação ao artigo terceiro, deixaria mais claro,

porque, quando se fala de coordenação e chefias, diz respeito precisamente àquelas vinculadas estritamente a procedimentos médicos, porque, para mim, é normal um centro de saúde ser chefiado por um profissional que não seja médico - evidentemente, neste caso, haverá de ter um responsável técnico para a área de medicina. Pelo menos o Conselho de Brasília já definiu isso claramente." Disse que com correções pertinentes nesse projeto do substitutivo do Senador Tião Viana, é possível que a categoria médica tenha a regulamentação da sua profissão, porque é até um paradoxo, a mais antiga das profissões não ter a sua própria regulamentação. Deve ter uma regulamentação, mas sem ser invasiva e impeditiva do exercício profissional das demais categorias que atuam na área de saúde. Essa é a sua visão e disse que pretende, na Comissão, discutir essas formulações e apresentá-las como sugestão da Comissão de Educação e Saúde da Câmara Legislativa do Distrito Federal ao processo de debate, inclusive ao próprio Senador Tião Viana. Lembrou as palavras da Sra. Rosane, que disse ser preciso construir equipes de saúde que convivam harmonicamente para o bem êxito da assistência à saúde das pessoas, em todas as áreas, na área da prevenção, de promoção, na área de recuperação da saúde. Não se pode colocar essa regulamentação da profissão como sendo um ato de litígio, de guerra permanente no qual parece que o profissional médico quer retomar um período historicamente superado que era o de não considerar a existência de outros profissionais da área que são fundamentais e extremamente importantes para a recuperação do paciente. Os próprios médicos reconhecem isso na prática diária da sua profissão. "Quantas vezes ele não recorre ao profissional de Psicologia para fazer um tratamento a uma paciente em que se detecta que precisa de uma assistência psicológica? Quantas vezes o próprio médico encaminha para o nutricionista um paciente que precisa de cuidados nessa área?" Na prática do exercício da profissão, já foi superado pela própria maneira como se organizou o sistema único de saúde no Brasil. Então, por que restaurar um passado? Disse que a regulamentação da profissão médica precisa ser feita, pois é um direito que assiste aos profissionais da categoria médica, mas ela não pode ser nem restritiva nem invasiva nas atribuições de outros profissionais da área de saúde. Em seguida a Senhora Presidente concedeu a palavra a alguns representantes de conselhos. Com a palavra o sr. Eduardo Ravagni, Presidente do Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da Região do Distrito Federal e de Goiás, que agradeceu a possibilidade dada pelas Deputadas Arlete Sampaio e Erika Kokay de estarem presentes para falar de uma questão que lhes parecem extremamente interessante. Acha que confundem um pouco o tema quando apenas é falado dos fatos e quando não se trava uma discussão em torno do fenômeno da saúde, onde o diagnóstico não é apenas, por exemplo, no caso do fisioterapeuta, entender que a disfuncionalidade física possa ser apenas avaliada, diagnosticada e prognosticada por eles. Precisam do outro profissional. O diagnóstico, além de ser uma multiface de diagnóstico e do olhar de vários profissionais, constitui o respeito pelo paciente. Disse acreditar que esse ato médico não apenas desrespeita as outras classes, desrespeita o paciente, colocando e sistematizando apenas no domínio de uma área da Saúde o diagnóstico. Todos sabem que o diagnóstico é uma questão multiprofissional. Falou que tendo abraçado duas profissões da área da saúde, pode falar tranquilamente do que é o diagnóstico tanto na Psicologia como na Fisioterapia. Contou que orienta, na Faculdade de Ciências da Saúde na UnB, futuros doutores e mestres e, logicamente, orienta médicos. Então, pergunta: "como poderia um fisioterapeuta, um psicólogo orientar um médico, se apenas diagnosticam?" Situações que acha totalmente incoerente dentro do projeto e que ficaram salvaguardadas com a sugestão da Deputada Arlete Sampaio, sobre o parágrafo único, e sobre o parágrafo terceiro, que trata da chefia e coordenação dos serviços de saúde. Acredita que não apenas os profissionais da saúde poderiam coordenar e chefiar, como um administrador também. Em seguida falou o Sr. Ageu Medeiros, representante do Conselho Federal de Enfermagem e também o Conselho Regional, que disse representar em torno de um milhão de trabalhadores da Enfermagem, e que entre eles havia uma preocupação muito grande, mas que agora está feliz, e agradece às duas Deputadas pela realização dessa audiência. Disse que gostou muito de ouvir as Deputadas, e espera que a posição das senhoras Deputadas seja transferida aos médicos. Registrou que trabalha a 27 anos na Secretaria de Saúde, e lembrou que é no dia a dia que ficam sabendo quais são as necessidades do paciente. Se ele necessita de um psicólogo, fisioterapeuta, como também do médico e cada um desses profissionais sabe muito bem quando é necessária a intervenção do médico. No entanto, disse que lhe parece que o médico não sabe quando se dá a intervenção do psicólogo, do enfermeiro ou de outro profissional da área da saúde. Muitas vezes ele assume responsabilidade que não é dele, e quem fica prejudicado é o paciente. Disse que distribuiu um documento dizendo que o Ato Médico é um projeto reacionário, porque contraria todo o avanço na sociedade e no mundo inteiro, contraria todas as convenções internacionais de saúde. Lamenta dizer que, nos últimos anos, foi o pior documento na área da saúde, no que diz respeito ao engrandecimento e ao melhoramento tanto da assistência, como das melhores das condições de saúde do povo brasileiro. Observou que o homem é o produto da educação das circunstâncias e todos têm de saber que as circunstâncias irão determinar de quem será a intervenção. A Deputada Arlete passou a palavra para a Sra. Monalisa Barros, do Conselho Federal de Psicologia. Disse que a Sra. Rosane representou bem o grupo que tem se reunido para discutir o Ato Médico, que é representado por 12 profissões, mas que iria acrescentar algumas coisas. Lembrou que, no ano passado, conseguiram barrar a votação, pois conseguiram 500 mil assinaturas. Agora pretendem entregar outras 500 mil, que é quatro vezes o número que foi solicitado em 1988, para a entrega de uma emenda popular. Ressaltou que têm tido avanços, mas ainda não foi um avanço que garantissem a vitória. Disse que o posicionamento não é de uma categoria contra as outras doze, é de uma categoria contra uma população, contra o exercício da cidadania, de uma categoria que está se colocando contra a possibilidade de autonomia do sujeito. Alertou aos médicos que é um grande risco contra eles a aprovação desse projeto, pois se uma vez tomarem para si toda essa responsabilidade, vão poder cobrar deles uma série de atos que eles hoje não são totalmente responsáveis, porque dividem com outros profissionais essa responsabilidade. Citou que, quando falam que uma pessoa está com problema emocional: "Tire suas férias, porque você pode descansar um pouco, e vai melhorar, e você vai ficar bem melhor", ele está fazendo um diagnóstico que não é da competência dele nesse momento, e produzindo atrogenias, que estão sendo desconsideradas. As vezes, o ato médico pode ser um tiro no pé do próprio médico, mas para eles representa um grito desesperado de alguém que está percebendo uma certa ameaça nesse seu papel, que ao longo de muitos anos foi confundido com o papel quase divino. Lembrou que a profissão médica nem sempre foi científica. Passou a ser considerada ciência a partir de 1874, um ano antes da consideração da psicologia como ciência, com Pasteur, com a descoberta do micróbio, antes disso, a medicina era vista como algo do sagrado, a doença era produzida pelo miasma, que ao se respirar se contaminava. Então, a história médico-científica também é recente, dentro dos parâmetros científicos. Foi muito importante a descoberta do micróbio, mas nem toda doença corresponde ao micróbio. A doença não é unicausal, avança-se para a concepção multiprocessual, a multicausal, e sai do reducionismo. São incorporadas outras questões mais holísticas, como abordou a Deputada Erika Kokay, então, é preciso demonstrar que as doze categorias que estão na campanha contra o ato médico, não estão fazendo uma luta corporativista, estão representando uma mobilização social, tanto assim que o CRM de Minas Gerais acaba de publicar uma pesquisa que demonstra que não há respaldo social para esse projeto. As pessoas não apoiam os médicos nesse projeto. E para encerrar, é preciso prestar atenção nos artificios que estão sendo construídos para a aprovação do projeto, que foi feito por um médico, e até o momento todos os relatores que o tocaram foram médicos, ou seja, ninguém de outra categoria assumiu a relatoria. Essa é uma questão que é preciso atentar, e a Senadora Lúcia Vânia prometeu que o próximo relator da matéria será um profissional não-médico, que é outra conquista desse movimento social. É necessário estar alerta para continuar esse movimento, transformar uma luta da sociedade brasileira, que conseguiu construir o SUS, com uma proposta tão revolucionária e avançada, e não pode retroceder nesse momento. A Senhora Presidente, em seguida, concedeu a palavra ao Sr. Carlos Vidotti, representante do Conselho Federal de Farmácia. O Sr. Carlos disse que falara também como Conselheiro de Saúde do Distrito Federal, no qual é suplente de uma médica. Ressaltou o respeito que deveria ser dado ao plenário da Conferência Nacional de Saúde, que repudiou o projeto. Lembrou que num processo legítimo como são as conferências de saúde, ficou



**02 - PROJETO DE LEI Nº 1854/2005**

"REGULAMENTA A CESSÃO DE SERVIDORES DA CARREIRA MAGISTÉRIO PÚBLICO PARA SERVIR A OUTRO ÓRGÃO OU ENTIDADE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

AUTORIA: PODER EXECUTIVO  
RELATOR: DEP. PENIEL PACHECO  
PARECER: FAVORÁVEL À MATÉRIA  
RESULTADO: APROVADO

**03 - PROJETO DE LEI Nº 866/2003**

"INCLUI A MARCHA PARA JESUS NO GAMA NO CALENDÁRIO OFICIAL DE EVENTOS DO DISTRITO FEDERAL".

AUTORIA: LEONARDO PRUDENTE  
RELATOR: DEP. CHICO LEITE  
PARECER: FAVORÁVEL À EMENDA SUPRESSIVA APRESENTADA PELA CCJ  
RESULTADO: TRANSFERIDO PARA À PRÓXIMA REUNIÃO

**04. REQUERIMENTO Nº 07, DE 2005-05-04 (Acatado e apresentado pelo do Dep. Paulo Tadeu durante a reunião)**

"Requer a realização de custódia pública para detenção a situação dos policiais e bombeiros militares que atuam no sistema penitenciário do Distrito Federal"

Autoria: Dep. Paulo Tadeu  
RESULTADO: APROVADO

Brasília, 04 de maio de 2005

  
ALVARO LUIZ VALARÃES COELHO  
SECRETÁRIO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS  
SOCIAIS

**COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS****RESULTADO DA PAUTA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 04 DE MAIO DE 2005 (QUARTA-FEIRA) ÀS 10h NA SALA DE REUNIÕES**

I. leitura e aprovação da Ata da 1ª Reunião Ordinária de 20/04/05  
RESULTADO: APROVADA

II - Comunicados

III - Discussão e votação das proposições a seguir:  
a. Projetos do Poder Executivo  
b. Projetos de Lei  
c. Indicações  
d. Requerimentos

IV. Assuntos Gerais

**01 - PROJETO DE LEI Nº 1829/2005**

"ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI Nº 3.351, DE 09 DE JUNHO DE 2004, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

AUTORIA: PODER EXECUTIVO  
RELATOR: DEP. PAULO TADEU  
PARECER: FAVORÁVEL À MATÉRIA, NA FORMA DAS 2 EMENDAS ADITIVAS APRESENTADAS PELO DEPUTADO ODILON AIRES  
RESULTADO: APROVADO

**02 - PROJETO DE LEI Nº 1846/2005**

"CONCEDE ANISTIA NAS CONDIÇÕES QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

AUTORIA: PODER EXECUTIVO  
RELATOR: DEP. IVELISE LONGHI  
PARECER: FAVORÁVEL À MATÉRIA  
RESULTADO: APROVADO

**03 - PROJETO DE LEI Nº 204/2003**

"INCLUI NO CALENDÁRIO DE EVENTOS DO DISTRITO FEDERAL AS ATIVIDADES QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

AUTORIA: ÉRIKA KOKAY  
RELATOR: DEP. CHICO LEITE  
PARECER: FAVORÁVEL À MATÉRIA  
RESULTADO: APROVADO

**04 - PROJETO DE LEI Nº 1512/2004**

"INCLUI A FESTA DE SÃO JOSÉ OPERÁRIO, REALIZADA NA CIDADE DE SANTA MARIA, NO CALENDÁRIO DE EVENTOS OFICIAIS DO DISTRITO FEDERAL PROVIDÊNCIAS."

AUTORIA: DEP. PAULO TADEU  
RELATOR: DEP. CHICO LEITE  
PARECER: FAVORÁVEL À MATÉRIA  
RESULTADO: APROVADO

**05 - PROJETO DE LEI Nº 1515/2004**

"CONCEDE O NOME DE PRAÇA DO HIP-HOP" À PRAÇA PÚBLICA LOCALIZADA NA EQ 3637, NA VILA SÃO JOSÉ, NA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE BRAZLÂNDIA - RA IV".

AUTORIA: DEP. ÉRIKA KOKAY  
RELATOR: DEP. CHICO LEITE  
PARECER: FAVORÁVEL À MATÉRIA  
RESULTADO: APROVADO

**06 - PROJETO DE LEI Nº 1556/2004**

"ESTABELECE A OBRIGATORIEDADE DO FERIADO A TODAS AS TRABALHADORAS NO DIA INTERNACIONAL DA MULHER".

AUTORIA: DEP. AGUINALDO DE JESUS  
RELATOR: DEP. CHICO LEITE  
PARECER: PELA REJEIÇÃO DA MATÉRIA  
RESULTADO: RETIRADO DE PAUTA

**07 - PROJETO DE LEI Nº 1011/2003**

"ALTERA A LEI Nº 3.083 DE 07 DE OUTUBRO DE 2002

AUTORIA: GIM ARGELLO  
RELATOR: DEP. IVELISE LONGHI  
PARECER: FAVORÁVEL SUBSTITUTIVO APRESENTADO PELA CCJ  
RESULTADO: RETIRADO DE PAUTA

**08 - PROJETO DE LEI Nº 2611/2003**

"DISPÕE SOBRE A INCLUSÃO NO CALENDÁRIO COMEMORATIVO DO DF DA FEIRA DE AMOSTRA DO COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE TAGUATINGA - FACITA."

AUTORIA: GIM ARGELLO  
RELATOR: DEP. IVELISE LONGHI  
PARECER: FAVORÁVEL À MATÉRIA  
RESULTADO: APROVADO

**09 - PROJETO DE LEI Nº 12311/2004**

"DISPÕE SOBRE A INSTALAÇÃO DE ALOJAMENTOS NOS LOCAIS DE SERVIÇOS DE PLANTÃO.

AUTORIA: DEP. FÁBIO BARCELLOS  
RELATOR: DEP. IVELISE LONGHI  
PARECER: FAVORÁVEL À MATÉRIA  
RESULTADO: APROVADO

**10 - PROJETO DE LEI Nº 1665/2004**

"FICA DENOMINADO PRAÇA GÊNESIS O LOGRADOURO PÚBLICO QUE ESPECIFICA.

AUTORIA: DEP. BRUNELLI  
RELATOR: DEP. IVELISE LONGHI  
PARECER: FAVORÁVEL À MATÉRIA  
RESULTADO: APROVADO

**11 - PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 105/2004**

"REVOGA A LEI COMPLEMENTAR Nº 207, DE 12 DE ABRIL DE 1999, QUE DISPÕE SOBRE A CONSTRUÇÃO, A MANUTENÇÃO E A OPERAÇÃO DOS CLUBES DE VIZINHANÇA NO DISTRITO FEDERAL.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO  
RELATOR: DEP. IVELISE LONGHI  
PARECER: FAVORÁVEL À MATÉRIA  
RESULTADO: CONCEDIDO VISTAS AO DEP. PAULO TADEU

**12 - PROJETO DE LEI Nº 1185/2000**

"INSTITUI, NO ÂMBITO DO DISTRITO FEDERAL, O DIA DA AÇÃO SOLIDÁRIA, A SER COMEMORADO NO DIA 7 DE AGOSTO DE CADA ANO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

AUTOR: DEP. CHICO FLORESTA  
RELATOR: DEP. PAULO TADEU  
PARECER: FAVORÁVEL À MATÉRIA  
RESULTADO: APROVADO

**13 - PROJETO DE LEI Nº 849/2003**

"DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO, NA ESTRUTURA DA POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL, DA 34ª DELEGACIA DE POLÍCIA DE SANTA MARIA SUL, REGIÃO ADMINISTRATIVA DE SANTA MARIA RA - XIII."

AUTOR: DEP. PEDRO PASSOS  
RELATOR: DEP. PAULO TADEU  
PARECER: FAVORÁVEL À MATÉRIA  
RESULTADO: CONCEDIDO VISTAS À DEPUTADA ANILCEIA MACHADO

**14 - PROJETO DE LEI Nº 1311/2004**

"ESTABELECE NORMAS, NO ÂMBITO DO DISTRITO FEDERAL, PARA A REALIZAÇÃO DE CONCURSOS PÚBLICOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

AUTOR: DEP. CHICO LEITE  
RELATOR: DEP. PAULO TADEU  
PARECER: FAVORÁVEL À MATÉRIA, NAS FORMAS DAS EMENDAS APRESENTADAS PELO RELATOR  
RESULTADO: APROVADO E ACATADA EMENDA DE AUTORIA DO DEP. PENIEL PACHECO, APRESENTADA DURANTE À REUNIÃO.

**15 - PROJETO DE LEI Nº 1414/2004**

"DÁ A DENOMINAÇÃO DE 'TEATRO DE ARENA - LEGIÃO URBANA' AO TEATRO DE ARENA, NA REGIÃO ADMINISTRATIVA DO GUARÁ."

AUTOR: DEP. ARLETE SAMPAIO  
RELATOR: DEP. PAULO TADEU  
PARECER: FAVORÁVEL À MATÉRIA  
RESULTADO: APROVADO

**16 - PROJETO DE LEI Nº 1529/2004**

"INSTITUI, NO ÂMBITO DO DISTRITO FEDERAL, O DIA DE LUTA CONTRA O ASSÉDIO MORAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

AUTOR: DEP. ÉRIKA KOKAY  
RELATOR: DEP. PAULO TADEU  
PARECER: FAVORÁVEL À MATÉRIA  
RESULTADO: APROVADO

**OBS:**  
FICA CANCELADA A VOTAÇÃO DAS INDICAÇÕES DE NºS 2662/04; 2665/04; 2667/04; 2668/04; 2669/04; 2670/04; 2671/04; 2672/04; 2673/04; 2674/04; 2675/04; 2676/04; 2677/04; 2678/04; 2679/04; 2681/04; 2692/04; 2693/04; 2694/04; 2695/04; 2696/04; 2697/04; 2698/04; 2699/04; 2700/04; 2701/04; 2702/04; 2703/04; 2704/04; 2705/04; 2837/04; 2880/04 E 2939/04, VOTADAS NA 7ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA PELA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS EM 17 DE NOVEMBRO DE 2004, PELO NÃO CUMPRIMENTO DADO AO ART. 80 DO REGIMENTO INTERNO DA CLDF.

**17 - INDICAÇÃO Nº 3135/2004**

"SUGERE À ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE CEILÂNDIA QUE SEJAM TOMADAS PROVIDÊNCIAS PARA A RETIRADA DO LIXO ACUMULADO ENTRE A ESCOLA CLASSE 20 E A CAPELA SÃO JOSÉ, NA EQNN 2/4, DO SETOR N DE CEILÂNDIA SUL, REGIÃO ADMINISTRATIVA IX."

AUTORIA: DEP. ARLETE SAMPAIO  
RESULTADO: APROVADO

**18 - INDICAÇÃO Nº 3165/2004**

"SUGERE À SECRETARIA DE ESTADO DE INFRA-ESTRUTURA E OBRAS A CONSTRUÇÃO DE PASSARELAS DE PEDESTRES SOBRE A ESTRADA PARQUE TAGUATINGA-GUARÁ, NAS PROXIMIDADES DA CAESB E CEB, NO SETOR DE INDÚSTRIA E ABASTECIMENTO".

AUTORIA: DEP. ARLETE SAMPAIO  
RESULTADO: APROVADO

**19 - INDICAÇÃO Nº 3174/2004**

"SUGERE AO PODER EXECUTIVO DO DISTRITO FEDERAL, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA E OBRAS DO DISTRITO FEDERAL E DA COMPANHIA ENERGÉTICA DE BRASÍLIA - CEB, A IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA NAS RAS 16, 17 E 18, DA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE SOBRADINHO II - RA XXVI".

AUTORIA: DEP. ELIANA PEDROSA  
RESULTADO: APROVADA

**20 - INDICAÇÃO Nº 3175/2004**

"SUGERE AO PODER EXECUTIVO DO DISTRITO FEDERAL, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA E OBRAS A CONSTRUÇÃO DE UMA PASSARELA DE PEDESTRES SOBRE A RODOVIA DF - 075, NAS PROXIMIDADES DA QN 01, NA REGIÃO ADMINISTRATIVA DO RIACHO FUNDO I - RA XVII".

AUTORIA: DEP. ELIANA PEDROSA  
RESULTADO: APROVADA

**21 - INDICAÇÃO Nº 3184/2004**

"SUGERE AO EXCELENTÍSSIMO SENHOR SECRETÁRIO DE ESTADO DE INFRA-ESTRUTURA E OBRAS DO DISTRITO FEDERAL A REALIZAÇÃO DE OBRAS DE SANEAMENTO E CANALIZAÇÃO DE ÁGUAS SUBTERRÂNEAS NA QUADRA 12 DE SÃO SEBASTIÃO, REGIÃO ADMINISTRATIVA XIV".

AUTORIA: DEP. ARLETE SAMPAIO  
RESULTADO: APROVADA

**22 - INDICAÇÃO Nº 3228/2004**

"SUGERE AO EXCELENTÍSSIMO SENHOR SECRETÁRIO DE ESTADO DE INFRA-ESTRUTURA E OBRAS DO DISTRITO FEDERAL A REALIZAÇÃO DE OBRAS DE DRENAGEM PLUVIAL E A INSTALAÇÃO DE MEIO-FIO NAS RUAS DE SÃO SEBASTIÃO, REGIÃO ADMINISTRATIVA XIV".

AUTORIA: DEP. ARLETE SAMPAIO  
RESULTADO: APROVADA

**23 - INDICAÇÃO Nº 3239/2004**

"SUGERE AO EXCELENTÍSSIMO SENHOR SECRETÁRIO DE ESTADO DE INFRA-ESTRUTURA E OBRAS DO DISTRITO FEDERAL A REALIZAÇÃO DE OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA E DE IMPLANTAÇÃO DE REDES DE ESGOTO E DE ÁGUAS PLUVIAIS NAS QUADRAS 204 A 307, DO SETOR RESIDENCIAL OESTE DE SÃO SEBASTIÃO, REGIÃO ADMINISTRATIVA XIV".

AUTORIA: DEP. ARLETE SAMPAIO  
RESULTADO: APROVADA

**24 - INDICAÇÃO Nº 3303/2004**

"SUGERE AO EXCELENTÍSSIMO SENHOR SECRETÁRIO DE ESTADO DE INFRA-ESTRUTURA E OBRAS DO DISTRITO FEDERAL A CONSTRUÇÃO DE PISTA DE COOPER AO LONGO DA AVENIDA VARGEM DA BÊNÇÃO, NO RECANTO DAS EMAS, REGIÃO ADMINISTRATIVA XV".

AUTORIA: DEP. ARLETE SAMPAIO  
RESULTADO: APROVADA

**25 - INDICAÇÃO Nº 3304/2004**

"SUGERE AO EXCELENTÍSSIMO SENHOR SECRETÁRIO DE ESTADO DE INFRA-ESTRUTURA E OBRAS DO DISTRITO FEDERAL A REALIZAÇÃO DE OBRAS DE ASFALTAMENTO DA AVENIDA FAZENDINHA, NO RECANTO DAS EMAS, REGIÃO ADMINISTRATIVA XV".

AUTORIA: DEP. ARLETE SAMPAIO  
RESULTADO: APROVADA

**26 - INDICAÇÃO Nº 3395/2004**

"SUGERE AO EXCELENTÍSSIMO SENHOR SECRETÁRIO DE ESTADO DE INFRA-ESTRUTURA E OBRAS DO DISTRITO FEDERAL A REALIZAÇÃO DE OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO NA QUADRA 201, DO RECANTO DAS EMAS, REGIÃO ADMINISTRATIVA XV".

AUTORIA: DEP. ARLETE SAMPAIO  
RESULTADO: APROVADA

**27 - INDICAÇÃO Nº 3396/2004**

"SUGERE AO EXCELENTÍSSIMO SENHOR SECRETÁRIO DE ESTADO DE INFRA-ESTRUTURA E OBRAS DO DISTRITO FEDERAL A REALIZAÇÃO DE OBRAS DE RECUPERAÇÃO DO SISTEMA DE DRENAGEM PLUVIAL DA QUADRA 102, DO RECANTO DAS EMAS, REGIÃO ADMINISTRATIVA XV".

AUTORIA: DEP. ARLETE SAMPAIO  
RESULTADO: APROVADA

**28 - INDICAÇÃO Nº 3477/2004**

"SUGERE AO EXCELENTÍSSIMO SENHOR SECRETÁRIO DE ESTADO DE INFRA-ESTRUTURA E OBRAS DO DISTRITO FEDERAL A REALIZAÇÃO DE OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO E DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA NO CONJUNTO 52, DS QUADRA 300, DO RECANTO DAS EMAS, REGIÃO ADMINISTRATIVA XV".

AUTORIA: DEP. ARLETE SAMPAIO  
RESULTADO: APROVADA

**29 - INDICAÇÃO Nº 3388/2004**

"SUGERE AO SENHOR SECRETÁRIO DE ESTADO DE CULTURA DO DISTRITO FEDERAL A REFORMA E AMPLIAÇÃO DA BIBLIOTECA PÚBLICA NA REGIÃO ADMINISTRATIVA DO GAMA".

AUTORIA: DEP. ARLETE SAMPAIO  
RESULTADO: APROVADA

**30 - INDICAÇÃO Nº 3389/2004**

"SUGERE AO SENHOR SECRETÁRIO DE ESTADO DE CULTURA DO DISTRITO FEDERAL A IMPLANTAÇÃO DE BRINQUEDOTECA COMUNITÁRIA NA REGIÃO ADMINISTRATIVA DO GAMA".

AUTORIA: DEP. ARLETE SAMPAIO  
RESULTADO: APROVADA

**31 - INDICAÇÃO Nº 3388/2004**

"SUGERE AO SENHOR SECRETÁRIO DE ESTADO DO TRABALHO DO DISTRITO FEDERAL O RETORNO DAS ATIVIDADES DO PROJETO 'FRENTE DE TRABALHO' NO SETOR 7º SUL, EM CEILÂNDIA".

AUTORIA: DEP. BENÍCIO TAVARES  
RESULTADO: APROVADA

**32 - INDICAÇÃO Nº 3151/2004**

"SUGERE AO SENHOR PRESIDENTE DA COMPANHIA DE ÁGUAS E ESGOTO DE BRASÍLIA - CAESB, A IMPLANTAÇÃO DA REDE DE CAPTAÇÃO DE ESGOTO E DE ÁGUA POTÁVEL NO PARQUE SOL NASCENTE, COMPREENDENDO ÁREAS DO SETOR P NORTE, QNQ E PROXIMIDADES DA FUNDAÇÃO BRADESCO".

AUTORIA: DEP. BRUNELLI  
RESULTADO: APROVADA

**33 - INDICAÇÃO Nº 3152/2004**

"SUGERE AO SENHOR SECRETÁRIO DE INFRA-ESTRUTURA E OBRAS DO DISTRITO FEDERAL A IMPLANTAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA E ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO PARQUE SOL NASCENTE, COMPREENDENDO ÁREAS DO SETOR P NORTE, QNQ E PROXIMIDADES DA FUNDAÇÃO BRADESCO".

AUTORIA: DEP. BRUNELLI  
RESULTADO: APROVADA

**34 - INDICAÇÃO Nº 3194/2004**

"SUGERE AO SENHOR SECRETÁRIO DE ESTADO DE INFRA-ESTRUTURA E OBRAS DO DISTRITO FEDERAL A PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DA OC 06, REGIÃO ADMINISTRATIVA DO RIACHO FUNDO II - RA XXI".

AUTORIA: DEP. BRUNELLI  
RESULTADO: APROVADA

**35 - INDICAÇÃO Nº 3179/2004**

"SUGERE AO SENHOR DIRETOR DO DETRAN-DF, A COLOCAÇÃO DE UMA FAIXA DE PEDESTRE ENTRE O CENTRO EDUCACIONAL CATÓLICA DE BRASÍLIA E O SETOR OSF - NA CIDADE DE TAGUATINGA, RA III".

AUTORIA: DEP. BRUNELLI  
RESULTADO: APROVADA

**36 - INDICAÇÃO Nº 3277/2004**

"SUGERE AO SENHOR ADMINISTRADOR DE SAMAMBAIA A URGENTE INTENSIFICAÇÃO DA LIMPEZA PÚBLICA NAS QRS 123 E 125, REGIÃO ADMINISTRATIVA DE SAMAMBAIA-RA XII".

AUTORIA: DEP. BRUNELLI  
RESULTADO: APROVADA

**37 - INDICAÇÃO Nº 3279/2004**

"SUGERE AO SENHOR SECRETÁRIO DE INFRA-ESTRUTURA E OBRAS DO DISTRITO FEDERAL A CONSTRUÇÃO DE UMA VIA DE LIGAÇÃO ENTRE A QRS 123 E 125 NA CIDADE DE SAMAMBAIA-RA XII".

AUTORIA: DEP. BRUNELLI  
RESULTADO: APROVADA

**38 - INDICAÇÃO Nº 3389/2004**

"SUGERE AO SENHOR SECRETÁRIO DE INFRA-ESTRUTURA E OBRAS DO DISTRITO FEDERAL A URBANIZAÇÃO E CONSTRUÇÃO DE UMA QUADRA POLIESPORTIVA NA QRS 123 E 125 NA CIDADE DE SAMAMBAIA-RA XII".

AUTORIA: DEP. BRUNELLI  
RESULTADO: APROVADA

**39 - INDICAÇÃO Nº 3382/2004**

"SUGERE AO SENHOR SECRETÁRIO DE INFRA-ESTRUTURA E OBRAS DO DISTRITO FEDERAL A URBANIZAÇÃO E CONSTRUÇÃO DE UMA PISTA DE COOPER NAS QRS 100, 300 E 500 (ÍMPARES) NA CIDADE DE SAMAMBAIA-RA-XII".

AUTORIA: DEP. BRUNELLI  
RESULTADO: APROVADA

**40 - INDICAÇÃO Nº 3033/2004**

"SUGERE AO SENHOR ADMINISTRADOR REGIONAL DO RIACHO FUNDO CONSTRUÇÃO DE UMA CRECHE E DE UM CENTRO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO RIACHO FUNDO II".

AUTORIA: DEP. CHICO FLORESTA  
RESULTADO: APROVADA

**41 - INDICAÇÃO Nº 3039/2004**

"SUGERE AO SENHOR SECRETÁRIO DE INFRA-ESTRUTURA E OBRAS DO DISTRITO FEDERAL CONSTRUÇÃO DE UMA CRECHE E DE UM CENTRO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO RIACHO FUNDO II".

AUTORIA: DEP. CHICO FLORESTA  
RESULTADO: APROVADA

**42 - INDICAÇÃO Nº 3440/2004**

"SUGERE AO SENHOR SECRETÁRIO DE ESTADO DE AÇÃO SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL CONSTRUÇÃO DE UMA CRECHE E DE UM CENTRO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO RIACHO FUNDO II".

AUTORIA: DEP. CHICO FLORESTA  
RESULTADO: APROVADA

**43 - INDICAÇÃO Nº 344/2004**

"SUGERE AO SENHOR SECRETÁRIO DE INFRA-ESTRUTURA E OBRAS DO DISTRITO FEDERAL CONSTRUÇÃO DE UM SALÃO COMUNITÁRIO NO RIACHO FUNDO II."

AUTORIA: DEP. CHICO FLORESTA  
RESULTADO: APROVADA

**44 - INDICAÇÃO Nº 345/2004**

"SUGERE AO SENHOR ADMINISTRADOR REGIONAL DO RIACHO FUNDO CONSTRUÇÃO DE UM SALÃO COMUNITÁRIO NO RIACHO FUNDO II."

AUTORIA: DEP. CHICO FLORESTA  
RESULTADO: APROVADA

**45 - INDICAÇÃO Nº 349/2004**

"SUGERE AO SENHOR PRESIDENTE DA COMPANHIA ENERGÉTICA DE BRASÍLIA - CEB ILUMINAÇÃO PÚBLICA NAS LIGAÇÕES ENTRE A DF-01 E A QUADRA CENTRAL Nº 06 E A TROCA DE LUMINÁRIAS DEFEITUOSAS NO RIACHO FUNDO II."

AUTORIA: DEP. CHICO FLORESTA  
RESULTADO: APROVADA

**46 - INDICAÇÃO Nº 370/2004**

"SUGERE AO SENHOR ADMINISTRADOR REGIONAL DO RIACHO FUNDO ILUMINAÇÃO PÚBLICA NAS LIGAÇÕES ENTRE A DF-01 E A QUADRA CENTRAL Nº 06 E A TROCA DE LUMINÁRIAS DEFEITUOSAS NO RIACHO FUNDO II."

AUTORIA: DEP. CHICO FLORESTA  
RESULTADO: APROVADA

**47 - INDICAÇÃO Nº 371/2004**

"SUGERE AO SENHOR SECRETÁRIO DE INFRA-ESTRUTURA E OBRAS DO DISTRITO FEDERAL ILUMINAÇÃO PÚBLICA NAS LIGAÇÕES ENTRE A DF-01 E A QUADRA CENTRAL Nº 06 E A TROCA DE LUMINÁRIAS DEFEITUOSAS NO RIACHO FUNDO II."

AUTORIA: DEP. CHICO FLORESTA  
RESULTADO: APROVADA

**48 - INDICAÇÃO Nº 399/2004**

"SUGERE AO SENHOR ADMINISTRADOR REGIONAL DE ÁGUAS CLARAS COLETA DIÁRIA DO LIXO EM TODA A VEREDA DA CRUZ, EM ÁGUAS CLARAS."

AUTORIA: DEP. CHICO FLORESTA  
RESULTADO: APROVADA

**49 - INDICAÇÃO Nº 3157/2004**

"SUGERE AO SENHOR ADMINISTRADOR REGIONAL DO GUARÁ A URGENTE REFORMA DAS PLACAS DE ENDEREÇAMENTO DO GUARÁ."

AUTORIA: DEP. CHICO FLORESTA  
RESULTADO: APROVADA

**50 - INDICAÇÃO Nº 3278/2005**

"SUGERE À SECRETARIA DE ESTADO DE INFRA-ESTRUTURA E OBRAS DO DISTRITO FEDERAL A INSTALAÇÃO DE PARADAS DE ÔNIBUS COM ABRIGO PARA OS PASSAGEIROS AO LONGO DAS AVENIDAS ARAUCÁRIAS E CASTANHEIRAS EM ÁGUAS CLARAS."

AUTORIA: DEP. CHICO FLORESTA  
RESULTADO: APROVADA

**51 - INDICAÇÃO Nº 3282/2005**

"SUGERE À SECRETARIA DE ESTADO DE INFRA-ESTRUTURA E OBRAS DO DISTRITO FEDERAL A INSTALAÇÃO DE PARADAS DE ÔNIBUS COM ABRIGO PARA OS PASSAGEIROS AO LONGO DAS AVENIDAS ARAUCÁRIAS E CASTANHEIRAS EM ÁGUAS CLARAS."

AUTORIA: DEP. CHICO FLORESTA  
RESULTADO: APROVADA

**52 - INDICAÇÃO Nº 3303/2005**

"SUGERE AO ADMINISTRADOR DE ÁGUAS CLARAS DOTAR A RUA DAS PAINEIRAS DE TODA A INFRA-ESTRUTURA NECESSÁRIA, TAIS COMO ASFALTO, MEIO FIO, ILUMINAÇÃO E ETC."

AUTORIA: DEP. CHICO FLORESTA  
RESULTADO: APROVADA

**53 - INDICAÇÃO Nº 3324/2005**

"SUGERE À SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA E OBRAS DO DISTRITO FEDERAL O ASFALTAMENTO E A URBANIZAÇÃO DA AVENIDA JEQUITIBA E DA RUA 37 SUL, ACESSOS A QUADRA 210 NA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE ÁGUAS CLARAS."

AUTORIA: DEP. CHICO FLORESTA  
RESULTADO: APROVADA

**54 - INDICAÇÃO Nº 3325/2005**

"SUGERE AO ADMINISTRADOR REGIONAL DE ÁGUAS CLARAS O ASFALTAMENTO E A URBANIZAÇÃO DA AVENIDA JEQUITIBA E DA RUA 37 SUL, ACESSO À QUADRA 210."

AUTORIA: DEP. CHICO FLORESTA  
RESULTADO: APROVADA

**55 - INDICAÇÃO Nº 3318/2005**

"SUGERE AO SECRETÁRIO DE INFRA-ESTRUTURA E OBRAS DO DISTRITO FEDERAL DOTAR A RUA DAS PAINEIRAS DE TODA A INFRA-ESTRUTURA NECESSÁRIA, TAIS COMO ASFALTO, MEIO FIO, ILUMINAÇÃO E ETC, NA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE ÁGUAS CLARAS."

AUTORIA: DEP. CHICO FLORESTA  
RESULTADO: APROVADA

**56 - INDICAÇÃO Nº 3702/2004**

"SUGERE AO EXCELENTÍSSIMO SENHOR MINISTRO DE ESTADO DA CULTURA A ADOÇÃO DAS PROVIDÊNCIAS CABÍVEIS PARA DAR A BIBLIOTECA NACIONAL O NOME DE BIBLIOTECA NACIONAL LEONEL BRIZOLA."

AUTORIA: DEP. CHICO LEITE  
RESULTADO: APROVADA

**57 - INDICAÇÃO Nº 3745/2004**

"SUGERE AO EXCELENTÍSSIMO SENHOR SECRETÁRIO DE ESTADO DE CULTURA PROVIDÊNCIAS PARA A REFORMA DO MUSEU HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE PLANALTINA - DF."

AUTORIA: DEP. CHICO LEITE  
RESULTADO: APROVADA

**58 - INDICAÇÃO Nº 3167/2005**

"SUGERE AO SENHOR SECRETÁRIO DE ESTADO DE CULTURA DO DISTRITO FEDERAL A CRIAÇÃO DA BANDA SINFÔNICA DE BRASÍLIA."

AUTORIA: DEP. CHICO LEITE  
RESULTADO: APROVADA

**59 - INDICAÇÃO Nº 3148/2005**

"SUGERE AO EXCELENTÍSSIMO SENHOR SECRETÁRIO DE ESTADO DO TRABALHO QUE IMPLEMENTE POLÍTICAS NO SENTIDO DA REINTEGRAÇÃO DOS TRABALHADORES DE MEIA IDADE AO MERCADO DE TRABALHO."

AUTORIA: DEP. CHICO LEITE  
RESULTADO: APROVADA

**60 - INDICAÇÃO Nº 3169/2005**

"SUGERE AO PODER EXECUTIVO DO DISTRITO FEDERAL A EXTENSÃO DO HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DAS BIBLIOTECAS PÚBLICAS AOS FINAIS DE SEMANA."

AUTORIA: DEP. CHICO LEITE  
RESULTADO: APROVADA

**61 - INDICAÇÃO Nº 3172/2005**

"SUGERE AO ILUSTRÍSSIMO SENHOR DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ESTRADA E RODAGEM - DER/DF A CONSTRUÇÃO DE PASSARELA DE PEDESTRE NA EPTG, PRÓXIMO ÀS ÁREAS ESPECIAIS DA CAESB, CEB, SEDF E BRASILTELECOM, NO SIA BRASÍLIA-DF."

AUTORIA: DEP. CHICO LEITE  
RESULTADO: APROVADA

**62 - INDICAÇÃO Nº 3178/2005**

"SUGERE AO SENHOR SECRETÁRIO DE ESTADO DE INFRA-ESTRUTURA E OBRAS DO DISTRITO FEDERAL PROVIDÊNCIAS PARA RELAÇÃO A REFORMAS NA PLATAFORMA SUPERIOR DA RODOVIÁRIA DO PLANO PILOTO."

AUTORIA: DEP. CHICO LEITE  
RESULTADO: APROVADA

**63 - INDICAÇÃO Nº 3313/2005**

"SUGERE AO EXCELENTÍSSIMO SENHOR SECRETÁRIO DE INFRA-ESTRUTURA E OBRAS QUE PROVIDENCIE E RECAPEAMENTO DO ASFALTO DAS PISTAS INTERNAS E DE ACESSO ÀS COLÔNIAS AGRÍCOLAS VICENTE PIRES E SAMAMBAIA-DF."

AUTORIA: DEP. CHICO LEITE  
RESULTADO: APROVADA

**64 - INDICAÇÃO Nº 3159/2004**

"SUGERE À COMPANHIA ENERGÉTICA DE BRASÍLIA A ILUMINAÇÃO DAS VIAS PÚBLICAS QUE ESPECIFICA."

AUTORIA: DEP. CHICO VIGILANTE  
RESULTADO: APROVADA

**65 - INDICAÇÃO Nº 3161/2004**

"SUGERE AO GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL AS PROVIDÊNCIAS QUE ESPECIFICA."

AUTORIA: DEP. CHICO VIGILANTE  
RESULTADO: APROVADA

**66 - INDICAÇÃO Nº 3177/2005**

"SUGERE AO GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL AS PROVIDÊNCIAS QUE ESPECIFICA."

AUTORIA: DEP. CHICO VIGILANTE  
RESULTADO: APROVADA

**67 - INDICAÇÃO Nº 3424/2004**

"SUGERE AO EXCELENTÍSSIMO SENHOR GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL QUE SEJA FIRMADA PERMISSÃO DE USO NÃO QUALIFICADA PARA A ASSOCIAÇÃO RECREATIVA E CULTURAL UNIDOS DO CRUZEIRO - ARUC, SOBRE O TERRENO DO CLUBE DE VIZINHANÇA DO CRUZEIRO VELHO."

AUTORIA: COMISSÃO DE ASSUNTOS FUNDIÁRIOS  
RESULTADO: APROVADA

**68 - INDICAÇÃO Nº 3274/2005**

"SUGERE A SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA E OBRAS O ASFALTAMENTO EXTERNO DE MANSÕES ITIQUIRA, NA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE PLANALTINA - RA VI."

AUTORIA: DEP. ELIANA PEDROSA  
RESULTADO: APROVADA

**69 - INDICAÇÃO Nº 3274/2005**

"SUGERE A SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA E OBRAS O ASFALTAMENTO E A IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO BARRIO JARDIM ARAUCÁRIAS, NA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE PLANALTINA - RA VI."

AUTORIA: DEP. ELIANA PEDROSA  
RESULTADO: APROVADA

**70 - INDICAÇÃO Nº 3182/2005**

"SUGERE À SECRETARIA DE ESTADO DE INFRA-ESTRUTURA E OBRAS DO DISTRITO FEDERAL A PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, A INSTALAÇÃO DE PARADAS DE ÔNIBUS E A CONSTRUÇÃO DE QUADRAS POLIESPORTIVAS, NAS QS 11 - AREAL, TAGUATINGA - DF."

AUTORIA: DEP. EURIDES BRITO  
RESULTADO: APROVADA

**71 - INDICAÇÃO Nº 296/2004**

"SUGERE A SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E OBRAS DO DISTRITO FEDERAL A IMPLANTAÇÃO DE REDE DE CAPTAÇÃO DE ÁGUAS PLUVIAIS (BOCAS-DE-LÓBOS) NAS RUAS DA QUADRA QNP 18 DA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE CEILÂNDIA."

AUTORIA: DEP. GIM ARGELLO  
RESULTADO: APROVADA

**72 - INDICAÇÃO Nº 293/2004**

"SUGERE AO BANCO DE BRASÍLIA S/A - BRB, A IMPLANTAÇÃO DE UMA AGÊNCIA BANCÁRIA NO SETOR P-SUL, NA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE CEILÂNDIA."

AUTORIA: DEP. GIM ARGELLO  
RESULTADO: APROVADA

**73 - INDICAÇÃO Nº 292/2004**

"SUGERE AO GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL INFRA-ESTRUTURA BÁSICA COMO: SEGURANÇA, ÁGUA POTÁVEL E TRATADA, ENERGIA ELÉTRICA, ESGOTO E ASFALTO NO CONDOMÍNIO POR DO SOL, NA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE CEILÂNDIA."

AUTORIA: DEP. GIM ARGELLO  
RESULTADO: APROVADA

**74 - INDICAÇÃO Nº 291/2004**

"SUGERE A SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E OBRAS DO DISTRITO FEDERAL A IMPLANTAÇÃO DE REDE DE CAPTAÇÃO DE ÁGUAS PLUVIAIS (BOCAS-DE-LÓBOS) NAS RUAS DAS QUADRAS QNP 14, 20 E 32 DA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE CEILÂNDIA."

AUTORIA: DEP. GIM ARGELLO  
RESULTADO: APROVADA

**75 - INDICAÇÃO Nº 293/2004**

"SUGERE A SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E OBRAS DO DISTRITO FEDERAL A OPERAÇÃO TAPA BURACO NO SETOR QNP - SUL, NA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE CEILÂNDIA."

AUTORIA: DEP. GIM ARGELLO  
RESULTADO: APROVADA

**76 - INDICAÇÃO Nº 288/2004**

"SUGERE AO EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA COMPANHIA DE SANEAMENTO DO DISTRITO FEDERAL, QUE SEJA IMPLANTADO A REDE DE ESGOTOS NA QNP 25, DE CEILÂNDIA - DF."

AUTORIA: DEP. IVELISE LONGHI  
RESULTADO: APROVADA

**77 - INDICAÇÃO Nº 287/2004**

"SUGERE AO EXCELENTÍSSIMO SENHOR GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, ATRAVÉS DO ADMINISTRADOR REGIONAL DE SAMAMBAIA RA - XII, A AMPLIAÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA E EXECUÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS À QR 121, CONJUNTOS 3, 4, 5 E 6."

AUTORIA: DEP. ODILON AIRES  
RESULTADO: APROVADA

**78 - INDICAÇÃO Nº 3129/2004**

"SUGERE AO EXCELENTÍSSIMO SENHOR GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE ESTADO DE AÇÃO SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL, UMA RENOVAÇÃO DE EQUIPAMENTOS, AMPLIAÇÃO DA ESTRUTURA, E MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE TRABALHO DOS CONSELHOS TUTELARES."

AUTORIA: DEP. ODILON AIRES  
RESULTADO: APROVADA

**79 - INDICAÇÃO Nº 3153/2004**

"SUGERE AO EXCELENTÍSSIMO SECRETARIO DE ESTADO DE FAZENDA DO DISTRITO FEDERAL A LIBERAÇÃO DOS RECURSOS DESTINADOS À ÁREA DE PESSOAL DA SECRETARIA DE CULTURA DO DISTRITO FEDERAL."

AUTORIA: DEP. ODILON AIRES  
RESULTADO: APROVADA

**80 - INDICAÇÃO Nº 3163/2004**

"SUGERE AO EXCELENTÍSSIMO SENHOR GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE ESTADO DE INFRA-ESTRUTURA E OBRAS DO DISTRITO FEDERAL, A URBANIZAÇÃO DA PRAÇA LOCALIZADA NA QI 02 ENTRE OS CONJUNTOS E, F E G NO GUARÁ I."

AUTORIA: DEP. ODILON AIRES  
RESULTADO: APROVADA

**81 - INDICAÇÃO Nº 3164/2004**

"SUGERE AO EXCELENTÍSSIMO SENHOR GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE ESTADO DE INFRA-ESTRUTURA E OBRAS DO DISTRITO FEDERAL, A CONSTRUÇÃO DE PASSARELAS AO LONGO DA VIA EPTG NO TRECHO DO SETOR DE INDÚSTRIAS E ABASTECIMENTO - SIA PRÓXIMO AOS PONTOS DE ÔNIBUS DAS ÁREAS DA CAESB, CEB, FEDF/BRASIL TELECOM."

AUTORIA: DEP. ODILON AIRES  
RESULTADO: APROVADA

**82 - INDICAÇÃO Nº 3190/2004**

"SUGERE AO PODER EXECUTIVO DO DISTRITO FEDERAL, ATRAVÉS DA ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE PLANALINA A REALIZAÇÃO DE BENFEITORIAS QUE ESPECIFICA, NA ÁREA DA ESTÂNCIA MESTRE D'ARMAS EM PLANALINA."

AUTORIA: DEP. ODILON AIRES  
RESULTADO: APROVADA

**83 - INDICAÇÃO Nº 3192/2004**

"SUGERE AO PODER EXECUTIVO DO DISTRITO FEDERAL, ATRAVÉS DA ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE TAGUATINGA A REALIZAÇÃO DE BENFEITORIAS QUE ESPECIFICA, NA ÁREA Q5 II AREAL - TAGUATINGA."

AUTORIA: DEP. ODILON AIRES  
RESULTADO: APROVADA

**84 - INDICAÇÃO Nº 3272/2004**

"SUGERE AO EXCELENTÍSSIMO SENHOR GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO, A AMPLIAÇÃO DA OFERTA DE CURSOS MINISTRADOS PELA ESCOLA TÉCNICA DE BRASÍLIA EM TAGUATINGA."

AUTORIA: DEP. ODILON AIRES  
RESULTADO: APROVADA

**85 - INDICAÇÃO Nº 3284/2004**

"SUGERE AO PODER EXECUTIVO DO DISTRITO FEDERAL, ATRAVÉS DA ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE BRASÍLIA A CONSTRUÇÃO DE UMA CALÇADA ENTRE O TERMINAL RODOVIÁRIO NORTE E A 2ª DELEGACIA DE POLÍCIA."

AUTORIA: DEP. ODILON AIRES  
RESULTADO: APROVADA

**86 - INDICAÇÃO Nº 2961/2004**

"SUGERE AO EXCELENTÍSSIMO SENHOR DIRETOR-PRESIDENTE DA COMPANHIA ENERGETICA DE BRASÍLIA - CEB, A INSTALAÇÃO URGENTE DE 4 (QUATRO) REFLETORES NA QUADRA DE ESPORTES DO INCRA 08, NA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE BRAZLÂNDIA, RA-IV."

AUTORIA: DEP. PEDRO PASSOS  
RESULTADO: APROVADA

**87 - INDICAÇÃO Nº 2963/2004**

"SUGERE À EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT, A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CORRESPONDÊNCIA A COMUNIDADE DO RESIDENCIAL BURITIS, NA REGIÃO ADMINISTRATIVA DO RECANTO DAS EMAS - RA XV."

AUTORIA: DEP. PEDRO PASSOS  
RESULTADO: APROVADA

**88 - INDICAÇÃO Nº 2965/2004**

"SUGERE AO EXCELENTÍSSIMO PRESIDENTE DA COMPANHIA DE SANEAMENTO DE BRASÍLIA - CAESB, A IMPLANTAÇÃO DE RESERVATÓRIO PARA O ARMAZENAMENTO DA ÁGUA PROVENIENTE DO POÇO ARTESIANO, O QUAL ATENDE AS NECESSIDADES DE 300 FAMÍLIAS, NO RESIDENCIAL BURITIS I, SETOR HABITACIONAL ÁGUA QUENTE, NA REGIÃO ADMINISTRATIVA DO RECANTO DAS EMAS - RA XV."

AUTORIA: DEP. PEDRO PASSOS  
RESULTADO: APROVADA

**89 - INDICAÇÃO Nº 2967/2004**

"SUGERE AO EXCELENTÍSSIMO SENHOR DIRETOR DA COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL - NOVACAP QUE PROMOVA O ATERRAMENTO E COLOCAÇÃO DE GRAMA NO CAMPO DE LAZER LOCALIZADO NA VILA TELEBRASÍLIA, REGIÃO ADMINISTRATIVA DE BRASÍLIA - RA I."

AUTORIA: DEP. PEDRO PASSOS  
RESULTADO: APROVADA

**90 - INDICAÇÃO Nº 2968/2004**

"SUGERE À COMPANHIA ENERGETICA DE BRASÍLIA - CEB, A COLOCAÇÃO DE 66 (SESSENTA E SEIS) POSTES DE ILUMINAÇÃO ENTRE O CONDOMÍNIO RESIDENCIAL SÃO FRANCISCO NA DF-280, ATÉ A ENTRADA DO MUNICÍPIO DE SANTO ANTONIO DO DISCOBERTO, APROXIMADAMENTE 3 (TRÊS) K<sup>2</sup> DE EXTENSÃO."

AUTORIA: DEP. PEDRO PASSOS  
RESULTADO: APROVADA

**91 - INDICAÇÃO Nº 2969/2004**

"SUGERE AO EXCELENTÍSSIMO SENHOR DIRETOR-PRESIDENTE DO BANCO DE BRASÍLIA S/A - BRB, QUE PROMOVA A INSTALAÇÃO DE UM POSTO DE CONVENIÊNCIA DO BRB NO CONDOMÍNIO RESIDENCIAL SÃO FRANCISCO NA DF-280, NA REGIÃO ADMINISTRATIVA DO RECANTO DAS EMAS - RA XV."

AUTORIA: DEP. PEDRO PASSOS  
RESULTADO: APROVADA

**92 - INDICAÇÃO Nº 3154/2004**

"SUGERE A SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA E OBRAS DO DF, A COLOCAÇÃO DE ABRIGOS DE ÔNIBUS NO TRECHO COMPREENDIDO ENTRE AS QUADRAS 14 A 25 DO SMPW, REGIÃO ADMINISTRATIVA DO PARK WAY - RA - XXIV."

AUTORIA: DEP. PENIEL PACHECO  
RESULTADO: APROVADA

**93 - INDICAÇÃO Nº 2447/2004**

"SUGERE AO SENHOR SECRETÁRIO DE INFRA-ESTRUTURA E OBRAS DO DISTRITO FEDERAL A URBANIZAÇÃO COM ILUMINAÇÃO PÚBLICA ENTRE A SCN 03 EM FRENTE AO BLOCO C, O ESTACIONAMENTO DO SHOPPING LIBERTY MALL E A ADMINISTRAÇÃO DE BRASÍLIA, RA I."

AUTORIA: DEP. BRUNELLI  
RESULTADO: APROVADA

**94 - INDICAÇÃO Nº 2448/2004**

"SUGERE AO SENHOR SECRETÁRIO DE INFRA-ESTRUTURA E OBRAS DO DISTRITO FEDERAL A URGENTE ILUMINAÇÃO DO ESTACIONAMENTO DO CENTRO DE ENSINO Nº 16, NA EQNM 22/24, REGIÃO ADMINISTRATIVA DE CEILÂNDIA - RA IX."

AUTORIA: DEP. BRUNELLI  
RESULTADO: APROVADA

95 - INDICAÇÃO Nº 2667/2004

"SUGERE AO SENHOR SECRETÁRIO DE INFRA-ESTRUTURA E OBRAS DO DISTRITO FEDERAL A CONSTRUÇÃO DE UM ESTACIONAMENTO COM ILUMINAÇÃO PÚBLICA NA QNQ 07 CONJUNTO 07, EM FRENTE À CASA 16, NA CIDADE DE CEILÂNDIA - RA IX."

AUTORIA: DEP. BRUNELLI  
RESULTADO: APROVADA

96 - INDICAÇÃO Nº 2668/2004

"SUGERE AO SENHOR SECRETÁRIO DE INFRA-ESTRUTURA E OBRAS DO DISTRITO FEDERAL A CONSTRUÇÃO DE UM ESTACIONAMENTO COM ILUMINAÇÃO PÚBLICA NA QNO 16 CONJUNTO B, EM FRENTE AOS LOTES 01/05, NA CIDADE DE CEILÂNDIA - RA IX."

AUTORIA: DEP. BRUNELLI  
RESULTADO: APROVADA

97 - INDICAÇÃO Nº 2669/2004

"SUGERE AO SENHOR SECRETÁRIO DE INFRA-ESTRUTURA E OBRAS DO DISTRITO FEDERAL A CONSTRUÇÃO DE UM ESTACIONAMENTO COM ILUMINAÇÃO PÚBLICA NA QNO 16 CONJUNTO 09, EM FRENTE AO LOTE 10, NA CIDADE DE CEILÂNDIA - RA IX."

AUTORIA: DEP. BRUNELLI  
RESULTADO: APROVADA

98 - INDICAÇÃO Nº 2670/2004

"SUGERE AO SENHOR SECRETÁRIO DE INFRA-ESTRUTURA E OBRAS DO DISTRITO FEDERAL A CONSTRUÇÃO DE UM ESTACIONAMENTO COM ILUMINAÇÃO PÚBLICA NA QNO 16 CONJUNTO 09, EM FRENTE AO LOTE 10, NA CIDADE DE CEILÂNDIA - RA IX."

AUTORIA: DEP. BRUNELLI  
RESULTADO: APROVADA

99 - INDICAÇÃO Nº 2671/2004

"SUGERE AO SENHOR SECRETÁRIO DE INFRA-ESTRUTURA E OBRAS DO DISTRITO FEDERAL A CONSTRUÇÃO DE UM ESTACIONAMENTO COM ILUMINAÇÃO PÚBLICA NA QNO 20, EM FRENTE AO CONJUNTO A, NA CIDADE DE CEILÂNDIA - RA IX."

AUTORIA: DEP. BRUNELLI  
RESULTADO: APROVADA

100 - INDICAÇÃO Nº 2672/2004

"SUGERE AO SENHOR SECRETÁRIO DE INFRA-ESTRUTURA E OBRAS DO DISTRITO FEDERAL A CONSTRUÇÃO DE UM ESTACIONAMENTO COM ILUMINAÇÃO PÚBLICA NA QNO 19 CONJUNTO H, EM FRENTE À CASA 04 A/E, NA CIDADE DE CEILÂNDIA - RA IX."

AUTORIA: DEP. BRUNELLI  
RESULTADO: APROVADA

101 - INDICAÇÃO Nº 2673/2004

"SUGERE AO SENHOR SECRETÁRIO DE INFRA-ESTRUTURA E OBRAS DO DISTRITO FEDERAL A CONSTRUÇÃO DE UM ESTACIONAMENTO COM ILUMINAÇÃO PÚBLICA NA QNN 33 MÓDULO D A/E, NA CIDADE DE CEILÂNDIA - RA IX."

AUTORIA: DEP. BRUNELLI  
RESULTADO: APROVADA

102 - INDICAÇÃO Nº 2674/2004

"SUGERE AO SENHOR SECRETÁRIO DE INFRA-ESTRUTURA E OBRAS DO DISTRITO FEDERAL A CONSTRUÇÃO DE UM ESTACIONAMENTO COM ILUMINAÇÃO PÚBLICA NA QNN 33 MÓDULO A A/E, NA CIDADE DE CEILÂNDIA - RA IX."

AUTORIA: DEP. BRUNELLI  
RESULTADO: APROVADA

103 - INDICAÇÃO Nº 2675/2004

"SUGERE AO SENHOR SECRETÁRIO DE INFRA-ESTRUTURA E OBRAS DO DISTRITO FEDERAL A CONSTRUÇÃO DE UM ESTACIONAMENTO COM ILUMINAÇÃO PÚBLICA NA QNN 31 MÓDULO H A/E, NA CIDADE DE CEILÂNDIA - RA IX."

AUTORIA: DEP. BRUNELLI  
RESULTADO: APROVADA

104 - INDICAÇÃO Nº 2676/2004

"SUGERE AO SENHOR SECRETÁRIO DE INFRA-ESTRUTURA E OBRAS DO DISTRITO FEDERAL A CONSTRUÇÃO DE UM ESTACIONAMENTO COM ILUMINAÇÃO PÚBLICA NA QNN 29 MÓDULO E A/E, NA CIDADE DE CEILÂNDIA - RA IX."

AUTORIA: DEP. BRUNELLI  
RESULTADO: APROVADA

105 - INDICAÇÃO Nº 2677/2004

"SUGERE AO SENHOR SECRETÁRIO DE INFRA-ESTRUTURA E OBRAS DO DISTRITO FEDERAL A CONSTRUÇÃO DE UM ESTACIONAMENTO COM ILUMINAÇÃO PÚBLICA NA QNN 29 MÓDULO C A/E, NA CIDADE DE CEILÂNDIA - RA IX."

AUTORIA: DEP. BRUNELLI  
RESULTADO: APROVADA

106 - INDICAÇÃO Nº 2678/2004

"SUGERE AO SENHOR SECRETÁRIO DE INFRA-ESTRUTURA E OBRAS DO DISTRITO FEDERAL A CONSTRUÇÃO DE UM ESTACIONAMENTO COM ILUMINAÇÃO PÚBLICA NA QNO 17 CONJUNTO I, EM FRENTE AO LOTE 09, NA CIDADE DE CEILÂNDIA - RA IX."

AUTORIA: DEP. BRUNELLI  
RESULTADO: APROVADA

107 - INDICAÇÃO Nº 2679/2004

"SUGERE AO SENHOR SECRETÁRIO DE INFRA-ESTRUTURA E OBRAS DO DISTRITO FEDERAL A CONSTRUÇÃO DE UM ESTACIONAMENTO COM ILUMINAÇÃO PÚBLICA NA EQNO 13/15 LOTE A A/E, NA CIDADE DE CEILÂNDIA - RA IX."

AUTORIA: DEP. BRUNELLI  
RESULTADO: APROVADA

108 - INDICAÇÃO Nº 2681/2004

"SUGERE AO SENHOR SECRETÁRIO DE INFRA-ESTRUTURA E OBRAS DO DISTRITO FEDERAL A CONSTRUÇÃO DE UM ESTACIONAMENTO COM ILUMINAÇÃO NA QNM 30 MÓDULO E, NA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE CEILÂNDIA - RA IX."

AUTORIA: DEP. BRUNELLI  
RESULTADO: APROVADA

109 - INDICAÇÃO Nº 2682/2004

"SUGERE AO SENHOR SECRETÁRIO DE INFRA-ESTRUTURA E OBRAS DO DISTRITO FEDERAL A CONSTRUÇÃO DE UM ESTACIONAMENTO COM ILUMINAÇÃO PÚBLICA NA EQNP 13/17 A/E 'G', NA CIDADE DE CEILÂNDIA - RA IX."

AUTORIA: DEP. BRUNELLI  
RESULTADO: APROVADA

110 - INDICAÇÃO Nº 2693/2004

"SUGERE AO SENHOR SECRETÁRIO DE INFRA-ESTRUTURA E OBRAS DO DISTRITO FEDERAL A CONSTRUÇÃO DE UM ESTACIONAMENTO COM ILUMINAÇÃO PÚBLICA NA EQNP 15/19 A/E 'H', NA CIDADE DE CEILÂNDIA - RA IX."

AUTORIA: DEP. BRUNELLI  
RESULTADO: APROVADA

111 - INDICAÇÃO Nº 2694/2004

"SUGERE AO SENHOR SECRETÁRIO DE INFRA-ESTRUTURA E OBRAS DO DISTRITO FEDERAL A CONSTRUÇÃO DE UM ESTACIONAMENTO COM ILUMINAÇÃO PÚBLICA NA CNP 01 ÁREA ESPECIAL, NA CIDADE DE CEILÂNDIA - RA IX."

AUTORIA: DEP. BRUNELLI  
RESULTADO: APROVADA

112 - INDICAÇÃO Nº 2695/2004

"SUGERE AO SENHOR SECRETÁRIO DE INFRA-ESTRUTURA E OBRAS DO DISTRITO FEDERAL A CONSTRUÇÃO DE UM ESTACIONAMENTO COM ILUMINAÇÃO PÚBLICA NA QNQ 05 CONJUNTO 02, EM FRENTE AOS LOTES 02/03, NA CIDADE DE CEILÂNDIA - RA IX."

AUTORIA: DEP. BRUNELLI  
RESULTADO: APROVADA

113 - INDICAÇÃO Nº 2696/2004

"SUGERE AO SENHOR SECRETÁRIO DE INFRA-ESTRUTURA E OBRAS DO DISTRITO FEDERAL A CONSTRUÇÃO DE UM ESTACIONAMENTO COM ILUMINAÇÃO PÚBLICA NA EQNP 9/5 A/E 'G', NA CIDADE DE CEILÂNDIA - RA IX."

AUTORIA: DEP. BRUNELLI  
RESULTADO: APROVADA

114 - INDICAÇÃO Nº 2697/2004

"SUGERE AO SENHOR SECRETÁRIO DE INFRA-ESTRUTURA E OBRAS DO DISTRITO FEDERAL A CONSTRUÇÃO DE UM ESTACIONAMENTO COM ILUMINAÇÃO PÚBLICA NA EQNO 8/10 MÓDULO 'A', NA CIDADE DE CEILÂNDIA - RA IX."

AUTORIA: DEP. BRUNELLI  
RESULTADO: APROVADA

115 - INDICAÇÃO Nº 2698/2004

"SUGERE AO SENHOR SECRETÁRIO DE INFRA-ESTRUTURA E OBRAS DO DISTRITO FEDERAL A CONSTRUÇÃO DE UM ESTACIONAMENTO COM ILUMINAÇÃO PÚBLICA NA QNO 07 A/E, NA CIDADE DE CEILÂNDIA - RA IX."

AUTORIA: DEP. BRUNELLI  
RESULTADO: APROVADA

116 - INDICAÇÃO Nº 2699/2004

"SUGERE AO SENHOR SECRETÁRIO DE INFRA-ESTRUTURA E OBRAS DO DISTRITO FEDERAL A CONSTRUÇÃO DE UM ESTACIONAMENTO COM ILUMINAÇÃO PÚBLICA NA EQNP 13/09 A/E 'A', NA CIDADE DE CEILÂNDIA - RA IX."

AUTORIA: DEP. BRUNELLI  
RESULTADO: APROVADA

117 - INDICAÇÃO Nº 2700/2004

"SUGERE AO SENHOR SECRETÁRIO DE INFRA-ESTRUTURA E OBRAS DO DISTRITO FEDERAL A CONSTRUÇÃO DE UM ESTACIONAMENTO COM ILUMINAÇÃO PÚBLICA NA EQNP 11/15 MÓDULO G, NA CIDADE DE CEILÂNDIA - RA IX."

AUTORIA: DEP. BRUNELLI  
RESULTADO: APROVADA

118 - INDICAÇÃO Nº 2701/2004

"SUGERE AO SENHOR SECRETÁRIO DE INFRA-ESTRUTURA E OBRAS DO DISTRITO FEDERAL A CONSTRUÇÃO DE UM ESTACIONAMENTO COM ILUMINAÇÃO PÚBLICA NA QNO 08 CONJUNTO C, EM FRENTE AOS LOTES 26/28, NA CIDADE DE CEILÂNDIA - RA IX."

AUTORIA: DEP. BRUNELLI  
RESULTADO: APROVADA

119 - INDICAÇÃO Nº 2702/2004

"SUGERE AO SENHOR SECRETÁRIO DE INFRA-ESTRUTURA E OBRAS DO DISTRITO FEDERAL A CONSTRUÇÃO DE UM ESTACIONAMENTO COM ILUMINAÇÃO PÚBLICA NA EQNP 11/15 MÓDULO F, NA CIDADE DE CEILÂNDIA - RA IX."

AUTORIA: DEP. BRUNELLI  
RESULTADO: APROVADA

120 - INDICAÇÃO Nº 2703/2004

"SUGERE AO SENHOR SECRETÁRIO DE INFRA-ESTRUTURA E OBRAS DO DISTRITO FEDERAL A CONSTRUÇÃO DE UM ESTACIONAMENTO COM ILUMINAÇÃO PÚBLICA NA QNQ 01 CONJUNTO 02, EM FRENTE À CASA 26, NA CIDADE DE CEILÂNDIA - RA IX."

AUTORIA: DEP. BRUNELLI  
RESULTADO: APROVADA

**121 - INDICAÇÃO Nº 2704/2004**

"SUGERE AO SENHOR SECRETÁRIO DE INFRA-ESTRUTURA E OBRAS DO DISTRITO FEDERAL A CONSTRUÇÃO DE UM ESTACIONAMENTO COM ILUMINAÇÃO PÚBLICA NA EQNP 9.5 - ÁREA ESPECIAL C LOTE 01, NA CIDADE DE CEILÂNDIA - RA IX."

AUTORIA: DEP. BRUNELLI  
RESULTADO: APROVADA

**122 - INDICAÇÃO Nº 2705/2004**

"SUGERE AO SENHOR SECRETÁRIO DE INFRA-ESTRUTURA E OBRAS DO DISTRITO FEDERAL A CONSTRUÇÃO DE UM ESTACIONAMENTO COM ILUMINAÇÃO PÚBLICA NA QNQ 01 CONJUNTO 01, EM FRENTE AO LOTE 19/20, NA CIDADE DE CEILÂNDIA - RA IX."

AUTORIA: DEP. BRUNELLI  
RESULTADO: APROVADA

**123 - INDICAÇÃO Nº 2837/2004**

"SUGERE AO SENHOR SECRETÁRIO DE ESTADO DE INFRA-ESTRUTURA E OBRAS DO DISTRITO FEDERAL A COMPLEMENTAÇÃO DA REDE DE CAPTAÇÃO DE ÁGUAS PLUVIAIS DA QR 03, NA REGIÃO ADMINISTRATIVA DA CANDANGOLÂNDIA - RA XIX."

AUTORIA: DEP. BRUNELLI  
RESULTADO: APROVADA

**124 - INDICAÇÃO Nº 2838/2004**

"SUGERE AO SENHOR SECRETÁRIO DE INFRA-ESTRUTURA E OBRAS DO DISTRITO FEDERAL A MELHORIA DA ILUMINAÇÃO ENTRE A QNM 22/24, NA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE CEILÂNDIA, RA IX."

AUTORIA: DEP. BRUNELLI  
RESULTADO: APROVADA

**125 - INDICAÇÃO Nº 2939/2004**

"SUGERE AO SENHOR GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL A REVOGAÇÃO DAS LEIS DISTRITAIS NºS 2681/2001 E 2989/2002 E DOS DECRETOS NºS 22.322/2001 E 23.082/2002, COMO FORMA DE ATENDER O ACORDO TRABALHISTA FIRMADO ENTRE O GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL E O MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO EM AUDIÊNCIA REALIZADA DIA 14.10.2004."

AUTORIA: DEP. BRUNELLI  
RESULTADO: APROVADA

**126 - INDICAÇÃO Nº 3245/2005**

"SUGERE AO GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA E OBRAS, O FORNECIMENTO DE LUMINÁRIAS NAS IMEDIAÇÕES DA IGREJA ASSEMBLÉIA DE DEUS, LOCALIZADA NA QUADRA 205, ÁREA ESPECIAL Nº 05, AVENIDA PRINCIPAL, RECANTO DAS EMAS/DF.

AUTORIA: DEP. PENIEL PACHECO  
RESULTADO: APROVADA

**127. REQUERIMENTOS****1 - Requerimento nº 05/2005.**

Autoria : Dep. Paulo Tadeu

"Requer a convocação da Secretária de Gestão Administrativa para prestar informações sobre os servidores da TCB"

RESULTADO: APROVADO

**2 - Requerimento nº 06/2005**

Autoria: Dep. Paulo Tadeu

"Requer a convocação do Diretor-Geral da BELLACAP

RESULTADO: APROVADO

Obs: Retificado quanto ao resultado da Indicação de nº 2707/04, de autoria do Dep. Chico Leite. Que deve constar Retirado de pauta

Brasília, 04 de Maio de 2005.

  
Alvaro Luiz Valadares Coelho  
Secretário da Comissão  
Mat.: 16.358-20

segunda-feira, às 15h, na Sala de Reuniões das Comissões, para apreciação dos itens constantes da pauta.

Lembramos ainda aos(as) senhores(as) deputados(as), membros titulares desta Comissão, que na impossibilidade de seu comparecimento seja solicitada a presença de seu suplente.

Brasília, 05 de maio de 2005

  
Arlécio Alexandre Gazal  
Secretário

**Pauta da 8ª Reunião Ordinária da CEOF  
de 09 de Maio de 2005.**

I - Comunicados  
II - Assuntos Gerais  
III - Atas

- Projeto de Lei nº 1398/2004 que "DISPÕE SOBRE A REVISÃO DO PLANO PLURIANUAL DO DISTRITO FEDERAL PARA O PERÍODO 2004 A 2007"  
Autor: Deputado Poder Executivo  
Relator: Deputado Leonardo Prudente
- Projeto de Lei nº 1750/2005 que "DISPÕE SOBRE OS SECRETÁRIOS DE ESTADO DO DISTRITO FEDERAL E DAS OUTRAS PROVIDÊNCIAS."  
Autor: Deputado Poder Executivo  
Relator: Deputada Eliana Pedrosa
- Projeto de Lei nº 887/2003 que "PROÍBE A COBRANÇA DE TARIFAS BANCÁRIAS NOS CASOS QUE ESPECIFICA E DAS OUTRAS PROVIDÊNCIAS"  
Autor: Deputado Paulo Tadeu  
Relator: Deputado Odilon Aires
- Projeto de Lei nº 1782/2005 que "INCLUI A CELEBRAÇÃO DE UNIDADE, DO CONSELHO DE PASTORES E IGREJAS - CIPE, DA REGIÃO ADMINISTRATIVA DO RIACHO FUNDO I, NO CALENDÁRIO OFICIAL DE EVENTOS DO DISTRITO FEDERAL."  
Autor: Deputado Leonardo Prudente  
Relator: Deputada Eliana Pedrosa
- Projeto de Lei nº 1723/2005 que "CRIA UNIDADES ORGÂNICAS, CARGOS DE NATUREZA ESPECIAL E EM COMISSÃO NA ESTRUTURA DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO DISTRITO FEDERAL, VINCULADOS À POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL, E DAS OUTRAS PROVIDÊNCIAS."  
Autor: Poder Executivo
- Projeto de Lei nº 1324/2004 que "INSTITUI A OBRIGATORIEDADE DE ADMISSÃO DE CRIANÇAS PELA PORTA DA FRENTE NOS VEÍCULOS COMPONENTES DO SISTEMA DE TRANSPORTE COLETIVO DO DISTRITO FEDERAL"  
Autor: Deputado Benício Tavares  
Relator: Deputado Paulo Tadeu
- Projeto de Lei 286/2003 que "DISPÕE SOBRE A INSTALAÇÃO DE ALAS NA REDE HOSPITALAR PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL E GARANTIA DE ATENDIMENTO ADEQUADO AOS PORTADORES DE COAGULADORIAS CONGÊNITAS (HEMOFILIA)."  
Autor: Deputada Eliana Pedrosa  
Relator: Deputado Leonardo Prudente
- Projeto de Lei nº 1610/2004 que "LIMITA O VALOR DA TAXA DE INSCRIÇÃO PARA CONCURSOS PÚBLICOS A, NO MÁXIMO, 2% DO SALÁRIO OFERECIDO NO EDITAL, NO ÂMBITO DO DISTRITO FEDERAL"  
Autor: Deputado Benício Tavares  
Relator: Deputado Paulo Tadeu
- Projeto de Lei nº 1269/2004 que "DISPÕE SOBRE O HORÁRIO ESPECIAL DE FUNCIONAMENTO PARA O TRABALHADOR NOS AMBULATÓRIOS DOS HOSPITAIS PÚBLICOS DO DISTRITO FEDERAL"  
Autor: Deputado Leonardo Prudente  
Relator: Deputado Benício Tavares
- Projeto de Lei nº 1817/2005 que "AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL À LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DO DISTRITO FEDERAL, NO VALOR DE R\$16.074.310, 00 (DESESESSEIS MILHÕES E SETENTA E QUATRO MIL E TREZENTOS E DEZ REAIS)."  
Autor: Poder Executivo  
Relator: Deputado Leonardo Prudente
- Projeto de Lei Nº 854/2003 que "INSTITUI O DIA DO CICLISTA, NO DF, E DAS OUTRAS PROVIDÊNCIAS."  
Autor: Deputado Chico Leite  
Relator: Deputado Paulo Tadeu
- Projeto de Lei Nº 1751/2005 que "ALTERA DISPOSITIVO DA LEI Nº 2.957, DE 26 DE ABRIL DE 2002, QUE DISPÕE SOBRE A PARTICIPAÇÃO EM CONSELHOS E ÓRGÃOS DE DELIBERAÇÃO COLETIVA DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA, INDIRETA E FUNDACIONAL DO DISTRITO FEDERAL"  
Autor: Poder Executivo  
Relator: Deputado Benício Tavares



COMISSÃO DE ECONOMIA, ORÇAMENTO E FINANÇAS

**CONVOCAÇÃO**

Excelentíssimos Senhores Deputados

O Presidente da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, Deputado LEONARDO PRUDENTE, no uso de suas atribuições regimentais, convoca os(as) senhores(as) Deputados(as), membros desta Comissão, para a 8ª Reunião Ordinária, a realizar-se no dia 09 de maio.

13. Projeto de Lei Nº 515/2003 que "ASSEGURA A VEICULAÇÃO NOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO PERTENCENTES AO DISTRITO FEDERAL DE ANÚNCIOS, MENSAGENS, AVISOS E PROGRAMAS EM APOIO À ALFABETIZAÇÃO DE ADULTOS"  
Autor: Deputada Arlete Sampaio  
Relator: Deputado Paulo Tadeu
14. Projeto de Lei Nº 568/2003 que "DISPÕE SOBRE O DESCONTO NO IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO - IPTU PARA OS DOADORES DE SANGUE, ÓRGÃOS E TECIDOS, NO ÂMBITO DO DISTRITO FEDERAL"  
Autor: Deputada Izalci Lucas  
Relator: Deputado Paulo Tadeu
15. Projeto de Lei nº 662/2003 que "DISPÕE SOBRE A DEFESA SANITÁRIA VEGETAL NO DISTRITO FEDERAL E DAS OUTRAS PROVIDÊNCIAS"  
Autor: Deputado Peniel Pacheco  
Relator: Deputado Paulo Tadeu
16. Projeto de Lei nº 373/2003 que "DISPÕE SOBRE O PROGRAMA DE BOLSAS DE ESTUDO A SERVIDORES DO DISTRITO FEDERAL E DAS OUTRAS PROVIDÊNCIAS"  
Autor: Deputado Junior Brunelli  
Relator: Deputada Eliana Pedrosa
17. Projeto de Lei nº 638/2003 que "CRIA O PROGRAMA DE INCENTIVOS A REALIZAÇÃO DE MUTIRÕES PARA DIAGNÓSTICO E CIRURGIA DE CATARATA, DENOMINADO "MUTIRÃO PRO-VISÃO"  
Autor: Deputado Pedro Passos  
Relator: Deputada Eliana Pedrosa
18. Projeto de Lei nº 703/2003 que "DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DA INSTALAÇÃO DE APARELHOS DE ECOGRAFIA MAMÁRIA, ECOGRAFIA TRANSVAGINAL E MAMOGRAFIA NAS UNIDADES MISTAS DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL"  
Autor: Deputado Chico Vigilante  
Relator: Deputado Paulo Tadeu
19. Projeto de Lei nº 754/2003 que "DISPÕE SOBRE A IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA PARA RECEBIMENTO DE DENÚNCIAS DE DISCRIMINAÇÃO EM FACE DA ORIENTAÇÃO SEXUAL DAS PESSOAS E DAS OUTRAS PROVIDÊNCIAS"  
Autor: Deputada Érika Kokay  
Relator: Deputado Paulo Tadeu
20. Projeto de Lei nº 922/2003 que "DISPÕE SOBRE A IMPLANTAÇÃO DA ESCOLA DE TURISMO E HOTELARIA DO DISTRITO FEDERAL"  
Autor: Deputado Augusto Carvalho  
Relator: Deputado Paulo Tadeu
21. Projeto de Lei nº 1070/2004 que "ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI Nº 3.096, DE 24 DE DEZEMBRO DE 2002"  
Autor: Deputado Peniel Pacheco  
Relator: Deputado Paulo Tadeu
22. Projeto de Lei nº 1097/2004 que "DISPÕE SOBRE A DIVULGAÇÃO NA REDE MUNDIAL DE COMPUTADORES - INTERNET DA LISTA DOS VEÍCULOS APREENDIDOS PELAS POLÍCIAS MILITAR E CIVIL, E DAS OUTRAS PROVIDÊNCIAS"  
Autor: Deputado Chico Leite  
Relator: Deputado Paulo Tadeu
23. Projeto de Lei nº 1105/2004 que "INSTITUI O CERTIFICADO 'SELO-SOLIDARIEDADE' ÀS PESSOAS QUE ESPECIFICA."  
Autor: Deputado Chico Leite  
Relator: Deputado Paulo Tadeu
24. Projeto de Lei nº 1458/2004 que "MODIFICA A LEI Nº 2.491, DE 24 DE NOVEMBRO DE 1999, QUE DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE PASSE LIVRE NAS LINHAS RURAIS DO SISTEMA DE TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO DO DISTRITO FEDERAL"  
Autor: Deputada Arlete Sampaio  
Relator: Deputado Paulo Tadeu
25. Projeto de Lei nº 3124/2004 que "DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA O INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO DISTRITO FEDERAL"  
Autor: Deputado João de Deus  
Relator: Deputado Paulo Tadeu
26. Análise Sobre a Emenda Modificativa Pela CCJ ao Projeto de Lei nº 1861/2001 que "DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO SISTEMA DE TRANSPORTE RÁPIDO DE PASSAGEIROS POR FERROVIA NO DISTRITO FEDERAL E REGIÃO DO ENTORNO"  
Autor: Deputado Sílvio Linhares  
Relator: Deputado Paulo Tadeu
27. Projeto de Lei nº 2616/2001 que "ALTERA A LEI Nº 194 DE 04 DE DEZEMBRO DE 1991, QUE DISPÕE SOBRE O SERVIÇO DE TRANSPORTE PÚBLICO ALTERNATIVO DO DISTRITO FEDERAL - STPA-DF"  
Autor: Vários Deputados  
Relator: Deputado Paulo Tadeu
28. Projeto de Lei nº 2840/2002 que "INSTITUI O AUXÍLIO-ESTUPRO, NO ÂMBITO DO DF, E DAS OUTRAS PROVIDÊNCIAS"  
Autor: Deputado Jorge Cauhy  
Relator: Deputada Eliana Pedrosa
29. Projeto de Lei nº 1130/2003 que "DISPÕE SOBRE A DIVULGAÇÃO DE TELEFONES DE ÓRGÃOS DE CONTROLE AMBIENTAL EM VEÍCULOS DE TRANSPORTE URBANO NO DISTRITO FEDERAL E DAS OUTRAS PROVIDÊNCIAS."  
Autor: Deputado Chico Floresta  
Relator: Deputado Benício Tavares
30. Projeto de Lei nº 287/2003 que "DISPÕE SOBRE A INSTALAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS EM NÚCLEOS HABITACIONAIS PENDENTES DE REGULARIZAÇÃO E DAS OUTRAS PROVIDÊNCIAS."  
Autor: Deputado José Edmar  
Relator: Deputada Eliana Pedrosa
31. Projeto de Lei nº 1309/2004 que "DISPÕE SOBRE O DIREITO DE REMOÇÃO DOS SERVIDORES QUE ESPECIFICA E DAS OUTRAS PROVIDÊNCIAS."  
Autor: Deputada Érika Kokay  
Relator: Deputado Paulo Tadeu
32. Projeto de Lei nº 390/2003 que "DISPÕE SOBRE O PAGAMENTO DE RECOMPENSA NAS CONDIÇÕES QUE ESPECIFICA."  
Autor: Deputado Fábio Barcellos  
Relator: Deputada Eliana Pedrosa
33. Projeto de Lei nº 1241/2004 que "DISPÕE SOBRE MEDIDAS PARA ADEQUAÇÃO DE UNIDADES HABITACIONAIS POPULARES NO ÂMBITO DO DISTRITO FEDERAL E DAS OUTRAS PROVIDÊNCIAS"  
Autor: Deputado José Edmar  
Relator: Deputada Eliana Pedrosa
34. Projeto de Lei nº 526/2003 que "VEDA A UTILIZAÇÃO DE ESTÁDIOS, GINÁSIOS OU ESPAÇOS DESPORTIVOS SOB A ADMINISTRAÇÃO DO GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL A CLUBES OU ENTIDADES QUE ESTEJAM EM SITUAÇÃO IRREGULAR QUANTO AO PAGAMENTO DE TRIBUTOS OU TAXAS, BEM COMO, EM DESACORDO COM A LEGISLAÇÃO EM VIGOR"  
Autor: Deputado Peniel Pacheco e Outros.  
Relator: Deputada Eliana Pedrosa
35. Projeto de Lei nº 1065/2004 que "CRIA O 'BANCO DO LIVRO' NO DISTRITO FEDERAL E DAS OUTRAS PROVIDÊNCIAS"  
Autor: Deputada Eurides Brito  
Relator: Deputado Paulo Tadeu
36. Projeto de Lei nº 325/2003 que "DISPÕE SOBRE O LEVANTAMENTO DE PONTOS E HORÁRIOS DE MAIOR INCIDÊNCIA DE VIOLÊNCIA NO DISTRITO FEDERAL BEM COMO A NATUREZA E A QUANTIDADE DOS DELITOS"  
Autor: Deputado Chico Floresta  
Relator: Deputado Paulo Tadeu
37. Projeto de Lei nº 1214/2004 que "INSTITUI O PROGRAMA BRASÍLIA DO PEDESTRE COM A FINALIDADE DE INDICAR ESPAÇOS PÚBLICOS DESTINADOS A IMPLANTAÇÃO DE VIAS PARA PEDESTRES NO DF"  
Autor: Deputado Wilson Lima  
Relator: Deputado Paulo Tadeu
38. Projeto de Lei nº 1084/2004 que "INSTITUI A OBRIGATORIEDADE DA VISTORIA DOS VEÍCULOS UTILIZADOS NO TRANSPORTE INDIVIDUAL DE PASSAGEIRO OU BENS (TAXI)."  
Autor: Deputada Érika Kokay  
Relator: Deputado Paulo Tadeu
39. Projeto de Lei nº 495/2003 que "ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI Nº 239, DE 10 DE FEVEREIRO DE 1992 E DA LEI Nº 2.462, DE 19 DE OUTUBRO DE 1999, QUE DISPÕEM SOBRE A AQUISIÇÃO DE PASSE ESTUDANTIL, NO DISTRITO FEDERAL."  
Autor: Deputado Chico Floresta  
Relator: Deputado Paulo Tadeu
40. Projeto de Lei nº 1829/2005 que "ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI Nº 3.351, DE 09 DE JUNHO DE 2004, E DAS OUTRAS PROVIDÊNCIAS."  
Autor: Poder Executivo  
Relator: Deputado Leonardo Prudente
41. Indicação nº 3414/2005 que "SUGERE À SECRETARIA DE TRANSPORTES, PROVIDÊNCIAS PARA A CRIAÇÃO DE LINHA DE ÔNIBUS ENTRE AS QUADRAS QC E QS NA REGIÃO ADMINISTRATIVA DO RIACHO FUNDO II - RA XXI"
42. Indicação nº 3384/2005 que "SUGERE AO PODER EXECUTIVO, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA, PROVIDÊNCIAS NO SENTIDO DE QUE SEJA EQUIPARADA A TABELA DE ESCALONAMENTO VERTICAL DA CARREIRA DE ATIVIDADES EM TRANSPORTES URBANOS À TABELA DE ESCALONAMENTO VERTICAL DA CARREIRA DE ATIVIDADES DE TRÂNSITO"
43. Indicação nº 3389/2005 que "SUGERE À SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES DO DISTRITO FEDERAL PROVIDÊNCIAS PARA A IMPLANTAÇÃO DE LINHA DE TRANSPORTE REGULAR NA COLÔNIA AGRÍCOLA VEREDA DA CRUZ."

Arlécio Alexandre Gazal  
Secretário da CEOF

## Mesa Diretora Atos da Mesa Diretora

ATO DA MESA DIRETORA Nº 029, DE 2005

Institui a "FUNDAÇÃO CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL", vinculada à Câmara Legislativa do Distrito Federal.

A Mesa Diretora da Câmara Legislativa do Distrito Federal, no uso de suas atribuições regimentais e, de acordo com o disposto na Lei nº 3.567, de 04 de abril de 2005, publicada na página 1, do Diário Oficial do Distrito Federal de 05/04/05,

## RESOLVE:

Art. 1º - Fica instituída, vinculada à Câmara Legislativa do Distrito Federal, a **FUNDAÇÃO CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**, com o patrimônio, fins e forma de administração constantes no estatuto anexo a este Ato.

Art. 2º - Fica autorizado o Sr. Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal, por si ou por delegação, promover os atos necessários à formalização da instituição da **FUNDAÇÃO CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**, inscrevendo o ato constitutivo no registro público, cientificando o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.

Art. 3º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Sala de Reuniões, 04 de maio de 2005.

Deputado **FÁBIO BARCELLOS**  
Presidente

Deputado **CHICO FLORESTA**  
Vice-Presidente

Deputado **WILSON LIMA**  
Primeiro Secretário

Deputado **JOSE EDMAR**  
Segundo Secretário

Deputado **PENIEL PACHECO**  
Terceiro Secretário

**FUNDAÇÃO CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO  
FEDERAL**

**ESTATUTO**

Art. 1º - A **FUNDAÇÃO CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**, instituída pelo Ato da Mesa Diretora da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 04/2005, de 04 de maio de 2005, conforme autorizada concedida pela Lei Distrital nº 3.567, publicada na página 1, do Diário Oficial do Distrito Federal de 05/04/05, e de acordo com o artigo 37, XIX, da Constituição Federal, não tem fins lucrativos, tem sede e foro na Cidade de Brasília, Capital da República Federal do Brasil, e prazo indeterminado de duração.

Art. 2º - A **FUNDAÇÃO CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**, tem por fins a promoção, apoio, incentivo e patrocínio de eventos e ações culturais e de assistência e comunicação social, especialmente com a criação, produção, manutenção e administração de atividades e programas educacionais, culturais e jornalísticos por meio de serviço de radiodifusão e de sons e imagens, voltados para a valorização, divulgação e aperfeiçoamento das atividades do Poder Legislativo.

§ 1º A **FUNDAÇÃO CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL** explorará serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, com fins exclusivamente informativos, educacionais e culturais, serviço de radiodifusão comunitária, serviço de retransmissão e repetição de televisão, serviço auxiliar de radiodifusão e serviços de telecomunicações.

§ 2º A **FUNDAÇÃO CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL** é responsável pela TV Câmara, pela Rádio Câmara, e por todos os veículos de comunicação sonora e de sons e imagens concedidos ou autorizados, ou que venham a ser concedidos ou autorizados à Câmara Legislativa do Distrito Federal ou à própria **FUNDAÇÃO**.

Art. 3º - O patrimônio da **FUNDAÇÃO CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL** é constituído pela dotação inicial de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), constante do Orçamento do Distrito Federal para o exercício de 2005, consignados à Câmara Legislativa do Distrito Federal e postos à sua disposição logo que iniciadas suas atividades.

Parágrafo único - O patrimônio da **FUNDAÇÃO CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL** também será constituído por:

- doações e legados feitos por quaisquer pessoas naturais ou jurídicas nacionais, de direito privado ou público;
- bens e direitos por ela adquiridos no desenvolvimento de suas

atividades;

- resultado líquido de suas operações, apurado anualmente;
- dotações orçamentárias específicas para aumento do patrimônio.

Art. 4º - São receitas da **FUNDAÇÃO CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**:

- contribuições, auxílios e subvenções recebidos a qualquer título de terceiros, inclusive dotações orçamentárias para custeio e usufrutos e rendas constituídas sobre bens ou direitos;
- remuneração por seus serviços;
- rendimentos de aplicações financeiras.

Art. 5º - O patrimônio da **FUNDAÇÃO CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL** é inalienável.

Parágrafo único - Em caso de dissolução ou extinção por qualquer motivo, os bens e direitos da **FUNDAÇÃO CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL** reverterão à Câmara Legislativa do Distrito Federal, conforme dispuser a legislação, e com prévia audiência do Ministério Público.

Art. 6º - São órgãos da **FUNDAÇÃO CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**:

- Conselho Curador;
- Diretor Executivo.

Art. 7º - O Conselho Curador da **FUNDAÇÃO** é o órgão superior de

Deliberação e é composto pelo Presidente, pelo Vice-Presidente e pelo Primeiro Secretário da Câmara Legislativa do Distrito Federal, funções que exercem sem remuneração.

Parágrafo único - Para os efeitos legais, o Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal é o instituidor da Fundação.

Art. 8º - O Conselho Curador se reúne sempre que necessário, por convocação de seu Presidente, e ordinariamente uma vez na primeira quinzena de dezembro de cada ano, delibera por maioria de votos, competindo-lhe:

- orientar a administração superior da **FUNDAÇÃO CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**;
- examinar e aprovar o plano de trabalho, orçamento anual e contas prestadas pelo Diretor Executivo;
- nomear e destituir o Diretor Executivo;
- criar os cargos, empregos e funções da Fundação, e fixar-lhes vencimentos e vantagens, de acordo com as normas aplicadas aos servidores da Câmara Legislativa do Distrito Federal;
- autorizar a aquisição de bens patrimoniais, e sua alienação, esta com prévia audiência do Ministério Público;
- fixar diretrizes a serem seguidas pela Fundação.

Art. 9º - Compete ao Diretor Executivo:

- elaborar o plano de trabalho e o orçamento anual da Fundação, bem como prestar contas ao Conselho Curador;
- administrar a Fundação;
- representar a Fundação ativa e passivamente, em juízo e fora dele;
- movimentar os recursos financeiros da Fundação;
- nomear, e contratar o pessoal da Fundação, obedecido ao artigo 37, inciso II, da Constituição Federal, com prévia autorização do Conselho Curador.

Art. 10 - As contas da **FUNDAÇÃO CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**, depois de aprovadas pelo Conselho Curador, integram as da Câmara Legislativa do Distrito Federal, e estão sujeitas à fiscalização e julgamento do Tribunal de Conta do Distrito Federal.

Art. 11 - O instituidor da **FUNDAÇÃO CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL** não responde, nem mesmo subsidiariamente, pelas obrigações e encargos por ela assumidos.

Art. 12 - A **FUNDAÇÃO CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL** pode contratar com terceiros a prestação de serviços técnicos e especializados.


Art. 13 - O regime de pessoal da FUNDAÇÃO CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL é o próprio do pessoal da Câmara Legislativa do Distrito Federal.

Art. 14 - O presente Estatuto só pode ser alterado por deliberação da Mesa Diretora da Câmara Legislativa do Distrito Federal.


Art. 15 - Os casos omissos serão resolvidos pela Mesa Diretora da Câmara Legislativa.

Sala de Reuniões, 04 de maio de 2005.

  
Deputado **FÁBIO BARCELLOS**  
Presidente

  
Deputado **CHICO FLORESTA**  
Vice-Presidente

  
Deputado **WILSON LIMA**  
Primeiro Secretário

  
Deputado **JOSÉ EDMAR**  
Segundo Secretário

  
Deputado **PENIEL PACHECO**  
Terceiro Secretário

**ATO DA MESA DIRETORA Nº 30, DE 2005**

*Autoriza a Participação de Parlamentares na Confederação Parlamentar das Américas - COPA.*

A Mesa Diretora da Câmara Legislativa do Distrito Federal, no uso de suas atribuições regimentais, e conforme Memo nº 51/05-CF,

**RESOLVE:**

Art. 1º - **AUTORIZAR** a viagem dos Deputados Chico Floresta, Paulo Tadeu e Anilcéia Machado para participar da VI Assembleia Geral COPA 2005, no período de 07 A 11 de maio de 2005, na Cidade de Foz do Iguaçu - PR. bem como autorizar a emissão das passagens aéreas e o pagamento de quatro diárias para cad. Parlamentar.

Art. 2º - Determinar que sejam observados os Atos da Mesa Diretora nºs 070/00 e 054/01.

Art. 3º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Sala de Reuniões, 5 de maio de 2005.

  
Deputado **FÁBIO BARCELLOS**  
Presidente

  
Deputado **CHICO FLORESTA**  
Vice-Presidente

  
Deputado **WILSON LIMA**  
Primeiro Secretário

  
Deputado **JOSÉ EDMAR**  
Segundo Secretário

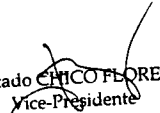
  
Deputado **PENIEL PACHECO**  
Terceiro Secretário


**ATA DE CONSTITUIÇÃO DA FUNDAÇÃO CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**

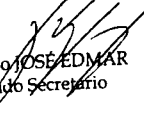
Aos quatro dias do mês de maio do ano de dois mil e cinco, em Brasília, Distrito Federal, reuniu-se a Mesa Diretora da Câmara Legislativa do Distrito Federal com o objetivo de criar a FUNDAÇÃO CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL. Aberto os trabalhos ficou decidido a criação da Fundação com intuito de promover, apoiar, incentivar e patrocinar eventos e ações culturais e de assistência e comunicação social, especialmente com a criação, produção, manutenção e administração de atividades e programas educacionais, culturais e jornalísticos por meio de serviço de rádio e difusão sonora e de sons e imagens, voltados para valorização, divulgação e aperfeiçoamento das atividades do Poder Legislativo. A entidade terá prazo indeterminado de duração, não tendo fins lucrativos e sendo composta pelo Conselho Curador e Diretor Executivo. São membros do Conselho Curador: Presidente, Vice-Presidente e 1º Secretário da Câmara Legislativa do Distrito Federal, funções exercidas sem remuneração. Ficou convencionado que o Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal é o instituidor da FUNDAÇÃO CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL. Nada mais havendo a tratar, todos os presentes foram unânimes na aprovação do Estatuto da FUNDAÇÃO CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL, e Eu Deputado Distrital WILSON LIMA - 1º SECRETÁRIO, lavrei a presente Ata, que após lida e achada conforme, vai assinada pelos membros da Mesa Diretora da Câmara Legislativa do Distrito Federal.

Sala de Reuniões, 04 de maio de 2005.

  
Deputado **FÁBIO BARCELLOS**  
Presidente

  
Deputado **CHICO FLORESTA**  
Vice-Presidente

  
Deputado **WILSON LIMA**  
Primeiro Secretário

  
Deputado **JOSÉ EDMAR**  
Segundo Secretário

  
Deputado **PENIEL PACHECO**  
Terceiro Secretário

**ATO DA MESA DIRETORA Nº 31, DE 2005**

Convoca Suplente de Deputado na forma do art. 30, inc. III, do Regimento Interno da Câmara Legislativa do Distrito Federal.

A Mesa Diretora da Câmara Legislativa do Distrito Federal, no uso de suas atribuições regimentais,

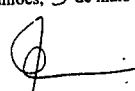
**RESOLVE:**

Art. 1º - Convocar o Segundo Suplente do Partido da Frente Liberal - PFL, Deputado AGRÍCIO BRAGA para, em conformidade com o art. 30, inc. III, do Regimento Interno desta Casa de Leis, assumir o exercício do mandato a partir de 05/05/2005.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.


Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala de Reuniões, 5 de maio de 2005.

  
Deputado **FÁBIO BARCELLOS**  
Presidente

  
Deputado **CHICO FLORESTA**  
Vice-Presidente

  
Deputado **WILSON LIMA**  
Primeiro Secretário

  
Deputado **JOSÉ EDMAR**  
Segundo Secretário

  
Deputado **PENIEL PACHECO**  
Terceiro Secretário

**ATO DA MESA DIRETORA Nº 32, DE 2005**

Concede Licença a Parlamentar na forma do art. 19, inc. III, do Regimento Interno da Câmara Legislativa do Distrito Federal.

A Mesa Diretora da Câmara Legislativa do Distrito Federal, no uso de suas atribuições regimentais e, de acordo com o memorando nº 251/DRH,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder Licença ao Deputado JORGE CAUHY, a partir de 04 de maio de 2005, para tratamento de saúde, pelo período de 150 (cento e cinquenta) dias, em conformidade com o art. 19, inc. III, do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala de Reuniões, 5 de maio de 2005.

Deputado **FABIO BARCELLOS**  
Presidente

Deputado **CHICO FLORESTA**  
Vice-Presidente

Deputado **WILSON LIMA**  
Primeiro Secretário

Deputado **JOSÉ EDMAR**  
Segundo Secretário

Deputado **PENIEL PACHECO**  
Terceiro Secretário

**Gabinete da Mesa Diretora**

**PORTARIA Nº 145 /2005**

O Secretário-Geral do Gabinete da Mesa Diretora da Câmara Legislativa do Distrito Federal, no uso da atribuição que lhe foi delegada pelos Atos da Mesa Diretora nº 55/00 e 42/03,

**RESOLVE**

**APROVAR OS SEGUINTE REQUERIMENTOS:**

Número do Requerimento	Deputado(a) Autor(a)	Assunto:
1892/2005	Chico Vigilante	Requer informações, à Secretaria de Transportes, sobre o sistema de transporte público do Distrito Federal.
1895/2005	Erika Kokay	Requer informações, à Secretaria de Governo, sobre contratos, firmados com o Instituto Candango de Solidariedade, visando locação de veículos para o GDF.
1896/2005	Chico Leite	Requer à Secretaria de Saúde, cópia dos processos nºs 060.007.878/2003 e 060.009.553/2005.
1897/2005	Chico Vigilante	Requer informações, ao Presidente do BRB, sobre possíveis eventos custeados com recursos daquele Banco.
1898/2005	Ariete Sampaio	Requer informações, à Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação, sobre lotes do tipo Restaurante Unidade de Vizinhança - RUV, localizados no Plano Piloto, Região Administrativa de Brasília.
1901/2005	Chico Floresta	Requer informações, ao Diretor-Geral do DETRAN, sobre providências para inibir estacionamento em áreas verdes, na Região Administrativa de Águas Claras.
1903/2005	Chico Floresta	Requer informações, ao Administrador Regional de Águas Claras, sobre providências para inibir estacionamento em áreas verdes, naquela Região Administrativa.
1905/2005	Augusto Carvalho	Requer, ao Presidente do TCDF, a realização de inspeção e auditoria nos contratos, de locação de veículos, firmados entre o GDF e o Instituto Candango de Solidariedade.

Brasília, 4 de maio de 2005.

**WILSON MACHADO**  
Secretário-Geral/Presidência

**MARCELO BRAGA**  
Secretário Executivo/Vice-Presidência

**ARNALDO SIQUEIRA DE LIMA**  
Secretário Executivo/1º Secretária

**REINALDO MENDES**  
Secretário Executivo/2º Secretária

**RICARDO JOSÉ ALVES**  
Secretário Executivo/3º Secretária

**Atos Administrativos**

**ATO DO PRESIDENTE Nº 248, DE 2005.**

O Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista o disposto no art. 42, X, c/c o art. 73, I, do Regimento Interno, considerando o teor do Memorando nº 010/2005 - CPI da Educação,

**RESOLVE:**

I - **COLOCAR** à disposição da Comissão Parlamentar de Inquérito/Educação, criada pelo Requerimento nº 1.796/2005, o servidor a seguir relacionado:

NOME	MATRÍCULA	UNIDADE CEDENTE
ADILSON DE ALMEIDA VASCONCELOS	11.347-50	OUVIDORIA DA CLDF

II - **DETERMINAR** que, ao término dos trabalhos da CPI, o servidor retorne à sua lotação de exercício.

Brasília, 05 de maio de 2005.

Deputado **FABIO BARCELLOS**  
Presidente

**ATO DO PRESIDENTE Nº 349, de 2005.**

O Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal, no uso de suas atribuições regimentais,

**RESOLVE:**

**TORNAR SEM EFEITO** o art 2º do Ato do Presidente nº 319, de 2005, publicado no Diário da Câmara Legislativa de 27 de abril de 2005, que trata da designação da servidora RITA DE CÁSSIA M. BRANDÃO, matrícula nº 13.281-44, como Membro da Comissão de Inventário de Bens Patrimoniais.

Brasília - DF, 03 de maio de 2005.

Deputado **FABIO BARCELLOS**  
Presidente

**ATO DO PRESIDENTE Nº 350, de 2005.**

O Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal, no uso de suas atribuições regimentais, considerando o disposto nas Resoluções nº 202/2003, art. 24, e nº 207/2004, bem como o que consta no Processo nº 001-003207/1993

**RESOLVE:**

**RENOVAR** por um ano, a partir de 1º de março de 2005, a cessão do servidor **GETÚLIO JOSÉ RODRIGUES PERNAMBUCO**, matrícula nº 11.395-39, ocupante do cargo de Consultor Técnico-legislativo, categoria Economista, do Quadro de Pessoal da Câmara Legislativa do Distrito Federal, para ocupar o cargo em comissão de Secretário Parlamentar, CD-CC-SP-03, no gabinete do Deputado Moacir Micheletto, com ônus para o órgão de origem.

Brasília, 05 de maio de 2005.

Deputado **FABIO BARCELLOS**  
Presidente

**ATO DO PRESIDENTE Nº 351, de 2005.**

O Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal, no uso de suas atribuições regimentais, considerando o disposto no art. 24 da Resolução nº 202/2003, e o que consta no Processo nº 001-001690/1997,

**RESOLVE:**

**RENOVAR** por um ano, a partir de 9 de abril de 2005, a cessão da servidora **CLEIDE CRISTINA SOARES**, matrícula nº 13.253-49, ocupante do cargo de Técnico Legislativo, categoria Auxiliar de Biblioteca e Arquivo, do Quadro de Pessoal da Câmara Legislativa do Distrito Federal, para ocupar o cargo de Coordenador Geral de Ação Cultural, código DAS1-014, da Secretaria de Reordenamento Agrário, do Ministério do Desenvolvimento Agrário, com ônus para o cessionário.

Brasília, 05 de maio de 2005.

Deputado **FABIO BARCELLOS**  
Presidente

**ATO DO PRESIDENTE Nº 352, DE 2005.**

O Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal, no uso de suas atribuições regimentais, considerando o disposto nas Resoluções nº 202/2003, art. 24, e nº 207/2004, bem como o que consta no Processo nº 001-001190/1995

**RESOLVE:**

**RENOVAR** por um ano, a partir de 1º de março de 2005, a cessão da servidora **ZÍNIA FIGUEIREDO DE ALENCAR ARARIPE**, matrícula nº 11.028-66, ocupante do cargo de Consultor Técnico-Legislativo, categoria Técnico de Comunicação Social/Jornalista, do Quadro de Pessoal da Câmara Legislativa do Distrito Federal, para ocupar o cargo em comissão de Secretário Parlamentar, CD-CC-SP-20, no gabinete do Deputado João Alfredo, com ônus para o órgão de origem.

Brasília, 05 de maio de 2005.

Deputado **FÁBIO BARCELLOS**  
Presidente

**Diretoria de Recursos Humanos**

**PORTARIA-DRH nº 73, de 4 de maio de 2005.**

A Diretora de Recursos Humanos da Câmara Legislativa do Distrito Federal, no uso da competência que lhe foi delegada pelo inciso II do art. 1º da Portaria nº 32/2005 do Gabinete da Mesa Diretora; tendo em vista o disposto no inciso III do art. 23 da Resolução nº 202/2003, e o que consta do Processo nº 001-000388/2004,

**RESOLVE:**

**AUTORIZAR A LOTAÇÃO PROVISÓRIA** no Setor de Apoio às Comissões Temporárias da servidora **MARIA EUGÊNIA GRUBER**, matrícula nº 12.550-48, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, categoria Auxiliar de Biblioteca e Arquivo, com lotação original no Setor de Documentação Legislativa.

**EDLAIR DA SILVA SENA**  
Diretora de Recursos Humanos

**Decisões TCDF**

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DAS SESSÕES

SESSÃO ORDINÁRIA Nº 3908, DE 12 DE ABRIL DE 2005

PROCESSO Nº 2409/98 (apenso 1 volume)

RELATOR: Conselheiro-Substituto **JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS**

EMENTA: Representação nº 009/98, do Ministério Público junto a esta Corte, arguindo a inconstitucionalidade das Leis nºs 1.194/96 e 1.533/97, que dispõem sobre a guarda de veículos automotores em logradouros públicos.

DECISÃO Nº 1339/2005

O Tribunal decidiu: 1) por unanimidade, de acordo com o voto do Relator: I) tomar conhecimento da inspeção realizada, em cumprimento ao disposto no item II da Decisão nº 1439/04, da documentação acostada às fls. 334/490 e da manifestação do titular da 1ª ICE de fls. 514/516; II) determinar à SUCAR/DF e às Administrações Regionais que observem nos casos de outorga de uso de áreas públicas a particulares, a necessidade de desafetação, a qual enseja prévia audiência pública, nos termos do art. 51, § 2º, da LODF (observadas as limitações impostas pela Emenda à LODF nº 40/02), sem prejuízo de outros requisitos legais que se façam necessários; III) determinar: a) à Administração Regional de Brasília - RA I que promova o levantamento de todas as áreas ocupadas por estacionamentos autorizados de acordo com as disposições da Lei nº 1978/98, bem assim dos atos correspondentes às autorizações expedidas pelo Poder Público e dos comprovantes do cumprimento das respectivas obrigações fiscais, informando, ainda, ao Tribunal, além desses dados, os respectivos processos; b) à Administração Regional do Gama - RA II, que, em conjunto com a Diretoria de Fiscalização da SEFAU/DF que atua na circunscrição da RA II, promova a regularização do uso dos estacionamentos localizados nos condomínios residenciais do Setor Central do Gama, mediante a liberação para uso comum das áreas públicas cercadas, mediante o devido processo legal que possibilite o contraditório e a ampla defesa, sem prejuízo da cobrança das taxas de ocupação de área pública e de fiscalização em atraso desde a constituição de cada estacionamento; c) à Administração Regional de Taguatinga - RA III, que informe ao Tribunal sobre a regularização das obrigações fiscais pelas empresas localizada à QS 7, Lote 1, EPCT, bem assim sobre o cumprimento das obrigações fiscais pelas empresas que exploram atividade de estacionamento em áreas particulares; d) à Administração Regional de Samambaia - RA XII que adote as medidas de sua alçada com vista a tornar sem efeito o Termo de Autorização de Uso 14/2004, por ter sido celebrado sem prévia licitação, e, em conjunto com a Diretoria de Fiscalização da SEFAU/DF atuante naquela RA XII, adote as medidas necessárias a desobstrução da área pública cercada de que trata o referido termo, assegurando-se ao interessado, em processo administrativo, o direito ao contraditório e a ampla defesa; e) à Administração Regional do Lago Sul - RA XVI que, juntamente com a Diretoria de Fiscalização da SEFAU/DF atuante naquela RA, promova a retomada: e.1) da área pública ocupada a título de estacionamento para ambulâncias pelo Hospital Brasília, observado o devido processo legal de modo a permitir o contraditório e a ampla defesa, sem prejuízo da cobrança das taxas de ocupação da área e de fiscalização em atraso; e.2) da área pública contigua ao SHIS QI 9, Conj. 1, Lote 16, utilizada pela empresa Vida UTI Móvel - Sistema de Emergência Móvel de Brasília Ltda. como estacionamento, observado o devido processo legal que possibilite o contraditório e a ampla defesa, sem prejuízo da cobrança das taxas de ocupação da área e

de fiscalização em atraso; IV) autorizar a 1ª ICE a acompanhar, em processo específico para cada órgão jurisdicionado, o cumprimento da determinação constante do item precedente; e a remessa de cópia do relatório de inspeção nº 13/2004 aos mencionados órgãos, para melhor compreensão da matéria.

fixando-lhes prazo de 30 (trinta) dias para que adotem as providências ali constantes, cientificando a este Tribunal das medidas implementadas; V) chamar em audiência o titular da Administração Regional de Brasília - RA I, Sr. Clayton Aguiar, para que, no prazo de 30 (trinta) dias, esclareça as razões do não atendimento ao disposto no item II da Decisão nº 6234/2003 (fls. 293), que reitera determinação para regularização de áreas públicas no Setor Hospitalar Local Sul, tendo em vista a possibilidade de aplicação da sanção prevista no art. 57, VII, da Lei Complementar nº 01/94; VI) determinar à RA I que, no prazo de 30 (trinta) dias dê cumprimento a determinação constante no item II do "decisum" nº 6234/2003, "in verbis": "II - reiterar à Administração Regional de Brasília - RA I, para cumprimento em 30 (trinta) dias, dos termos do item IV da Decisão 3083/2003, que diz respeito à adoção de medidas para regularização das áreas públicas localizadas no Setor Hospitalar Local Sul, utilizadas comercialmente por particulares como estacionamento pago, bem assim sobre a renovação do Alvará de Funcionamento Estacionamento Rotativo Ltda., informando ao atual Administrador Regional que o não atendimento poderá ensejar a aplicação da sanção prevista no art. 57, VII, da LC nº 1/94;" VII) determinar inspeção especial no DETRAN-DF para que, em face da edição da LC nº 692/2004 (que dispõe sobre a exploração do serviço público de estacionamento de veículos em logradouros públicos e áreas pertencentes ao DF) sejam colhidas informações pertinentes ao atual estágio regulatório de áreas públicas cedidas a particulares para exploração de estacionamentos pagos; VIII) determinar o retorno dos autos à 1ª ICE, para os fins pertinentes; 2) por maioria, acolhendo Voto do Conselheiro JORGE CAETANO, que tem por fundamento o parecer do Ministério Público: I) considerar, tendo em conta a Súmula 347-STF, que a Lei 1465/97 não guarda conformidade com o art. 52 da LODF, tendo em conta a impossibilidade da iniciativa parlamentar de lei que delibere quanto a administração de bens do Distrito Federal, e tampouco com os arts. 37, XXI, e 22, XXXVII, da Constituição Federal, por ampliar os casos de dispensa de licitação previstos na Lei 8666/93, dando-se ciência desta decisão ao Sr. Governador do Distrito Federal e à Câmara Legislativa do DF; II) informar à Administração Regional Vencidos o Relator, Conselheiro-Substituto **PAIVA MARTINS**, que manteve o seu voto, e o Conselheiro **ÁVILA E SILVA**, por entender que o Tribunal não é instância competente para apreciar a constitucionalidade de lei.

Presidiu a Sessão o Presidente, Conselheiro **MANOEL DE ANDRADE**. Votaram os Conselheiros **RONALDO COSTA COUTO**, **MARLI VINHADELI**, **JORGE CAETANO** e **ÁVILA E SILVA** e o Conselheiro-Substituto **PAIVA MARTINS**. Participou a representante do MP/TCDF, Procuradora-Geral **MÁRCIA FARIAS**. Ausentes os Conselheiros **JACOBY FERNANDES** e **RENATO RAINHA**.

SALA DAS SESSÕES, 12 DE ABRIL DE 2005.

**LUIZ ANTONIO RIBEIRO**  
Secretário das Sessões

**MANOEL DE ANDRADE**  
Presidente

**Fascal**

GABINETE DA VICE-PRESIDÊNCIA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Convoco os senhores membros - titulares e suplentes - do Conselho de Administração do FASCAL, designados pelo Ato da Mesa Diretora nº 12, de 2005, publicado no DCL de 11/03/2005, página 50, para participarem de reunião extraordinária para instalação do referido Conselho, a ser realizada no dia 06/05/2005 (sexta-feira), às 11:00 h, na Sala de Reuniões das Comissões nº 02, com a seguinte pauta:

1. instalação do Conselho de Administração;
2. eleição do Presidente do Conselho de Administração;
3. eleição do Vice-Presidente do Conselho de Administração;
4. definição de calendário das reuniões ordinárias do Conselho de Administração.

Brasília-DF, 03 de maio de 2005.

**Deputado Chico Floresta**  
Vice-Presidente da CLDF

(Republicado por conter incorreção no publicado no DCL de 4/5/2005)

FUNDO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DA CÂMARA  
LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL  
DESPACHOS DO GERENTE  
EM 05 DE MAIO DE 2005.

Com base no Decreto 16.098/94, artigos 80 e 81 e consoante às instruções contidas nos autos, reconhecemos a dívida por exercícios anteriores e, em decorrência, autorizamos a emissão e liquidação da nota de empenho, nos valores abaixo especificados à conta do elemento de despesa 339092.

Processo 001.0207/2004; vl. 171. Interessado: Hospital Santa Lúcia. Valor: R\$ 52.522,69 (cinquenta e dois mil, quinhentos e vinte e dois reais e sessenta e nove centavos); nf. 035397.

Processo 001.0207/2004; vl. 165. Interessado: Hospital Santa Lúcia. Valor: R\$ 38.354,38 (trinta e oito mil, trezentos e cinquenta e quatro reais e trinta e oito centavos); nf. 034993.

FUNDO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DA CÂMARA  
LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL  
DESPACHOS DO GERENTE  
EM 03 DE MAIO DE 2005.

Com base no Decreto 16.098/94, artigos 80 e 81 e consoante às instruções contidas nos autos, reconhecemos a dívida por exercícios anteriores e, em decorrência, autorizamos a emissão e liquidação da nota de empenho, nos valores abaixo especificados à conta do elemento de despesa 339092.

Processo 001.0396/2004; vl. 23. Interessado: UNIMED - Brasília Cooperativa de Trabalho Médico. Valor: R\$ 843,00 (oitocentos e quarenta e três reais); nf. 043785.

Processo 001.0085/2005; vl. 22. Interessado: Hospital Santa Lúcia S/A Valor: R\$ 25.021,84 (vinte e cinco mil, vinte e um reais e oitenta e quatro centavos); nf. 036983.

Processo 001.0104/2005; vl. 03. Interessado: Cardioimagem métodos diagnósticos Ltda. Valor: R\$ 5.963,94 (cinco mil, novecentos e sessenta e três reais e noventa e quatro centavos); nf. 036.

Processo 001.0169/2005; vl. 02. Interessado: Equipe fisio-clínica de fisioterapia S/C Ltda. Valor: R\$ 495,00 (quatrocentos e noventa e cinco reais); nf. 1336.

Processo 001.0175/2005; vl. 04. Interessado: FISIOTRAUMA - Clínica de Fisioterapia Estética e Terapias Alternativas Ltda. Valor: R\$ 587,50 (quinhentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos); nf. 1007.

Processo 001.0163/2005; vl. 06. Interessado: Cooperativa dos médicos anestesiológicos do DF. Valor: R\$ 1,77 (um real e setenta e sete centavos); nf. 2306.

Processo 001.0163/2005; vl. 12. Interessado: Cooperativa dos médicos anestesiológicos do DF. Valor: R\$ 65,67 (sessenta e cinco reais e sessenta e sete centavos); nf. 2306.

Processo 001.0207/2004; vl. 160. Interessado: Hospital Santa Lúcia. Valor: R\$ 15.114,75 (quinze mil, cento e quatorze reais e setenta e cinco centavos); nf. 034221.

Processo 001.0127/2005; vl. 05. Interessado: CETRO - Centro de Tratamento Oncológico S/C Ltda. Valor: R\$ 205,20 (duzentos e cinco reais e vinte centavos); nf. 3651.

Processo 001.0171/2005; vl. 03. Interessado: Fisiocentro - Centro de Fisioterapia S/C Ltda. Valor: R\$ 252,00 (duzentos e cinquenta e dois reais); nf. 4385.

Processo 001.0148/2005; vl. 02. Interessado: Clínica Dr. Antônio Coelho. Valor: R\$ 239,29 (duzentos e trinta e nove reais e vinte e nove centavos); nf. 0744.

Processo 001.0117/2005; vl. 09. Interessado: CMG - Centro Médico Geral de Saúde do Gama Ltda. Valor: R\$ 9,00 (nove reais); nf. 6715.

Processo 001.0108/2004; vl. 11. Interessado: Pronto socorro de fraturas Ltda. Valor: R\$ 13.563,88 (treze mil, quinhentos e sessenta e três reais e oitenta e oito centavos); nf. 3050.

Processo 001.0173/2004; vl. 173. Interessado: Hospital Santa Lúcia. Valor: R\$ 9.588,21 (nove mil, quinhentos e oitenta e oito reais e vinte e um centavos); nf. 035396.

Processo 001.0211/2005; vl. 05. Interessado: Exame laboratórios de patologia clínica S/C Ltda. Valor: R\$ 9.548,40 (nove mil, quinhentos e quarenta e oito reais e quarenta centavos); nf. 19795.

JOSÉ JÚLIO DE OLIVEIRA  
GERENTE COORDENADOR DO FASCAL

## Audiência Pública

Ofício  
Nº: 127/2005 - COPEL/SUCOM/SEF

Brasília, 02 de maio de 2005

Ref.: Processo nº 050.000.136/2005.

Excelentíssimo Senhor,

A Subsecretaria de Compras e Licitações, nos termos estabelecidos pelo Decreto nº 25.722 de 04 de abril de 2005, promoverá através da Comissão Especial de Licitação, nomeada pela Instrução de Serviço do Diretor Geral do Detran-DF, nº 96 de 07 de abril de 2005, AUDIÊNCIA PÚBLICA, com a finalidade de dar conhecimentos das diretrizes gerais pela escolha de empresa ou consórcio de empresas que execute os serviços de instalação, implantação e suporte técnico dos equipamentos que possibilitem operacionalizar as ações de segurança pública, visando a elaboração do edital.

Na oportunidade, desejo convidar Vossa Excelência a participar da referida

audiência, estendendo este convite aos demais Deputados, no dia 06 de maio de 2005, às 09:00 horas, no SBS Qd. 02 - Bloco "L" - 1º Subsolo, Ed. Lino Martins Pinto - Auditório SEMARH. Anexo aviso de Audiência, publicada no DODF de 19 de abril de 2005 e Correio Braziliense.

Atenciosamente,

JOSÉ LIMA SIMÕES  
Comissão Especial de Licitação  
Presidente

Excelentíssimo Senhor  
Deputado Fábio Barcellos

Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal.

**NESTA**

## Diário Oficial do Distrito Federal

PÁGINA 18

Nº 73, terça-feira, 19 de abril de 2005

### PREGÃO Nº 218/2005 - SUCOM/SEF/DF

Para efeito do que estabelece o art. 12, inciso I, do Dec. nº 23.460/02, comunico que o Resultado do Julgamento do Pregão nº 218/2005 - SUCOM/SEF/DF, publicado no Quadro de Avisos da Subsecretaria de Compras e Licitações, no Setor Bancário Sul, Quadra 02, Bloco "L", 5º andar, Edifício Lino Martins Pinto e no endereço eletrônico [www.fazenda.df.gov.br](http://www.fazenda.df.gov.br).

Brasília, 18 de abril de 2005.

EDSON DE SOUZA  
Pregoeiro

### COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO AVISOS DE LICITAÇÃO

#### CONCORRÊNCIA Nº 11/2005 - COPEL/SUCOM/SEF

OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva com o fornecimento e aplicação de peças e acessórios genuínos nos veículos pertencentes à frota operacional da PMDF, para cobertura do período de garantia contratual, abertura 23 de maio de 2005 às 09 horas. O respectivo edital poderá ser retirado pelo endereço eletrônico: [www.fazenda.df.gov.br](http://www.fazenda.df.gov.br) ou mediante a apresentação do comprovante de recolhimento pago em qualquer agência bancária, através de DAR, código 357-3, no valor de R\$ 16,00 (dezesesseis reais), no Protocolo da Subsecretaria de Compras e Licitações do Distrito Federal, à SBS Qd. 02, Bloco "L", Térreo, Ed. Lino Martins Pinto, das 08 às 12 horas e das 14 às 18 horas. As empresas e ou representantes que obtiverem o edital via internet, obrigam-se a acompanhar o DODF à possíveis alterações.

Brasília, 18 de abril de 2005.

BÁRBARA HAMÚ  
Presidente

#### TOMADA DE PREÇOS Nº 47/2005 - COPEL/SUCOM/SEF

OBJETO: Aquisição de material de consumo, combustíveis e lubrificantes automotivos. Abertura: 05.05.2005 às 9h. O respectivo edital poderá ser retirado pelo endereço eletrônico: [www.fazenda.df.gov.br](http://www.fazenda.df.gov.br) ou mediante a apresentação do comprovante de recolhimento pago em qualquer agência bancária, através de DAR, código 357-3, no valor de R\$ 13,00 (treze reais), no Protocolo da Subsecretaria de Compras e Licitações do Distrito Federal, à SBS Qd. 02 - Bloco "L", Térreo, das 8h às 12h e das 14h às 18h. As empresas e ou representantes que obtiverem o edital via Internet, obrigam-se a acompanhar o Diário Oficial do Distrito Federal à possíveis alterações.

Brasília, 18 de abril de 2005

IVANA FERNANDES ALVES  
Presidente

### COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO AVISO DE AUDIÊNCIA - DETRAN/DF

O PRESIDENTE DA COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO, criada pela Instrução de Serviço nº 96, de 07 de abril de 2005, do Diretor Geral do Departamento de Trânsito do Distrito Federal DETRAN-DF, informa a realização de audiência pública para dar conhecimento das diretrizes gerais para escolha de empresa ou consórcio de empresas que execute os serviços de instalação, implantação e suporte técnico dos equipamentos que possibilitem operacionalizar as ações de segurança pública, defesa social e operações de trânsito, referentes ao atendimento das solicitações da população e o despacho dos meios operacionais; do controle de tráfego por área; e da reunião, coleta e processamento de informações que interessem ao planejamento global do Sistema de Segurança Pública e Defesa Social e do DETRAN-DF, abrangendo todo o território do Distrito Federal, visando a elaboração do edital de licitação. A referida audiência será realizada no Edifício Lino Martins Pinto no Setor Bancário Sul, Quadra 02 Bloco "L" 1º Subsolo, Auditório - SEMARH, tendo sua data de abertura marcada para o dia 06 de maio de 2005 às 09:00 horas.

Brasília, 18 de abril de 2005

JOSÉ LIMA SIMÕES  
Presidente

**DIRETORIA DE PESQUISA E REGISTRO DE PREÇOS  
GERÊNCIA DE REGISTRO DE PREÇOS**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 86/2005 - VALIDADE ATÉ: 19/10/2005.  
A GERÊNCIA DE REGISTRO DE PREÇOS DA DIRETORIA DE PESQUISA E REGISTRO DE PREÇOS DA SUBSECRETARIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES DA SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA DO DISTRITO FEDERAL, em cumprimento ao disposto no § 2º do artigo 15 da Lei Federal nº 8.666/93, Lei Distrital nº 938/95, c/c Decreto Federal nº 3.931/2001, adotado no âmbito do Distrito Federal por intermédio do Decreto nº 22.950/2002 e Pregão nº 180/2005, objeto do processo nº 040.001.941/2005, torna público o extrato da Ata de Registro de Preços nº 86/2005, dos materiais abaixo relacionados, com suas especificações, preços, marcas e fornecedores, com exceção do item nº 04, que restou fracassado e dos itens nºs 01, 06, 07 e 10, que restaram desertos: Item: 2, Código SES: 8551, Quantidade Estimada Semestral: 1.000, Unid.: C Especificação: Anlodipino (Besilato) Comprimido 10mg (Vo), Fornecedor: Medcommerce Comercial De Medicamentos E Produtos Hospitalares Ltda, Marca/Procedência: Torrent/ Nacional Valor Unit: 0,12; Item: 3, Código SES: 15753, Quantidade Estimada Semestral: 1.000, Unid.: D Especificação: Exemestano Dragea 25mg., Fornecedor: Hospilar Ind. E Comércio De Produtos Hospitalares Ltda, Marca/Procedência: Aromasin/ Pharmacia/ Italia, Valor Unit: 8,90; Item: Código SES: 19730, Quantidade Estimada Semestral: 1.000, Unid.: FR, Especificação: Bimat prost Solução Oftálmica Frasco De 3ml., Fornecedor: Milênio Produtos Hospitalares Ltd Marca/Procedência: Lumigan/ Allergan/ Nacional, Valor Unit: 54,14; Item: 9, Código SES: 1980 Quantidade Estimada Semestral: 1.000, Unid.: CP, Especificação: Atenolol + Clortalidona 10 25mg Comprimido (Vo), Fornecedor: Milênio Produtos Hospitalares Ltda, Marca/Procedência Diltizen/ Pfizer/ Nacional, Valor Unit: 0,68; Item: 11, Código SES: 19810, Quantidade Estimada Semestral: 1.000, Unid.: CS, Especificação: Diltiazem Cloridrato 240mg Vo Caps. Liberação Prolongada., Fornecedor: Medcommerce Comercial De Medicamentos E Produtos Hospitalares Ltda, Marca/Procedência: Boehringer/ Nacional, Valor Unit: 1,65; Item: 12, Código SES: 9097 Quantidade Estimada Semestral: 1.000, Unid.: FA, Especificação: Pamidronato Dissódico 1 Liofilizado Para Injetável 90mg Frasco-Ampola., Fornecedor: Cristália Produtos Químicos Farmacêuticos Ltda, Marca/Procedência: Pamidron/ Cristália/ Nacional, Valor Unit: 159,90.

IVAN ALVES DOS SANTOS  
Gerente

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 88/2005 - VALIDADE ATÉ: 19.10.2005  
A GERÊNCIA DE REGISTRO DE PREÇOS DA DIRETORIA DE PESQUISA E REGISTRO DE PREÇOS DA SUBSECRETARIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES DA SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA DO DISTRITO FEDERAL, em cumprimento ao disposto no § 2º do artigo 15 da Lei Federal nº 8.666/93, Lei Distrital nº 938/95, c/c Decreto Federal nº 3.931/2001, adotado no âmbito do Distrito Federal por intermédio do Decreto nº 22.950/2002 e Pregão nº 13/2005, objeto do processo nº 040.001.777/2005, torna público o extrato da Ata de Registro de Preços nº 88/2005, dos materiais abaixo relacionados, com suas especificações, preços, marcas e fornecedores, com exceção do item nº 10, que restou fracassado: Item: 1, Código SES: 900C Quantidade Estimada Semestral: 1.000, Quantidade Estimada Semestral: 1.000, Especificação: Eflurano Líquido Frasco 100ml (Pulmonar) Receita Controle Especial (Port. 344/98), Fornecedor: Abbott Laboratórios Do Brasil Ltda, Marca/Procedência: Abbott/ Nacional, Valor Unit.: 68,5; Item: 2, Código SES: 90001, Quantidade Estimada Semestral: 1.000, Quantidade Estimada Semestral: Fr, Especificação: Halotano Líquido Frasco 100ml (Pulmonar) Receita Controle Especial (Port. 344/98), Fornecedor: Cristália Produtos Químicos Farmacêuticos Ltda, Marca/Procedência: Tanohal/ Cristália/ Nacional, Valor Unit.: 29,40; Item: 3, Código SES: 90020, Quantidade Estimada Semestral: 15.000, Quantidade Estimada Semestral: Am, Especificação: Bupivacaína (Cloridrato) + Glicose Sol. Inj. 5mg + 80mg/ML Ampola 4ml (Epidural, Espinhal, Ocular) Fornecedor: Cristália Produtos Químicos Farmacêuticos Ltda, Marca/Procedência: Neocain/ Cristália/ Nacional, Valor Unit.: 1,00; Item: 4, Código SES: 90021, Quantidade Estimada Semestral: 3.000, Quantidade Estimada Semestral: Fa, Especificação: Bupivacaína (Cloridrato) Sol. 1,5mg/ML Frasco Ampola 20ml (Epidural, Espinhal, Ocular), Fornecedor: Cristália Produtos Químicos Farmacêuticos Ltda, Marca/Procedência: Neocaina/ Cristália/ Nacional, Valor Unit.: 1,5; Item: 5, Código SES: 90022, Quantidade Estimada Semestral: 7.000, Quantidade Estimada Semestral: Fa, Especificação: Bupivacaína (Cloridrato) + Epinefrina Solução Injetável (5mg + 9,1mcg/ml) Frasco Ampola 20ml (Epidural, Espinhal, Ocular), Fornecedor: Cristália Produtos Químicos Farmacêuticos Ltda, Marca/Procedência: Neocaina/ Cristália/ Nacional, Valor Unit.: 4,50; Item: 6, Código SES: 90023, Quantidade Estimada Semestral: 6.000, Quantidade Estimada Semestral: Fa, Especificação: Lidocaína (Cloridrato) Sol. Inj. 1% Frasco Ampola 20ml., Fornecedor: Hipolabor Farmacêutica Ltda, Marca/Procedência: Lidol/ Hipolabor/ Nacional, Valor Unit.: 0,92; Item: 7, Código SES: 90024, Quantidade Estimada Semestral: 7.200, Quantidade Estimada Semestral: Fa, Especificação: Lidocaína (Cloridrato) Sol. Inj. 2% Frasco Ampola 20ml (Epidural, Espinhal, Ocular), Fornecedor: Hipolabor Farmacêutica Ltda, Marca/Procedência: Clor Lidocaína/ Hipolabor/ Nacional, Valor Unit.: 0,88; Item: 8, Código SES: 90025, Quantidade Estimada Semestral: 8.000, Quantidade Estimada Semestral: Fa, Especificação: Lidocaína + Epinefrina Sol. Inj. 2% 1:200.000 Frasco Ampola (Epidural, Espinhal, Ocular), Fornecedor: Cristália Produtos Químicos Farmacêuticos Ltda, Marca/Procedência: Xilestesin/ Cristália/ Nacional, Valor Unit.: 1,1; Item: 9, Código SES: 90002, Quantidade Estimada Semestral: 1.500, Quantidade Estimada Semestral: Fr, Especificação: Isoflurano Líquido Frasco 100ml (Pulmonar) Receita Controle Especial (Port. 344/98), Fornecedor: Abbott Laboratórios Do Brasil Ltda, Marca/Procedência: Abbott/ Nacional, Valor Unit.: 52,99.

IVAN ALVES DOS SANTOS  
Gerente

**RETIFICAÇÃO**

Na Ata de Registro de Preços nº 255/2004, objeto do Pregão nº 509/2004, publicada no DODF 71, de 15 de abril de 2005, página 33: ONDE SE LÊ: "Validade até: 15.04.2005"; LEIA-SE "Validade até: 15.10.2005".

CORREIO BRAZILIENSE

CLASSIFICADOS

Brasília, quarta-feira, 20 de abril de 2005

7



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL  
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA  
SUBSECRETARIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES**

**AVISO DE AUDIÊNCIA - DETRAN/DF**

O Presidente da Comissão Especial de Licitação, criada pela Instrução de Serviço nº 96, de 07 de abril de 2005, do Diretor Geral do Departamento de Trânsito do Distrito Federal DETRAN-DF, informa a realização de audiência pública para dar conhecimento das diretrizes gerais para escolha de empresa ou consórcio de empresas que execute os serviços de instalação, implantação e suporte técnico dos equipamentos que possibilitem operacionalizar as ações de segurança pública, defesa social e operações de trânsito, referentes ao atendimento das solicitações da população e o despacho dos meios operacionais; do controle de tráfego por área; e da reunião, coleta e processamento de informações que interessem ao planejamento global do Sistema de Segurança Pública e Defesa Social e do DETRAN-DF, abrangendo todo o território do Distrito Federal, visando a elaboração do edital de licitação. A referida audiência será realizada no Edifício Lino Martins Pinto no Setor Bancário Sul, Quadra 02, Bloco "L", 1º Subsolo, Auditório - SEMARH, tendo sua data de abertura marcada para o dia 06 de maio de 2005 às 09:00 horas.

Brasília, 18 de abril de 2005.  
José Lima Simões  
Presidente da Comissão Especial de Licitação

CORREIO BRAZILIENSE

CLASSIFICADOS

Brasília, quarta-feira, 13 de abril de 2005



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL  
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA  
SUBSECRETARIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES**

**AVISO DE AUDIÊNCIA - DETRAN/DF**

O Presidente da Comissão Especial de Licitação, criada pela Instrução de Serviço nº 96, de 07 de abril de 2005, do Diretor Geral do Departamento de Trânsito do Distrito Federal DETRAN-DF, informa a realização de audiência pública para dar conhecimento das diretrizes gerais para escolha de empresa ou consórcio de empresas que execute os serviços de instalação, implantação e suporte técnico dos equipamentos que possibilitem operacionalizar as ações de segurança pública, defesa social e operações de trânsito, referentes ao atendimento das solicitações da população e o despacho dos meios operacionais; do controle de tráfego por área; e da reunião, coleta e processamento de informações que interessem ao planejamento global do Sistema de Segurança Pública e Defesa Social e do DETRAN-DF, abrangendo todo o território do Distrito Federal, visando a elaboração do edital de licitação. A referida audiência será realizada no Edifício Lino Martins Pinto no Setor Bancário Sul, Quadra 02, Bloco "L", 1º Subsolo, Auditório - SEMARH, tendo sua data de abertura marcada para o dia 06 de maio de 2005 às 09:00 horas.

Brasília, 18 de abril de 2005.  
José Lima Simões  
Presidente da Comissão Especial de Licitação

**Pregão**

**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL  
AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO  
PREGÃO Nº 016/2005**

O edital da licitação em epígrafe, processo nº 001-01.455/2004-CLDF, que tem por objeto aquisição e instalação de sistema de gravação digital de imagens por circuito fechado de TV para a CLDF encontra-se afixado no quadro de avisos da Comissão Permanente de Licitação da CLDF, localizada no SAIN, Parque Rural, Ed. Sede da CLDF, sala A-03, CEP 70.086-900, Brasília - DF. O Edital e seus anexos poderão ser enviados aos interessados via fax ou e-mail. Poderão, ainda, ser retirados mediante apresentação de comprovante de depósito bancário em favor da Câmara Legislativa do Distrito Federal - CLDF, no Banco de Brasília - BRB, agência nº 218, conta corrente nº 800.110-3, no valor de R\$ 1,30 (um real e trinta centavos). A sessão de abertura e recebimento dos envelopes está prevista para ocorrer em 19/05/2005, às 10 horas, no local acima indicado. Maiores informações no local ou pelo telefone 348-8650 ou fax 348-8651.

Brasília-DF, 05 de maio de 2005.  
Sérgio Luiz da Silva Nogueira  
Pregoeiro

# A Saideira

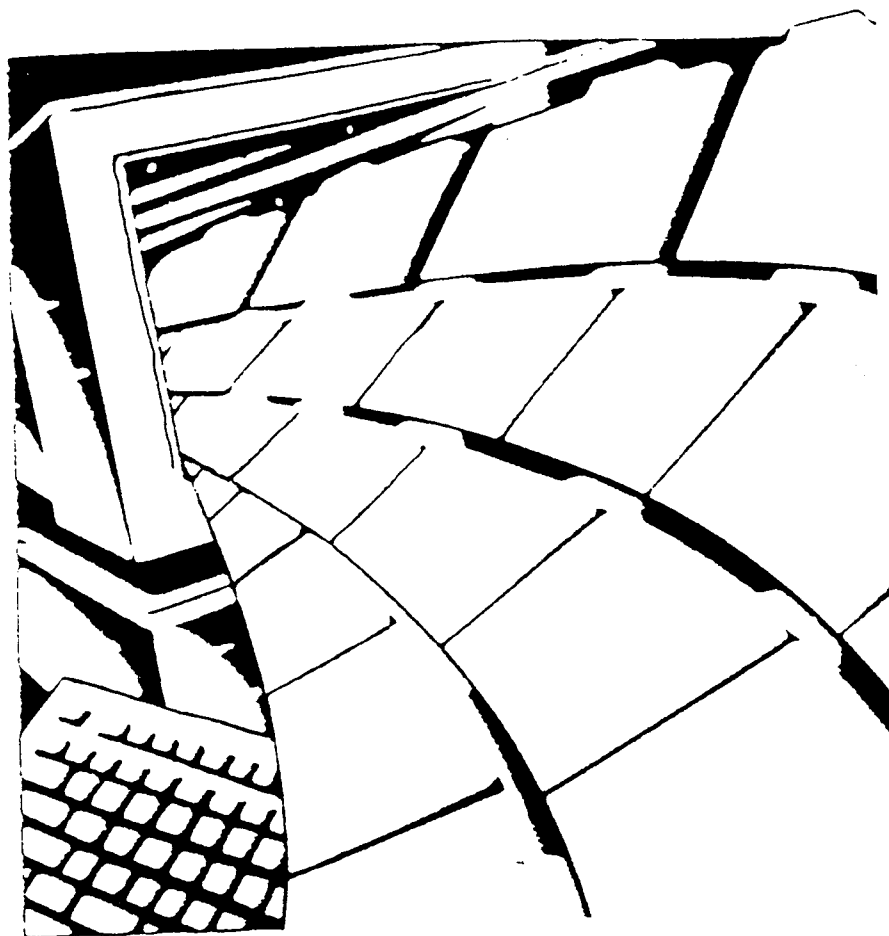


Quem bebe e  
dirige arrisca  
a vida de  
quem não  
tem nada  
com isso, de  
quem o  
acompanha e  
a própria.



PARE  
PENSE  
FIQUE VIVO

# [www.cl.df.gov.br/intranet](http://www.cl.df.gov.br/intranet)



O Setor de Pesquisa e Recuperação da  
Informação e o Setor de Documentação  
Legislativa informam que já está disponível no  
site oficial da Câmara Legislativa da Intranet o  
link para o site oficial da Biblioteca

# SÍMBOLOS DE BRASÍLIA

## HINO DE BRASÍLIA

Letra: Geir Campos  
Música: Neusa Pinho França Almeida

Todo o Brasil vibrou  
E nova luz brilhou  
Quando Brasília fez maior a sua glória  
Com esperança e fé  
Era o gigante em pé,  
Vendo raiar outra aurora em sua história

Com Brasília no coração  
Epopéia surgir do chão  
O candango sorri feliz  
Símbolo de força de um país!

Capital de um Brasil audaz  
Bom na luta e melhor na paz  
Salve o poço que assim te quis  
Símbolo da força de um país!

## BRASÍLIA, CAPITAL DA ESPERANÇA

Letra: Capitão Furtado  
Música: Simão Neto

Em meio à terra virgem desbravada  
Na mais esplendorosa alvorada  
Feliz como um sorriso de criança  
Um sonho transformou-se em realidade  
Surgiu a mais fantástica cidade  
"Brasília, capital da esperança"

Desperta o gigante brasileiro  
Desperta e proclama ao mundo inteiro  
Num brado de orgulho e confiança:  
Nasceu a linda Brasília  
A "capital da esperança"

A fibra dos heróicos bandeirantes  
Persiste nos humildes e gigantes  
Que provam com ardor sua pujança,  
Nesta obra de arrojo que é Brasília  
Nós temos a oitava maravilha  
"Brasília, capital da esperança"

(Oficializado pelo Dec. nº 51.000 de 19 de julho de 1961.)

(Hino mais popular e mais interpretado.)

### SEMANA COMEMORATIVA AO DIA DO TRABALHO DA CLDF

#### Atividades no Auditório:

- Dia 03 de maio (terça-feira), às 10h: palestra "**Assédio Moral no Trabalho**", com Adriane Reis Araújo – Procuradora Regional do Trabalho
- Dia 06 de maio (sexta-feira), às 12h: **Videokê**, com distribuição de pipoca

#### Atividades no Hall dos Bancos – 02 a 06 de maio:

- Exposição "**Liberte seus Talentos**" – mostra de trabalhos de servidores
- Exposição de fotos da "Semana Comemorativa ao Dia Internacional da Mulher"

Promoção: SETOR DE ASSISTÊNCIA SOCIAL/DSS/DRH/1ª  
SECRETARIA

Apoio: SINDICAL